# Seminário I

**ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS E REGRA-MATRIZ DE INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA**

**Leitura básica**

• CARVALHO, Paulo de Barros. *Direito tributário: linguagem e método*. 7ª ed. São Paulo: Noeses, 2018, Item 2.10 (“Exclusão” do crédito tributário), do Capítulo 2, da segunda parte[[1]](#footnote-1).

• CARVALHO, Paulo de Barros. *Curso de direito tributário*. 30 ed. São Paulo: Saraiva, 2019, Capítulo XV.

**Leitura Complementar**

• BRITTO, Lucas Galvão. Revogação de Isenção, anterioridade e direito adquirido. *Revista de Direito Tributário,* n. 114.

• CARVALHO, Paulo de Barros. Isenções tributárias do IPI, em face do princípio da não cumulatividade. *Revista Dialética de Direito Tributário,* n. 33.

• LUNARDELLI, Pedro Guilherme Accorsi. *Isenções tributárias*. Capítulo IV e Capítulo V, itens v. 5 a v. 7.

• MOREIRA, André Mendes. *A não cumulatividade dos tributos*. São Paulo: Noeses, 2018. Capítulo VII, Item 7.9.

**Questões**

1. Que é isenção (vide anexo I)?

2. Elaborar quadro comparativo a respeito de: (i) isenção; (ii) imunidade; (iii) não incidência; (iv) anistia; e (v) remissão.

3. A expressão “crédito tributário” utilizado no art. 175 do CTN tem o mesmo conteúdo de significação para a isenção e para a anistia? Justificar.

4. Tratando-se de isenção com prazo certo, ou de isenção por prazo indeterminado, responda: (i) equivalem, necessariamente, à isenção condicionada e à isenção incondicionada, respectivamente? Quais critérios são utilizados nessas classificações? (ii) a revogação da isenção, que reinstitui a norma tributária no sistema, apenas restabelece sua eficácia ou requer a publicação de nova regra tributária no ordenamento? Neste último caso, deverá ser respeitado o princípio da anterioridade (nonagesimal / exercício)? Há direito adquirido (vide anexo II e III)?

5. Há distinção entre alíquota 0% e isenção? Os insumos isentos, não tributados e tributados à alíquota 0%, adquiridos no processo de industrialização, conferem direito ao crédito tributário? Por quê? Em caso afirmativo, qual critério deveria ser utilizado para determinar o crédito presumido de IPI? Se o produto for adquirido da ZFM, isso alteraria a resposta? Se sim, por quê? (Vide anexos IV, V, VI, VII, VIII e IX)

6. Considerando o art. 155, §2~~º~~, II, alíneas “a” e “b” da CF, pergunta-se:

a) Existe isenção parcial? Redução de base de cálculo pode ser considerada hipótese de isenção parcial?

b) É possível lei estadual que determine a exigência do estorno do crédito do ICMS, relativo à entrada de insumos, proporcional à parcela correspondente à redução da base de cálculo do imposto incidente na operação de saída da mercadoria, com fundamento no art. 155, § 2~~º~~, II, da CF/88? (Vide anexos X, XI e Parecer da Procuradoria-Geral da República no RE n. 635.688/RS RG, de 09/12/11).

7. A concessão de benefício fiscal relativo à isenção do ICMS incidente sobre a aquisição de veículo automotor por deficiente físico demanda a aprovação por convênio, nos termos do art. 155, §2º, XII, *g*, da CF, regulamentado pela Lei Complementar 24/75? Caso considere a dispensa de convênio nesse caso, ela poderá ser justificada pela garantia fundamental, cuja concessão do benefício visa a assegurar? (Vide anexo XII e XIII).

8. Determinado Estado institui isenção de ICMS, com fundamento em convênio CONFAZ, exclusivamente para operações realizadas pelo contribuinte atacadista de determinado produto. A legislação (i) expressamente veda que essa isenção seja utilizada por estabelecimentos industriais e varejistas e (ii) nada fala sobre a possibilidade de manutenção de crédito pelo atacadista. Qual o efeito prático desta isenção para a cadeia do ICMS? Essa isenção é constitucional? Poderia o estabelecimento atacadista renunciar à isenção tributária e decidir tributar regularmente sua operação? Esse valor pago, em renúncia à isenção, seria tributo? Há relação entre essa isenção tributária e o princípio da legalidade estrita tributária?

**Sugestão para pesquisa suplementar**

• Artigo: “Direitos e deveres da administração tributária à luz dos direitos humanos”, de Renato Lopes Becho, publicado na *Revista Dialética de Direito Tributário*, São Paulo, n. 171.

• Artigo: “A inclusão das pessoas com deficiência e as problemáticas isenções do ICMS na compra de veículos automotores”, de Francysco Pablo Feitosa Gonçalves, publicado na *Revista Dialética de Direito Tributário*, São Paulo, n. 197.

• Capítulos 1, 2, 3 e 5 do livro *Imunidades tributárias*: limitações constitucionais ao poder de tributar, de Aires Fernandino Barreto e Paulo Ayres Barreto. São Paulo: Dialética.

• Capítulos III, IV, V, VI, VII e VIII do livro *Imunidades tributárias*: teoria e análise da jurisprudência do STF, de Regina Helena Costa. São Paulo: Malheiros.

• Capítulo IV do livro *Teoria geral da isenção tributária*, de José Souto Maior Borges. São Paulo: Malheiros.

• Título II, Capítulo III, do livro *Curso de direito constitucional tributário*, de Roque Antonio Carrazza. São Paulo: Malheiros.

• Item 83 – “Regra juridicizante, desjuridicizante e não juridicizante. Incidência e isenção tributária” do livro *Teoria geral do direito tributário*, de Alfredo Augusto Becker. São Paulo: Noeses.

• Artigo: “Sobre a notação NT da TIPI: conceito e espécies”, de Jonathan Barros Vita, *Revista de Direito Tributário da APET* n. 19.

**Anexo I  
RESP n. 1.098.981/PR**

DJ 14/12/2010

ISENÇÃO. ARTIGO 96, DA LEI 8.383/91 (DIFERENÇA ENTRE O VALOR DE MERCADO AFERIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1991 E O CONSTANTE DE DECLARAÇÕES DE BENS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 1992). APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL APÓS O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1992. 1. A entrega extemporânea de declaração de ajuste anual (declaração atinente ao ano-calendário de 1991, apresentada após o exercício financeiro de 1992) não afasta a isenção de imposto de renda prevista no artigo 96, § 1~~º~~, da Lei 8.383/91, *verbis*: “Art. 96. No exercício financeiro de 1992, ano-calendário de 1991, o contribuinte apresentará declaração de bens na qual os bens e direitos serão individualmente avaliados a valor de mercado no dia 31 de dezembro de 1991, e convertidos em quantidade de Ufir pelo valor desta no mês de janeiro de 1992. § 1~~º~~ A diferença entre o valor de mercado referido neste artigo e o constante de declarações de exercícios anteriores será considerada rendimento isento. § 2~~º~~ A apresentação da declaração de bens com estes avaliados em valores de mercado não exime os declarantes de manter e apresentar elementos que permitam a identificação de seus custos de aquisição. § 3~~º~~ A autoridade lançadora, mediante processo regular, arbitrará o valor informado, sempre que este não mereça fé, por notoriamente diferente do de mercado, ressalvada, em caso de contestação, avaliação contraditória administrativa ou judicial. § 4~~º~~ Todos e quaisquer bens e direitos adquiridos, a partir de 1~~º~~ de janeiro de 1992, serão informados, nas declarações de bens de exercícios posteriores, pelos respectivos valores em Ufir, convertidos com base no valor desta no mês de aquisição. (...) § 7~~º~~ Excluem-se do disposto neste artigo os direitos ou créditos relativos a operações financeiras de renda fixa, que serão informados pelos valores de aquisição ou aplicação, em cruzeiros. § 8~~º~~ A isenção de que trata o §1~~º~~ não alcança: a) os direitos ou créditos de que trata o parágrafo precedente; b) os bens adquiridos até 31 de dezembro de 1990, não relacionados na declaração de bens relativa ao exercício de 1991. (...)” 2. O imposto de renda apresenta como fato jurídico ensejador da tributação a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica de renda (produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos) ou de proventos de qualquer natureza (acréscimos patrimoniais que não se enquadrem no conceito de renda). 3. *Abalizada doutrina ensina que: “As normas de isenção pertencem à classe das regras de estrutura, que intrometem modificações no âmbito da regra-matriz de incidência tributária. Guardando sua autonomia normativa, a norma de isenção atua sobre a regra-matriz de incidência tributária, investindo contra um ou mais critérios de sua estrutura, mutilando-os, parcialmente. Com efeito, trata-se de encontro de duas normas jurídicas que tem por resultado a inibição da incidência da hipótese tributária sobre os eventos abstratamente qualificados pelo preceito isentivo, ou que tolhe sua consequência, comprometendo-lhe os efeitos prescritivos da conduta. Se o fato é isento, sobre ele não se opera a incidência e, portanto, não há que falar em fato jurídico tributário, tampouco em obrigação tributária. E se a isenção se der pelo consequente, a* *ocorrência fáctica encontrar-se-á inibida juridicamente, já que sua eficácia não poderá irradiar-se. O que o preceito de isenção faz é subtrair parcela do campo de abrangência do critério do antecedente ou do consequente, podendo a regra de isenção suprimir a funcionalidade da regra-matriz tributária de oito maneiras distintas: (i) pela hipótese: i.1) atingindo-lhe o critério material, pela desqualificação do verbo; i.2) mutilando o critério material, pela subtração do complemento; i.3) indo contra o critério espacial; i.4) voltando-se contra o critério temporal; (ii) pelo consequente, atingindo: ii.1) o critério pessoal, pelo sujeito ativo; ii.2) o critério pessoal, pelo sujeito passivo; ii.3) o critério quantitativo, pela base de cálculo; e ii.4) o critério quantitativo, pela alíquota.” (Paulo de Barros Carvalho, in* “Direito Tributário – Linguagem e Método”, *2*~~ª~~ *ed., Ed. Noeses, São Paulo, 2008, pág. 521).* 4. *In casu*, a hipótese isentiva prevista no artigo 96, da Lei 8.383/91, mutilou o critério material da regra matriz de incidência tributária do imposto de renda, ao subtrair o acréscimo patrimonial advindo da diferença a maior entre o valor de mercado dos bens e direitos, avaliados no dia 31 de dezembro de 1991 e convertidos em UFIR pelo valor do índice no mês de janeiro de 1992, e o valor constante das declarações de ajuste anual de exercícios anteriores a 1992 (*caput* e § 1~~º~~). 5. Deveras, a referência normativa ao exercício financeiro de 1992 não teve o condão de condicionar a isenção à apresentação de declaração de ajuste anual dentro daquele ano, mas, sim, de explicitar a conexão entre: (i) ano-calendário 1991/valor de mercado em 31.12.1991 e (ii) exercício financeiro de 1992/utilização da UFIR referente ao mês de janeiro de 1992. 6. A imposição da interpretação literal da legislação tributária que disponha sobre outorga de isenção (artigo 111, inciso II, do CTN) proscreve tanto a adoção de exegese ampliativa ou analógica, como também a restrição além da mens legis ou a exigência de requisito ou condição não prevista na norma isentiva. 7. *Raciocínio inverso implicaria em instituir isenção “condicional” sem observância do princípio constitucional da estrita legalidade tributária, que veda a instituição ou aumento de tributo sem lei que o estabeleça (artigo 150, I), bem como determina que “qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal” (artigo 150, § 6*~~º~~*).* 8. Outrossim, o Codex Tributário determina que a isenção (ainda quando prevista em contrato) é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão (artigo 176). 9. Consequentemente, inexistindo norma expressa que condicione a fruição da isenção à entrega tempestiva da declaração de ajuste anual, não se revela possível a exclusão do contribuinte que retardou o cumprimento do aludido dever instrumental. 10. Ademais, sobressai o fundamento exarado pelo acórdão regional, no sentido de que “a não-observância da isenção concedida ao contribuinte que apresenta declarações fora do prazo legal implica, na prática, em indevido *bis in eadem* *(sic)* que agrava a situação do autor, o qual já estava sujeito às sanções de ordem pecuniária decorrentes da apresentação extemporânea”. 11. Recurso especial desprovido.

**Anexo II  
RE n. 392.834/MG**

DJe 15/08/2014

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. TRIBUTÁRIO. ISENÇÃO TRIBUTÁRIA ESPECIAL, INSERIDA EM CLÁUSULA CONTRATUAL (CONVÊNIO). INCENTIVO CONCEDIDO COM PRAZO CERTO E DETERMINADO EM CONTRATO ONEROSO. SUPRESSÃO. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. I – Isenção tributária concedida mediante inserção de cláusula de convênio na qual as partes contratantes assumem deveres e ônus determinados. Isenção tributária especial, estabelecida sob condição onerosa e sujeita a termo certo de vigência, concedida para a realização de obra e a prestação de serviço de fornecimento de água e esgoto sanitário mediante práticas de atos de cooperação entre os entes estatais (princípio do cooperativismo federativo). II - *Revogação ou supressão da cláusula de isenção tributária especial. Impossibilidade, sob pena de ofensa a ato jurídico perfeito. Incidência da Súmula 544/STF: “Isenções tributárias concedidas, sob condição onerosa, não podem ser livremente suprimidas”.* III – Agravo regimental a que se nega provimento.

**Anexo III  
RE n. 564.225 AgR/RS**

DJe 18/11/2014

IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS – DECRETOS Nº 39.596 E Nº 39.697, DE 1999, DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – REVOGAÇÃO DE BENEFÍCIO FISCAL – PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE – DEVER DE OBSERVÂNCIA – PRECEDENTES. Promovido aumento indireto do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS por meio da revogação de benefício fiscal, surge o dever de observância ao princípio da anterioridade, geral e nonagesimal, constante das alíneas “b” e “c” do inciso III do artigo 150, da Carta. Precedente – Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.325/DF, de minha relatoria, julgada em 23 de setembro de 2004. MULTA – AGRAVO – ARTIGO 557, § 2º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. Surgindo do exame do agravo o caráter manifestamente infundado, impõe-se a aplicação da multa prevista no § 2º do artigo 557 do Código de Processo Civil.

**Anexo IV  
RE n. 350.446/PR**

Julgamento: 18/12/2002

IPI. CREDITAMENTO. INSUMOS ISENTOS, SUJEITOS À ALÍQUOTA ZERO. Se o contribuinte do IPI pode creditar o valor dos insumos adquiridos sob o regime de isenção, inexiste razão para deixar de reconhecer-lhe o mesmo direito na aquisição de insumos favorecidos pela alíquota zero, pois nada extrema, na prática, as referidas figuras desonerativas, notadamente quando se trata de aplicar o princípio da não-cumulatividade. A isenção e a alíquota zero em um dos elos da cadeia produtiva desapareceriam quando da operação subsequente, se não admitido o crédito. Recurso não conhecido.

**Anexo V  
RE n. 353.657/PR**

Julgamento: 25/06/2007

IPI - INSUMO - ALÍQUOTA ZERO - AUSÊNCIA DE DIREITO AO CREDITAMENTO. Conforme disposto no inciso II do § 3º do artigo 153 da Constituição Federal, observa-se o princípio da não-cumulatividade compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores, ante o que não se pode cogitar de direito a crédito quando o insumo entra na indústria considerada a alíquota zero. IPI - INSUMO - ALÍQUOTA ZERO - CREDITAMENTO - INEXISTÊNCIA DO DIREITO - EFICÁCIA. Descabe, em face do texto constitucional regedor do Imposto sobre Produtos Industrializados e do sistema jurisdicional brasileiro, a modulação de efeitos do pronunciamento do Supremo, com isso sendo emprestada à Carta da República a maior eficácia possível, consagrando-se o princípio da segurança jurídica.

**Anexo VI  
RE n. 590.809/RS**

Julgamento: 13/11/2008

IPI – CREDITAMENTO – ALÍQUOTA ZERO – PRODUTO NÃO TRIBUTADO E ISENÇÃO – RESCISÓRIA – ADMISSIBILIDADE NA ORIGEM. Possui repercussão geral controvérsia envolvendo a rescisão de julgado fundamentado em corrente jurisprudencial majoritária existente à época da formalização do acórdão rescindendo, em razão de entendimento posteriormente firmado pelo Supremo, bem como a relativa ao creditamento no caso de insumos isentos, não tributados ou sujeitos à alíquota zero.

**Anexo VII  
RE n. 566.819/RS**

Julgamento: 29/09/2010

IPI – CRÉDITO. A regra constitucional direciona ao crédito do valor cobrado na operação anterior. IPI – CRÉDITO – INSUMO ISENTO. Em decorrência do sistema tributário constitucional, o instituto da isenção não gera, por si só, direito a crédito. IPI – CRÉDITO – DIFERENÇA – INSUMO – ALÍQUOTA. A prática de alíquota menor – para alguns, passível de ser rotulada como isenção parcial – não gera o direito a diferença de crédito, considerada a do produto final.

**Anexo VIII  
RMS n. 39.554/CE**

DJ 10/05/2013

ICMS. REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO. ISENÇÃO PARCIAL. ESTORNO PROPORCIONAL DO CRÉDITO. JURISPRUDÊNCIA DO STF. MULTA. LEI SUPERVENIENTE. RETROATIVIDADE BENIGNA. 1. *O benefício fiscal de redução da base de cálculo equivale à isenção parcial, sendo devido o estorno proporcional do crédito de ICMS, nos termos do art. 155, § 2*~~º~~*, II, “b”, da CF, não havendo falar em ofensa ao princípio da não-cumulatividade.* Precedentes do STF. 2. Os convênios do ICMS têm a função de uniformizar, em âmbito nacional, a concessão de isenções, incentivos e benefícios fiscais pelos Estados (art. 155, § 2~~º~~, XII, “g”, da CF/1988). Em última análise, trata-se de instrumento que busca conferir tratamento federal uniforme em matéria de ICMS, como forma de evitar a denominada guerra fiscal. 3. Nos termos da cláusula primeira, § 1~~º~~, do Convênio ICMS 128/1994, ficam os Estados e o Distrito Federal autorizados a não exigir a anulação proporcional do crédito prevista no inciso II do artigo 32 do Anexo Único do Convênio ICM 66/88, de 14 de dezembro de 1988, nas operações de que trata o *caput* desta cláusula. 4. A teleologia do instituto e a própria literalidade da norma revelam que a hipótese é de mera autorização, de modo que não há obstáculo a que a legislação estadual impeça o aproveitamento integral do crédito. 5. O art. 106, II, “c”, do CTN, estabelece que a lei tributária deve retroagir quando cominar penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática, razão pela qual há que ser reduzida a sanção, nos termos do superveniente Decreto 27.487/2004. 6. Recurso Ordinário parcialmente provido.

**Anexo IX  
RE n. 550.218 ED/SP**

Julgamento: 19/08/2014

Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ERRO DE FATO QUANTO À IDENTIFICAÇÃO DA QUESTÃO DISCUTIDA NOS AUTOS. NECESSIDADE DE SE CONCEDER EFEITOS INFRIGENTES. EMBARGOS ACOLHIDOS PARA ANALISAR O RECURSO EXTRAORDINÁRIO. IPI. CRÉDITO. AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ISENTA DO IMPOSTO. PRINCÍPIO DA NÃO CUMULATIVIDADE. INEXISTÊNCIA DE CRÉDITO PARA A OPERAÇÃO SEGUINTE. RECURSO EXTRAORDINÁRIO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. I – Erro de fato quanto à identificação da questão discutida nos autos enseja a adoção dos efeitos infringentes para possibilitar o julgamento imediato do recurso extraordinário, ante a existência de jurisprudência sobre o tema. II – O atual entendimento desta Corte é no sentido de que, na sistemática que rege o princípio constitucional da não cumulatividade, se não é devido tributo em determinada operação, não há com o que se compensar o montante exigido na anterior. Além disso, se não foi cobrado tributo em uma dada operação, não há o que se abater na seguinte. III – Assim, com base exclusivamente nesse princípio, só haverá direito a crédito para a operação posterior se for cobrado tributo na operação anterior. Ademais, só se compensa o que foi exigido na operação precedente, se for devido tributo na operação seguinte. IV – A partir dessa lógica, a operação desonerada do tributo não faculta o desconto do que foi exigido na operação anterior e não gera crédito para a seguinte, raciocínio que deve ser aplicado de forma indistinta aos diversos casos de desoneração, tais como alíquota zero, isenção, não incidência e imunidade. V – Embargos de declaração acolhidos, com efeitos infringentes, para negar provimento ao recurso extraordinário.

**Anexo X  
RE n. 598.182 AgRg-ED-ED-ED/MG**

Julgamento: 17/08/2011

ICMS. ESTORNO PROPORCIONAL. REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO. REPERCUSSÃO GERAL: RECONHECIMENTO. EFEITOS INFRINGENTES. EMBARGOS ACOLHIDOS. 1. É possível a aplicação de efeitos infringentes aos embargos de declaração, desde que presente situação que assim o justifique. 2. Possibilidade de aproveitamento integral dos créditos relativos ao ICMS pago na operação antecedente, nas hipóteses em que a operação subsequente é beneficiada pela redução da base de cálculo. *Reconhecimento da repercussão geral da matéria pelo Supremo Tribunal Federal no AI n. 768.491-RG/RS, de rel. Min. Gilmar Mendes, DJe 23.11.2010.* 3. Embargos de declaração acolhidos para, atribuindo-lhes excepcionais efeitos modificativos, anular os acórdãos que julgaram os dois primeiros embargos de declaração e o agravo regimental, tornar sem efeito a decisão agravada e determinar a devolução dos presentes autos ao Tribunal de origem, bem como a observância das disposições do art. 543-B do Código de Processo Civil ao recurso extraordinário.

**Anexo XI  
RE n. 644457 AgR/RS**

Julgamento: 21/02/2017

DIREITO TRIBUTÁRIO. ICMS. ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. REGIME OPCIONAL DE TRIBUTAÇÃO. BASE DE CÁLCULO REDUZIDA. VEDAÇÃO DE APROVEITAMENTO DO CRÉDITO GERADO PELA ENTRADA DE INSUMOS TRIBUTADOS. POSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA NÃO CUMULATIVIDADE. RE 595.436-AGR-EDV-AGR. ACÓRDÃO RECORRIDO DIVERGENTE DA JURISPRUDÊNCIA FIRMADA PELO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO A QUE SE DÁ PROVIMENTO. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/1973. 1. O entendimento adotado pela Corte de origem, nos moldes do assinalado na decisão agravada, diverge da jurisprudência firmada no âmbito deste Supremo Tribunal Federal, no sentido de que a vedação, pela legislação estadual, ao aproveitamento dos créditos do ICMS gerados pela entrada de insumos tributados, quando o contribuinte faz opção pela tributação das saídas mediante base de cálculo reduzida, não viola o princípio da não cumulatividade. Precedente: RE 584.023-AgR-EDv-AgR-segundo, Rel. Min. Celso de Mello, Tribunal Pleno, DJe 11.12.2015. 2. Agravo regimental conhecido e provido para dar provimento ao recurso extraordinário.

**Anexo XII  
ADI n. 429/CE**

Julgamento: 20/08/2014

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. TRIBUTÁRIO. NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO.ICMS.CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ. IMPUGNAÇÃO AOS ARTIGOS 192, §§ 1º E 2º; 193 E SEU PARÁGRAFO ÚNICO; 201 E SEU PARÁGRAFO ÚNICO; 273, PARÁGRAFO ÚNICO; E 283, III, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ADEQUADO TRATAMENTO TRIBUTÁRIO AO ATO COOPERATIVO EISENÇÃODE TRIBUTOS ESTADUAIS ÀS PEQUENAS E MICROEMPRESAS; PEQUENOS E MICROPRODUTORES RURAIS; BEM COMO PARA AS EMPRESAS QUE ABSORVAM CONTINGENTES DEDEFICIENTESNO SEU QUADRO FUNCIONAL *OU CONFECCIONE E COMERCIALIZE APARELHOS DE FABRICAÇÃO ALTERNATIVA PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA.*DISPOSIÇÕES PREVISTAS NA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. VIOLAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 146, INCISO III, ALÍNEA “C”, DA CRFB/88. COMPETÊNCIA CONCORRENTE DA UNIÃO, ESTADOS E DISTRITO FEDERAL PARA LEGISLAR SOBRE DIREITO TRIBUTÁRIO. ARTIGO 24, INCISO I, DA CRFB/88. AUSÊNCIA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DEMAIS DISPOSITIVOS OBJURGADOS. CONCESSÃO UNILATERAL DE BENEFÍCIOS E INCENTIVOS FISCAIS.ICMS. AUSÊNCIA DE CONVÊNIOINTERESTADUAL. AFRONTA AO DISPOSTO NO ARTIGO 155, § 2º, INCISO XII, “G”, DA CRFB/88. *CAPUT* DO ART. 193 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. INTERPRETAÇÃO CONFORME À CONSTITUIÇÃO SEM DECLARAÇÃO DE NULIDADE. EXCLUSÃO DOICMSDO SEU CAMPO DE INCIDÊNCIA. 1. O Federalismo brasileiro exterioriza-se, dentre outros campos, no segmento tributário pela previsão de competências legislativo-fiscais privativas dos entes políticos, reservada à Lei Complementar estabelecer normas gerais. 2. A concessão de benefícios fiscais não é matéria relativa à inciativa legislativa privativa do Chefe do Poder Executivo, nos termos do estabelecido no artigo 61, § 1º, inciso II, alínea b, da CRFB/88. 3. O poder de exonerar corresponde a uma derivação do poder de tributar, assim, presente este, não há impedimentos para que as entidades investidas de competência tributária, como o são os Estados-membros, definam hipóteses deisençãoou de não-incidência das espécies tributárias em geral, à luz das regras de competência tributária, o que não interdita a Constituição estadual de dispor sobre o tema. (...) 8. A concessão unilateral de benefícios fiscais relativos aoICMS,sem a prévia celebração deconvêniointergovernamental, nos termos do que dispõe a LC nº 24/75, recepcionada inequivocamente consoante jurisprudência da Corte, afronta ao disposto no artigo 155, § 2º, XII, “g”, da CRFB/88. 9. O comando constitucional contido no art. 155, § 2º, inciso “g”, que reserva à lei complementar federal “regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal,isenções,incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados” aplicado, *in casu*, revela manifesta a inconstitucionalidade material dos dispositivos da Constituição cearense que outorga incentivo fiscal incompatível com a CRFB/88. Precedentes: ADI 84, Rel. Min. ILMAR GALVÃO, Tribunal Pleno, julgado em 15/02/1996, DJ 19-04-1996). 10. A outorga de benefícios fiscais relativos aoICMS,sem a prévia e necessária celebração deconvênioentre os Estados e o Distrito Federal é manifestamente inconstitucional. Precedentes: ADI 2906/RJ, rel. Min. Marco Aurélio, 1º.6.2011; ADI 2376/RJ, rel. Min. Marco Aurélio, 1º.6.2011; ADI 3674/RJ, rel. Min. Marco Aurélio, 1º.6.2011; ADI 3413/RJ, rel. Min. Marco Aurélio, 1º.6.2011; ADI 4457/PR, rel. Min. Marco Aurélio, 1º.6.2011; ADI 3794/PR, rel. Min. Joaquim Barbosa, 1º.6.2011; ADI 2688/PR, rel. Min. Joaquim Barbosa, 1º.6.2011; ADI 1247/PA, rel. Min. Dias Toffolli, 1º.6.2011; ADI 3702/ES, rel. Min. Dias Toffoli, 1º.6.2011; ADI 4152/SP, rel. Min. Cezar Peluso, 1º.6.2011; ADI 3664/RJ, rel. Min. Cezar Peluso, 1º.6.2011; ADI 3803/PR, rel. Min. Cezar Peluso, 1º.6.2011; ADI 2549/DF, rel. Min. Ricardo Lewandowski, 1º.6.2011. 11. Calcado nessas premissas, forçoso concluir que: a) O § 2º do art. 192 da Constituição cearense concedeisençãotributária deICMSaos implementos e equipamentos destinados aosdeficientesfísicos auditivos, visuais, mentais e múltiplos, bem como aos veículos automotores de fabricação nacional com até 90 HP de potência adaptados para o uso de pessoas portadoras de deficiência, o que acarreta a declaração de sua inconstitucionalidade, sem a pronúncia de nulidade, por um prazo de doze meses. b) O *caput* do artigo 193 da Constituição cearense isenta as microempresas de tributos estaduais, ao passo que seu parágrafo único estende aisenção,de forma expressa, ao ICMS,o que acarreta a declaração de inconstitucionalidade do parágrafo único e do *caput*, este por interpretação conforme para excluir de seu âmbito de incidência oICMS. c) A Inconstitucionalidade do artigo 201 e seu parágrafo único, da Constituição cearense é manifesta, porquanto pela simples leitura dos dispositivos verifica-se que o imposto estadual com tal campo de incidência é oICMS,*verbis*: “Art. 201. Não incidirá imposto, conforme a lei dispuser, sobre todo e qualquer produto agrícola pertencente à cesta básica, produzido por pequenos e microprodutores rurais que utilizam apenas a mão-de-obra familiar, vendido diretamente aos consumidores finais. Parágrafo único. A não-incidência abrange produtos oriundos de associações e cooperativas de produção e de produtores, cujos quadros sociais sejam compostos exclusivamente por pequenos e microprodutores e trabalhadores rurais sem terra. d) O parágrafo único do art. 273 e o inciso III do art. 283, da Constituição cearense incidem na mesma inconstitucionalidade, *verbis*: “Art. 273. Toda entidade pública ou privada que inclua o atendimento à criança e ao adolescente, inclusive os órgãos de segurança, têm por finalidade prioritária assegurar-lhes os direitos fundamentais. Parágrafo único. As empresas privadas que absorvam contingentes de até cinco por cento dedeficientesno seu quadro funcional gozarão de incentivos fiscais de redução de um por cento noICMS.(…) Art. 283. Para estimular a confecção e comercialização de aparelhos de fabricação alternativa para as pessoas portadoras de deficiência, o Estado concederá: (…) III- isençãode cem por cento doICMS. 12. Pedido de inconstitucionalidade julgado parcialmente procedente para declarar: (i) inconstitucional o parágrafo 2º do art. 192, sem a pronúncia de nulidade, por um prazo de doze meses (ii) parcialmente inconstitucional o *caput* do art. 193, dando-lhe interpretação conforme para excluir de seu âmbito de incidência oICMS; (iii) inconstitucional o parágrafo único do artigo 193; (iv) inconstitucional o artigo 201, *caput*, e seu parágrafo único; (v) inconstitucional o parágrafo único do artigo 273; (vi) inconstitucional o inciso III do artigo 283; julgar improcedente o pedido quanto ao *caput* **e §1º do artigo 192, todos os artigos da Constituição cearense.**

**Anexo XIII  
ADI n. 4635 MC-AgR-Ref/SP**

Julgamento: 11/12/2014

EMENTA: ICMS – “GUERRA FISCAL” – CONCESSÃO UNILATERAL DE ISENÇÕES, INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS – NECESSÁRIA OBSERVÂNCIA DA RESERVA CONSTITUCIONAL DE CONVÊNIO COMO PRESSUPOSTO LEGITIMADOR DA OUTORGA, PELO ESTADO-MEMBRO OU PELO DISTRITO FEDERAL, DE TAIS EXONERAÇÕES TRIBUTÁRIAS – PERFIL NACIONAL QUE QUALIFICA A ESTRUTURA JURÍDICO-NORMATIVA DO ICMS – A EXIGÊNCIA DE CONVÊNIO INTERGOVERNAMENTAL COMO LIMITAÇÃO CONSTITUCIONAL AO PODER DE EXONERAÇÃO FISCAL DO ESTADO-MEMBRO/DISTRITO FEDERAL EM TEMA DE ICMS – RECEPÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 24/75 PELA VIGENTE ORDEM CONSTITUCIONAL – O SIGNIFICADO DA IMPRESCINDIBILIDADE DO CONVÊNIO INTERESTADUAL NA OUTORGA DE ISENÇÕES, INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS REFERENTES AO ICMS – DOUTRINA – PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – INSTITUIÇÃO, PELO ESTADO DE SÃO PAULO, DE REGIME DIFERENCIADO DE TRIBUTAÇÃO EM MATÉRIA DE ICMS QUE CULMINA POR INSTAURAR SITUAÇÃO DE APARENTE “COMPETIÇÃO FISCAL INCONSTITUCIONAL” LESIVA AO ESTADO DO AMAZONAS E A SEU POLO INDUSTRIAL – MEDIDAS QUE SE REFEREM À PRODUÇÃO DE “TABLETS” – POSSÍVEL TRANSGRESSÃO, PELOS DIPLOMAS NORMATIVOS PAULISTAS, AO ART. 152 DA CONSTITUIÇÃO, QUE CONSAGRA O “PRINCÍPIO DA NÃO-DIFERENCIAÇÃO TRIBUTÁRIA” – PRECEDENTE DO STF – MEDIDA CAUTELAR REFERENDADA PELO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ICMS – “GUERRA FISCAL” – CONCESSÃO UNILATERAL DE INCENTIVOS E BENEFÍCIOS DE ORDEM TRIBUTÁRIA – INADMISSIBILIDADE – NECESSÁRIA OBSERVÂNCIA DA CLÁUSULA DE RESERVA CONSTITUCIONAL DE CONVÊNIO – A existência de convênios interestaduais celebrados em atenção e em respeito à cláusula da reserva constitucional de convênio, fundada no art. 155, § 2º, inciso XII, alínea “g”, da Constituição da República, traduz pressuposto essencial legitimador da válida concessão, por Estado-membro ou pelo Distrito Federal, de benefícios, incentivos ou exonerações fiscais em tema de ICMS. – Revela-se inconstitucional a concessão unilateral, por parte de Estado-membro ou do Distrito Federal, sem anterior convênio interestadual que a autorize, de quaisquer benefícios tributários referentes ao ICMS, tais como, exemplificativamente, (a) a outorga de isenções, (b) a redução de base de cálculo e/ou de alíquota, (c) a concessão de créditos presumidos, (d) a dispensa de obrigações acessórias, (e) o diferimento do prazo para pagamento e (f) o cancelamento de notificações fiscais. Precedentes. INCONSTITUCIONALIDADES NÃO SE COMPENSAM – A outorga unilateral, por determinado Estado-membro, de benefícios de ordem tributária em tema de ICMS não se qualifica, porque inconstitucional, como resposta legítima e juridicamente idônea à legislação de outro Estado-membro que também se revele impregnada do mesmo vício de inconstitucionalidade e que, por resultar de igual transgressão à cláusula constitucional da reserva de convênio, venha a provocar desequilíbrios concorrenciais entre referidas unidades federadas, assim causando gravame aos interesses do Estado-membro alegadamente prejudicado. É que situações de inconstitucionalidade, porque reveladoras de gravíssima transgressão à autoridade hierárquico-normativa da Constituição da República, não se compensam entre si. Precedente.

**Anexo XIV  
RE n. 596.614/SP**

DJe 20/09/2019

IPI. DIREITO DE CRÉDITO. INSUMOS PROVENIENTES DA ZONA FRANCA DE MANAUS ADQUIRIDOS SOB O REGIME DE ISENÇÃO. PRINCÍPIO DA NÃO-CUMULATIVIDADE. CF/88, ART.43, 1º, II, E 2º, III;153, 3º, II. A partir de hermenêutica constitucional sistemática de múltiplos níveis normativos depreende-se que a Zona Franca de Manaus constitui importante região socioeconômica que, por motivos extrafiscais, excepciona a técnica da não-cumulatividade. É devido o aproveitamento de créditos de IPI na entrada de insumos isentos, não tributados ou sujeitos à alíquota zero provenientes da Zona Franca de Manaus, por força de exceção constitucionalmente justificável à técnica da não-cumulatividade.

# Seminário II

**CRÉDITO TRIBUTÁRIO, LANÇAMENTO E ESPÉCIES DE LANÇAMENTO**

**Leitura básica**

• CARVALHO, Paulo de Barros. *Direito tributário: linguagem e método*. 7ª ed. São Paulo: Noeses, 2018, Item 2.7 (Crédito tributário e lançamento) do Capítulo II da segunda parte.

• CARVALHO, Paulo de Barros. *Curso de direito tributário*. 30 ed. São Paulo: Saraiva, 2019, Capítulo XII.

• CARVALHO, Paulo de Barros. *Direito Tributário: Fundamentos Jurídicos da Incidência*. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2015, Itens 1 e 2 do Capítulo IV.

• CARVALHO, Paulo de Barros. *Derivação e positivação no direito tributário*. Vol. III. São Paulo: Noeses, 2016, Tema XXXII (O procedimento administrativo tributário e o ato jurídico do lançamento).

**Leitura complementar**

• CARRAZZA, Roque Antonio. *Reflexões sobre a obrigação tributária*. São Paulo: Noeses, 2010. Terceira parte do livro.

• FIGUEIREDO, Marina Vieira de. *Lançamento tributário:* revisão e seus efeitos. São Paulo: Noeses, 2014. Itens 4.5.1.5.2 a 4.5.2.

• DALLA PRIA, Rodrigo. A constituição e a cobrança das contribuições previdenciárias pela justiça do trabalho: aspectos processuais relevantes. In: CONRADO, Paulo César. *Processo tributário analítico,* volume II. São Paulo: Noeses, 2016.

• SANTI, Eurico Marcos Diniz de. *Lançamento tributário*. São Paulo: Saraiva, 2010. Capítulos VII e VIII.

• TOMÉ, Fabiana Del Padre. *A prova no direito tributário*. São Paulo: Noeses. Capítulo 8, itens 8.1 a 8.3.

• ZOMER, Silvia Regina. *O tempo jurídico e a homologação tácita*. São Paulo: Noeses. Capítulo 4.

**Questões**

1. Considerando os conceitos de norma, incidência e crédito tributário, responda:

a) Que é lançamento? Definir o conceito especificando: quem pode lançar, se é ato ou procedimento e qual a sua finalidade.

b) É correto afirmar que o lançamento tributário se apresenta em três espécies? Se positiva a resposta, qual o critério que orienta tal classificação, ou seja, o que diferencia uma espécie da outra?

c) O chamado lançamento por homologação é efetivamente lançamento? E o lançamento por declaração?

d) O lançamento tem eficácia declaratória e/ou constitutiva? O que é declarado e/ou constituído? Quando isso ocorre?

e) Confrontar as noções de tempo *no* fato e tempo *do* fato.

f) O que é erro de fato e erro de direito? E mudança de critério jurídico?

2. Dado o auto de infração fictício (anexo I), pergunta-se:

a) Identifique as normas individuais e concretas veiculadas no respectivo auto de infração;

b) Confronte as noções de (i) auto de infração – documento, (ii) ato administrativo de imposição de multa, (iii) ato administrativo de lançamento e (iv) ato de notificação;

c) Em sua opinião, em que instante nasce a obrigação tributária? E o crédito tributário? E, a multa tributária? Que significa “constituição definitiva do crédito”?

3. Empresa XXX, contribuinte de IPI, declara e formaliza seus créditos e débitos, compensa tais valores (não-cumulatividade) e, de acordo com a lei, realiza o pagamento do saldo devedor conforme discriminado abaixo:



Posteriormente, o Fisco Federal glosa os créditos de IPI utilizados pela empresa devedora, sem, contudo, efetuar o lançamento de qualquer valor a título de tributo. Em seguida, encaminha para inscrição na dívida ativa os valores não pagos em razão do aproveitamento indevido dos créditos (R$ 200.000,00), pois entende não ser necessário o lançamento de ofício. Esses valores, por sua vez, são acrescidos das penalidades que o Fisco entende cabíveis, além dos juros de mora. Na sua opinião, está correto o proceder da Fazenda? Ainda, o aproveitamento de créditos da não-cumulatividade pode ser equiparado a pagamento antecipado? A glosa, por sua vez, resultaria em não pagamento? Justifique sua resposta (Vide anexo II e III).

4. Com relação ao lançamento por homologação, pergunta-se:

a) Que é homologação? O que se homologa: (i) o pagamento efetuado antecipadamente; (ii) a norma individual e concreta posta pelo contribuinte; ou (iii) ambos? Justifique sua resposta.

b) Quando se verifica a homologação expressa? Trata-se de ato administrativo? Ainda, é possível revisar-se o ato homologatório expresso? Há no direito positivo a possibilidade de pagamento de tributos sem lançamento?

5. A Lei n. 10.035/00 estabelece que serão executados, nos autos da reclamação trabalhista, os créditos previdenciários devidos em decorrência da decisão proferida pelos Juízes e Tribunais, resultantes de condenação ou homologação do acordo. Pergunta-se: a decisão judicial, cognitiva ou homologatória, constitui o crédito tributário? E, eventuais acordos posteriores entre os litigantes? Há necessidade de lançamento? Como ficam os princípios do contraditório e da ampla defesa? (Vide anexos IV, V e IV).

6. Sobre as hipóteses correlatas às alterações do lançamento, responda:

a) Há diferença entre erro de direito e mudança de critério jurídico, para fins de revisão do lançamento tributário? Há possibilidade de revisão do lançamento fundado em erro de direito? E em erro de fato? Qualquer erro de fato é suficiente para fundamentar a alteração do lançamento? (Vide anexos VII, VIII e IX).

b) A alteração da base de cálculo, ou da sistemática de apuração do tributo pode ser feita mediante retificação do lançamento? A eleição errônea da base de cálculo, ou da sistemática de apuração configura-se como erro de fato, erro de direito ou mudança do critério jurídico? Tem o condão de acarretar anulação do lançamento? (Vide anexos X, XI e XII)

**Sugestão para pesquisa suplementar**

• Capítulo 4 do livro *Lançamento tributário*: revisão e seus efeitos, de Marina Vieira de Figueiredo. São Paulo: Noeses.

• Artigo: “Vícios formais e materiais no lançamento tributário, de Regis Fernandes de Oliveira”, *in* VIII Congresso Nacional de Estudos Tributários do IBET. São Paulo: Noeses.

• Livro *Lançamento tributário e “autolançamento”*, de Estevão Horvath. São Paulo: Quartier Latin.

• Livro *Lançamento tributário,* de José Souto Maior Borges. São Paulo: Malheiros.

• Livro *Curso de decadência e de prescrição no direito tributário – regras do direito e segurança jurídica*, de Renata Elaine Silva, Livro I, Cap. IV, item 4.4. São Paulo: Noeses.

• Livro *Direito Processual Tributário Brasileiro (Administrativo e Judicial),* de James Marins. São Paulo: Dialética, Cap. 6.

• Capítulo XI, itens 4 e 7 do livro *Curso de teoria geral do direito*, de Aurora Tomazini de Carvalho. São Paulo: Noeses.

• §§ 1~~º~~, 2~~º~~ e 3~~º~~ do Capítulo IV, Parte VII; §§ 1~~º~~, 2~~º~~, 3~~º~~ e 6~~º~~ do Capítulo II, Parte I, do livro *Lançamento:* teoria geral do ato administrativo, do procedimento e do processo tributário, de Alberto Pinheiro Xavier. São Paulo: Forense.

• Livro II, Capítulo II, “Crédito tributário, lançamento e espécies de lançamento”, de Maria Rita Ferragut, *in* *Curso de especialização em direito tributário –* homenagem a Paulo de Barros Carvalho, coord. Eurico Marcos Diniz de Santi. Rio de Janeiro: Forense.

• Capítulo IX do livro *Presunções no direito tributário*, de Maria Rita Ferragut. São Paulo: Quartier Latin.

• Artigo: “O controle de legalidade dos lançamentos que requalificam fatos”, de Karem Jureidini Dias, *in* VIII Congresso Nacional de Estudos Tributários do IBET.

• Artigo: “A incidência da norma jurídica – O cerco da linguagem”, de Gabriel Ivo, *Revista de Direito Tributário* n. 79.

• Artigo: “Lançamento por homologação – decadência e pedido de repetição”, de Paulo de Barros Carvalho, *Repertório IOB de Jurisprudência*, 1~~ª~~ quinzena de fevereiro de 1997, n. 3/97, Caderno 1.

• Parte II do Livro Extinção do Crédito Tributário. Homenagem ao Professor José Souto Maior Borges. Belo Horizonte: Ed. Fórum, 2013.

**Anexo I  
AIIM**

| SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA  COORDENAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA  DIRETORIA EXECUTIVA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA  **AUTO DE INFRAÇÃO E IMPOSIÇÃO DE MULTA** | | | | | | | | 3ª Via Infrator | | | | | |  |  | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| NÚMERO  5050505 | | | | DC  5 | |
| DRT(C)  II |  | | | | PF(C)  333 – MORUMBI | | | | | | | | | | TELEFONE  (11)0000-0000 | | |
| ENDEREÇO DO POSTO  Rua da Paz, 159 | | | | | | | | | | | MUNICÍPIO  São Paulo | | | | | | |
| LAVRATURA – LOGRADOURO  Rua dos Guararapes, 330 | | | | | | | | | | | DATA  02/02/2015 | | | | | | HORA  10:30 |
| INFRATOR – NOME  Bate o Pé Indústria e Calçados Ltda. | | | | | | | | | | | | | | | | | I.E.  000.000.000.000 |
| CGC/RG/CPF  99.999.999/0001-00 | | | | CNAE  88888-8/88 | | | ATIVIDADE  Fabricação de Calçados | | | | | | | | | | |
| ENDEREÇO (RUA, AVENIDA, PRAÇA)  Rua dos Sapateiros | | | | | | | | | Nº  230 | | | | | Complemento  Cj. 03 | | | |
| BAIRRO OU DISTRITO  Itambé | | | MUNICÍPIO  Itapopoca | | | | | | | | | | UF  SP | | CEP  15015-015 | | |
| RELATO DA INFRAÇÃO – CAPITULAÇÃO DA INFRAÇÃO E DA MULTA (APÓS O RELATO DE CADA ITEM) I – INFRAÇÃO RELATIVAS AO PAGAMENTO DO IMPOSTO 1. Deixou de pagar o imposto de R$ 11.599,29 (onze mil quinhentos e noventa e nove reais e vinte e nove centavos) no dia 01/01/2014, referentes à saída de mercadorias (operações tributadas à alíquota de 18%), mas consideradas como não tributadas, sendo que os documentos fiscais do período foram emitidos e escriturados regularmente, conforme abaixo demonstrado:    DATA VALOR DA DIF. ICMS DEVIDO  01/01/2014 R$ 64.440,48 R$ 11.599,29  **INFRINGÊNCIA:** arts 112 e 52 do RICMS (Decreto 45.490/2000).  **Art. 52** - **As alíquotas do imposto**, salvo exceções previstas nos artigos 53, 54 e 55, são (Lei 6.374/89, art. 34, caput, com alterações da Lei 10.619/00, arts. 1°, XVIII, e 2°, IV, § 1°, 4, e § 4°, Lei 6.556/89, art. 1°, Lei 10.991/01, art. 1°, Resoluções do Senado Federal n° 22, de 19-05-89 e n° 95, de 13-12-96):  I - nas operações ou prestações internas, ainda que iniciadas no exterior, **18% (dezoito por cento);**  (...)  **Artigo 112** - O imposto apurado na forma do artigo 87 e declarado nos termos dos artigos 253 a 258, observado o disposto no artigo 566, poderá ser recolhido sem os acréscimos legais, tais como a multa prevista no artigo 528 e os juros de mora, até o dia indicado no Anexo IV (Lei 6.374/89, art. 59).  **CAPITULAÇÃO DA MULTA:** art. 85, I, alínea “c”, c/c §§ 1ºda Lei nº 6.374/89.  **Art. 85** - O descumprimento das obrigações principal e acessórias, instituídas pela legislação do Imposto sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, fica sujeita às seguintes penalidades:  **I - infrações relativas ao pagamento do imposto;**  c) falta de pagamento do imposto nas seguintes hipóteses: emissão e/ou escrituração de documento fiscal de operação ou prestação tributária como não tributada ou isenta, erro na aplicação da alíquota, na determinação da base de cálculo ou erro na apuração do valor do imposto, desde que, neste caso, o documento tenha sido emitido e escriturado regularmente - multa equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto;  ***(...)***  Parágrafo 1° - A aplicação das penalidades previstas neste artigo deve ser feita sem prejuízo da exigência do imposto em auto de infração e das providências necessárias à instauração da ação penal cabível, inclusive por crime de desobediência.  **Continuação**  2. O débito fiscal fica sujeito a juros de mora nos termos do art. 96 da Lei 6.374/89, na redação dada pela Lei 10.619/00, de 19/07/00.  3. A situação acima descrita poderá ser comunicada ao Ministério Público para providências penais (Portaria CAT – 05, de 17/01/2000).  4. O Auto de Infração e Imposição de Multa permanecerá no PFC – 333, sito na Rua da Paz, 159, São Paulo/SP, aguardando a fluência do prazo regulamentar para o pagamento ou apresentação de defesa. | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| TOTAL DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO POR ESTE AUTO CONFORME “DEMONSTRATIVO DO DÉBITO FISCAL” ANEXO | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| IMPOSTO  R$ 11.599,29 | | CORREÇÃO MONETÁRIA | | | | JUROS DE MORA  R$ 1.275,92 | | | | MULTA  R$ 5.799,64 | | | | | | TOTAL  R$ 18.674,85 | |
| RECEBI A 3ª VIA E CÓPIAS DE DEMONSTRATIVOS E/OU DOCUMENTOS  EM 05/05/2015 João da Silva  Autuado ou representante | | | | | | | | AFR  Josenias Alberto  R.G. 99.999.999-9 SSP/SP | | | | | | | | | |

**Anexo II  
Súmula n. 436 do STJ**

DJ 13/05/2010

A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco.

**Anexo III  
CARF - Processo nº 11070.722571/2014­03**

Recurso nº Voluntário Acórdão nº 3402­003.801 – 4ª Câmara / 2ª Turma Sessão de 26 de janeiro de 2017.

Matéria IPI Auto de Infração (ZFM) Recorrente VONPAR REFRESCOS S.A. Recorrida FAZENDA NACIONAL.

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS IPI Período de apuração: 01/01/2009 a 31/03/2010 IPI. LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. DECADÊNCIA DO DIREITO. PRESUNÇÃO DE PAGAMENTO ANTECIPADO. A presunção de pagamento antecipado prevista no art. 124, parágrafo único, III, do RIPI/2002, somente opera em relação a créditos admitidos pelo regulamento. Sendo ilegítimos os créditos glosados e tendo os saldos credores da escrita fiscal dado lugar a saldos devedores que não foram objeto de pagamento antes do exame efetuado pela autoridade administrativa, o prazo de decadência deve ser contato pela regra do art. 173, I, do CTN. ALTERAÇÃO DE CRITÉRIO JURÍDICO. ART. 146 DO CTN. NÃO OCORRÊNCIA. A alteração de critério jurídico que impede a lavratura de outro Auto de Infração diz respeito a um mesmo lançamento e não a lançamentos diversos, como aduzido neste caso. IPI. CRÉDITO. PRODUTOS ISENTOS ORIUNDOS DA ZONA FRANCA DE MANAUS (ZFM)). DECISÃO JUDICIAL COISA JULGADA. A autoridade administrativa está adstrita a aplicar exatamente o comando determinado pelo Poder Judiciário, sem qualquer margem de discricionariedade. ZFM. INSUMOS. CRÉDITO FICTO DO ART. 6º DO DECRETO­LEI Nº 1.435/75. ISENÇÃO. AMAZÔNIA OCIDENTAL. A aquisição de insumos isentos, provenientes da Zona Franca de Manaus, não legitima aproveitamento de créditos de IPI. No art. 6º do Decreto­Lei nº 1.435/75, entende­se por “matérias­primas agrícolas e extrativas vegetais de produção regional”, aquelas produzidas na área da Amazônia Ocidental. Não se tratando os insumos de matérias­primas agrícolas e/ou extrativas vegetais de produção regional, não há direito ao creditamento ficto. IPI. CLASSIFICAÇÃO FISCAL. KITS DE CONCENTRADOS PARA PRODUÇÃO DE REFRIGERANTES. Nas hipóteses em que a mercadoria descrita como “kit ou concentrado para refrigerantes” constitui­se de um conjunto cujas partes consistem em diferentes matérias­primas e produtos intermediários que só se tornam efetivamente uma preparação composta para elaboração de bebidas em decorrência de nova etapa de industrialização ocorrida no estabelecimento adquirente, cada um dos componentes desses “kits” deverá ser classificado no código próprio da TIPI. SUFRAMA. CLASSIFICAÇÃO FISCAL DA MERCADORIA. Nos atos de sua competência, a SUFRAMA pode tratar os kits como se fossem uma mercadoria única, o que não afeta a validade desses atos para os objetivos propostos, porém este tratamento não prevalece para fins de Classificação Fiscal da mercadoria. (enquadramento na TIPI). MULTA DE OFÍCIO. INEFICÁCIA NORMATIVA DAS DECISÕES ADMINISTRATIVAS. PREVISÃO EM LEI. EXIGÊNCIA. É cabível a exigência de penalidade, nos casos em que não se discute o direito ao crédito de IPI oriundo de insumos isentos, pois a empresa possui decisão judicial sobre o assunto. Os valores objeto de discussão abrangem exclusivamente o aproveitamento indevido de créditos por erro na alíquota de cálculo, prescrita pelo art. 569 do RIPI/2010, com espeque no art. 80 da Lei 4.502/64, com redação dada pelo art. 13 da Lei 11.448, de 15/06/2007, assunto em relação ao qual inexiste jurisprudência administrativa. JUROS DE MORA SOBRE MULTA DE OFÍCIO. A literalidade do artigo 61, caput e §3º da Lei n. 9.430, de 1996, separa os débitos tributários das penalidades (multas de ofício), determinando a incidência dos juros só sobre os primeiros, e não sobre as segundas. Assim falta previsão legal para a incidência da Selic sobre a multa de ofício imposta nos autos de infração lavrados pela RFB. Recurso Voluntário Provido em Parte.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos. Acordam os membros do colegiado, em DAR provimento parcial ao recurso voluntário da seguinte forma: (a) por unanimidade de votos, foram rejeitadas as preliminares de nulidade do lançamento; (b) pelo voto de qualidade, rejeitou­se a preliminar de decadência e negou-se provimento quanto ao mérito. Vencidos os Conselheiros Carlos Augusto Daniel Neto, Diego Diniz Ribeiro, Thais de Laurentiis Galkowicz e Maysa de Sá Pittondo Deligne. Designado o Conselheiro Waldir Navarro Bezerra. O Conselheiro Diego Diniz Ribeiro deu provimento ao recurso por entender que o contribuinte estava amparado pela coisa julgada que garantia o direito ao aproveitamento dos créditos correspondentes à classificação propugnada pelo Contribuinte; (c) por maioria de votos, excluiu­se a cobrança de juros de mora sobre a multa de ofício na fase de liquidação administrativa do presente julgado. Vencidos os Conselheiros Jorge Freire, Waldir Navarro Bezerra e Maria Aparecida Martins de Paula. Designada a Conselheira Thais de Laurentiis Galkowicz. Os Conselheiros Jorge Freire, Diego Diniz Ribeiro e Maysa de Sá Pittondo Deligne apresentaram declarações de voto. (assinado digitalmente) Antonio Carlos Atulim Presidente. (assinado digitalmente)

**Anexo IV  
Conflito de Competência n. 108.446/SP**

Julgamento: 24/02/2010

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA FEDERAL E TRABALHISTA. EXECUÇÃO FISCAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. INCIDÊNCIA DO ART. 109, I, DA CARTA MAGNA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.

1. O Art. 114, incisos VII, VIII e IX, da Carta Magna, por força das alterações engendradas pela promulgação da Emenda Constitucional n. 45/2004, respectivamente dispõem que – Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar: as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações do trabalho; a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, a, e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir; outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei.

2. *In casu*, trata-se de execução fiscal ajuizada pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, objetivando o recebimento de quantia a título de contribuição previdenciária, supostamente devida e não recolhida aos cofres públicos, de natureza eminentemente fiscal advinda de diversas origens, como bem asseverado na decisão suscitante do presente conflito: “A Justiça do Trabalho é manifestamente incompetente para apreciação da matéria. Com efeito, a teor do art. 114, VII e VIII da CF, a competência para os feitos de execução fiscal é restrita a duas hipóteses específicas. A primeira, relativamente às penalidades administrativas aplicadas pelos órgãos de fiscalização do trabalho, matéria estranha à presente demanda. A segunda, concerne à cobrança de contribuições previdenciárias de ofício. Ora, execuções que tais, as quais independem de provocação da União, são restritas às realizadas incidentalmente nos autos de reclamações trabalhistas e não alcançam os feitos de natureza exclusivamente fiscal, como no caso vertente.

Registre-se que, em se tratando de matéria de ordem pública, é incabível exegese ampliativa ou extensiva. Ademais, ainda que assim não fosse, pelo que se depreende da certidão da dívida ativa de fls.06/16, a pretensão engloba não só contribuições decorrentes de ações trabalhistas, mas também outras de origens diversas, como as devidas a terceiros (INCRA, SENAI, SESI, SEBRAE), o que, por si só, revela a irregularidade do procedimento adotado”.

3. Realmente, é que, conforme decidido pela Primeira Seção no CC n. 69268/AL, “1. A competência da Justiça do Trabalho, conferida pelo §3~~º~~ do artigo 114 da Constituição Federal, para executar, de ofício, as contribuições sociais que prevê, decorre de norma de exceção, a ser interpretada restritivamente. Nela está abrangida apenas a execução de contribuições previdenciárias incidentes sobre pagamentos efetuados em decorrência de sentenças proferidas pelo Juízo Trabalhista, única suscetível de ser desencadeada “de ofício”.

4. Processo de execução movida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS para cobrar contribuições sociais descontadas dos empregados e não repassadas à autarquia previdenciária, não está relacionado com cobrança de penalidade imposta por órgão de fiscalização das relações de trabalho.” (CC 69268/AL, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Seção, julgado em 22/11/2006, DJ 11/12/2006 p. 304).

5. A causa *in foco* submete-se à regra geral de competência da Justiça Federal, insculpida no art. 109, I, da Carta Magna de 1988, segundo a qual – Aos juízes federais compete processar e julgar: as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidente de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho (Precedentes: CC 64565, Rel. Ministro Luiz Fux, DJ 04.08.08; CC 093878, Rel. Min. Castro Meira, DJ 17.3.2008; CC 55540/SP, Rel. Ministra Eliana Calmon, Primeira Seção, DJ 26/06/2006; CC 63.643/GO, Rel. Ministro Humberto Martins, Primeira Seção, DJ 12/02/2007; CC 57.568/GO, Rel. Ministra Eliana Calmon, PRIMEIRA SEÇÃO, DJ 26/06/2006; CC 46.889/SP, Rel. Ministro José Delgado, Primeira Seção, DJ 28/03/2005; CC 57.095/SP, Rel. Ministra Eliana Calmon, Primeira Seção, DJ 26/06/2006).

6. A competência da Justiça Federal é definida em razão das pessoas que figuram nos polos da demanda (*ratione personae*), à luz do art. 109, I, da Carta Magna. Dessarte, restando a execução fiscal ajuizada pelo Instituto do Nacional do Seguro Social – INSS, entidade autárquica federal, e excluídas as hipóteses da competência da Justiça Laboral previstas no art. 114 da CF/88, subjaz a competência da Justiça Federal para processar e julgar o feito principal.

7. Conflito negativo de competência conhecido para declarar a competência do JUÍZO DA 3~~ª~~ VARA FEDERAL DE SANTO ANDRÉ.

**Anexo V  
Conflito de Competência n. 123.855/SP**

DJ 13/03/2013

SENTENÇA TRABALHISTA CONDENATÓRIA. CRÉDITO PREVIDENCIÁRIO RECONHECIDO. FALÊNCIA DO EMPREGADOR. PEDIDO DE HABILITAÇÃO DO CRÉDITO NO JUÍZO UNIVERSAL. CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA. LANÇAMENTO. INEXIGIBILIDADE. SENTENÇA TRABALHISTA QUE É EM SI TÍTULO EXECUTIVO. ART. 114, INC. VIII, DA CF/1988, ARTS. 832, § 3~~º~~, E 876, *CAPUT* E PARÁGRAFO ÚNICO, DA CLT E ART. 43 DA LEI N. 8.212/1991. 1. A controvérsia diz respeito ao inconformismo da Fazenda Nacional resultante da negativa de habilitação, em processo falimentar, do crédito previdenciário decorrente de verba trabalhista – a cujo pagamento a massa falida foi condenada -, tendo as instâncias ordinárias afastado a pretensão fazendária, afirmando inexistir crédito materializado em Certidão de Dívida Ativa (CDA). 2. Tradicionalmente, sempre se entendeu que a ocorrência do fato gerador – concreta ou presumida realização da hipótese de incidência do tributo, prevista de forma abstrata na lei – faz nascer a obrigação tributária, que é o vínculo jurídico em virtude do qual se viabiliza ao Estado constituir o crédito tributário contra o particular. Este (crédito tributário), à sua vez, tem como gênese o lançamento, e somente a partir de sua regular constituição é que o Estado poderia exigir o pagamento do tributo. 3. Porém, no que concerne aos débitos previdenciários resultantes de ações trabalhistas, o art. 114, inciso VIII, com a redação que lhe foi conferida pela EC 45/2004, estabelece a competência da Justiça do Trabalho para “a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, a , e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir”. Na mesma linha são os arts. 832, § 3~~º~~, e 876, *caput* e parágrafo único, da CLT, e art. 43 da Lei n. 8.212/1991. 4. Com efeito, a Constituição Federal quis criar um direito novo com a imposição de que a Justiça do Trabalho execute, de ofício, os créditos previdenciários resultantes diretamente da sentença proferida. Por essa ótica, a constituição do crédito tributário pela via administrativa do lançamento, da qual resulta um título extrajudicial (CDA, *ex vi* do art. 585, inciso VII, do CPC), não se confunde com o crédito materializado no título executivo judicial no qual foi reconhecida uma obrigação tributária, nascida com o fato gerador, cuja ocorrência se dá “na data da prestação do serviço” (art. 43, § 2~~º~~, da Lei n. 8.212/1991). 5. *Assim, a controvérsia desata-se com a constatação de que a sentença da Justiça Laboral – que condenou o empregador a uma obrigação de caráter trabalhista e, por consequência, reconheceu a existência do fato gerador da obrigação tributária – insere-se na categoria geral de “sentença proferida no processo civil que reconhe[ce] a existência de obrigação de fazer, não fazer, entregar coisa ou pagar quantia” (art. 475-N, CPC), consubstanciando, ela própria, o título executivo judicial no* *qual subjaz o crédito para a Fazenda Pública*. 6. Recurso especial provido para dispensar a apresentação da Certidão de Dívida Ativa pela Fazenda Nacional e determinar o prosseguimento do pedido de habilitação de crédito, como entender de direito o juízo falimentar. CC 123.855/SP, DJ 13/03/2013.

**Anexo VI**

**TST-RR-648/2003-055-15-00.3**

DEJT 07/11/2008

“RECURSO DE REVISTA. EXECUÇÃO. ACORDO HOMOLOGADO APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. BASE DE CÁLCULO. PROPORCIONALIDADE ENTRE PARCELAS DE CUNHO SALARIAL E INDENIZATÓRIO. RECURSO DE REVISTA CONHECIDO E PROVIDO. O artigo 764, § 3º, da CLT autoriza as partes a homologarem acordo que ponha termo ao processo, ainda mesmo depois de encerrado o juízo conciliatório.”RECURSO DE REVISTA . EXECUÇÃO. ACORDO HOMOLOGADO APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. BASE DE CÁLCULO. PROPORCIONALIDADE ENTRE PARCELAS DE CUNHO SALARIAL E INDENIZATÓRIO. RECURSO DE REVISTA CONHECIDO E PROVIDO. O artigo 764, § 3º, da CLT autoriza as partes a homologarem acordo que ponha termo ao processo, ainda mesmo depois de encerrado o juízo conciliatório. Caso essa transação ocorra após a liquidação da sentença, formará novo título executivo sobre o qual incidirá o recolhimento da contribuição previdenciária, consoante a disposição contida no artigo 195, I, a, da Constituição Federal . Isto porque, de acordo com o disposto no artigo 195, I, a, da Constituição Federal, o fato gerador da contribuição previdenciária são rendimentos pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física prestadora de serviço, ainda que não seja reconhecido vínculo empregatício. Recurso de revista conhecido e provido”. (TST-RR-648/2003-055-15-00-3, Min Relator Caputo Basto, pub. 07.11.2008)

**Anexo VII  
Solução de Consulta Interna Cosit/RFB n. 08/2013**

Data: 08/03/2013

LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO. ANULAÇÃO. ERRO NA IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO. VÍCIO FORMAL OU MATERIAL.

Mera irregularidade na identificação do sujeito passivo que não prejudique o exercício do contraditório não gera nulidade do ato de lançamento.

A ocorrência de defeito no instrumento do lançamento que configure erro de fato é convalidável e, por isso, anulável por vício formal.

Apenas o erro na subsunção do fato ao critério pessoal da regra-matriz de incidência que configure erro de direito é vício material.

Dispositivos Legais: arts. 10, 11 e 60 do Decreto n. 70.235, de 1972 Processo Administrativo Fiscal (PAF); arts. 142 e 173, II, da Lei n. 5.172, de 1966 Código Tributário Nacional (CTN).

**Anexo VIII  
REsp n. 1.130.545/RJ**

Julgamento: 22/02/2011

PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ARTIGO 543-C, DO CPC. TRIBUTÁRIO E PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO. IPTU. RETIFICAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DO IMÓVEL. FATO NÃO CONHECIDO POR OCASIÃO DO LANÇAMENTO ANTERIOR (DIFERENÇA DA METRAGEM DO IMÓVEL CONSTANTE DO CADASTRO). RECADASTRAMENTO. NÃO CARACTERIZAÇÃO. REVISÃO DO LANÇAMENTO. POSSIBILIDADE. ERRO DE FATO. CARACTERIZAÇÃO.

1. A retificação de dados cadastrais do imóvel, após a constituição do crédito tributário, autoriza a revisão do lançamento pela autoridade administrativa (desde que não extinto o direito potestativo da Fazenda Pública pelo decurso do prazo decadencial), quando decorrer da apreciação de fato não conhecido por ocasião do lançamento anterior, *ex vi* do disposto no artigo 149, inciso VIII, do CTN.

2. *O ato administrativo do lançamento tributário, devidamente notificado ao contribuinte, somente pode ser revisto nas hipóteses enumeradas no artigo 145, do CTN, verbis:* “Art. 145. O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de: I – impugnação do sujeito passivo; II – recurso de ofício; III – iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nos casos previstos no artigo 149.”

3. *O artigo 149, do Codex Tributário, elenca os casos em que se revela possível a revisão de ofício do lançamento tributário*, quais sejam:

“Art. 149. O lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa nos seguintes casos:

I – quando a lei assim o determine; II – quando a declaração não seja prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária; III – quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração nos termos do inciso anterior, deixe de atender, no prazo e na forma da legislação tributária, a pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recuse-se a prestá-lo ou não o preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade; IV – quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória; V – quando se comprove omissão ou inexatidão, por parte da pessoa legalmente obrigada, no exercício da atividade a que se refere o artigo seguinte; VI – quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo, ou de terceiro legalmente obrigado, que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária; VII – quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação; VIII – quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior; IX – quando se comprove que, no lançamento anterior, ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou, ou omissão, pela mesma autoridade, de ato ou formalidade especial. Parágrafo único. A revisão do lançamento só pode ser iniciada enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública.”

4. Destarte, *a revisão do lançamento tributário, como consectário do poder-dever de autotutela da Administração Tributária, somente pode ser exercido nas hipóteses do artigo 149, do CTN, observado o prazo decadencial para a constituição do crédito tributário.*

5. Assim é que *a revisão do lançamento tributário por erro de fato (artigo 149, inciso VIII, do CTN) reclama o desconhecimento de sua existência ou a impossibilidade de sua comprovação à época da constituição do crédito tributário.*

6. Ao revés, *nas hipóteses de erro de direito* (equívoco na valoração jurídica dos fatos), *o ato administrativo de lançamento tributário revela-se imodificável*, máxime em virtude do princípio da proteção à confiança, *encartado no artigo 146, do CTN, segundo o qual “a modificação introduzida, de ofício ou em consequência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução”.*

7. Nesse segmento, é que a Súmula 227/TFR consolidou o entendimento de que “a mudança de critério jurídico adotado pelo Fisco não autoriza a revisão de lançamento”.

8. A distinção entre o “erro de fato” (que autoriza a revisão do lançamento) e o “erro de direito” (hipótese que inviabiliza a revisão) é enfrentada pela doutrina, *verbis*:

“Enquanto o ‘erro de fato’ é um problema intranormativo, um desajuste interno na estrutura do enunciado, o ‘erro de direito’ é vício de feição internormativa, um descompasso entre a norma geral e abstrata e a individual e concreta. Assim constitui ‘erro de fato’, por exemplo, a contingência de o evento ter ocorrido no território do Município ‘X’, mas estar consignado como tendo acontecido no Município ‘Y’ (erro de fato localizado no critério espacial), ou, ainda, quando a base de cálculo registrada para efeito do IPTU foi o valor do imóvel vizinho (erro de fato verificado no elemento quantitativo).’Erro de direito’, por sua vez, está configurado, exemplificativamente, quando a autoridade administrativa, em vez de exigir o ITR do proprietário do imóvel rural, entende que o sujeito passivo pode ser o arrendatário, ou quando, ao lavrar o lançamento relativo à contribuição social incidente sobre o lucro, mal interpreta a lei, elaborando seus cálculos com base no faturamento da empresa, ou, ainda, quando a base de cálculo de certo imposto é o valor da operação, acrescido do frete, mas o agente, ao lavrar o ato de lançamento, registra apenas o valor da operação, por assim entender a previsão legal. A distinção entre ambos é sutil, mas incisiva.” (Paulo de Barros Carvalho, in “Direito Tributário – Linguagem e Método”, 2~~ª~~ Ed., Ed. Noeses, São Paulo, 2008, págs. 445/446).

“O erro de fato ou erro sobre o fato dar-se-ia no plano dos acontecimentos: dar por ocorrido o que não ocorreu. Valorar fato diverso daquele implicado na controvérsia ou no tema sob inspeção. O erro de direito seria, à sua vez, decorrente da escolha equivocada de um módulo normativo inservível ou não mais aplicável à regência da questão que estivesse sendo juridicamente considerada. Entre nós, os critérios jurídicos (art. 146, do CTN) reiteradamente aplicados pela Administração na feitura de lançamentos têm conteúdo de precedente obrigatório. Significa que tais critérios podem ser alterados em razão de decisão judicial ou administrativa, mas a aplicação dos novos critérios somente pode dar-se em relação aos fatos geradores posteriores à alteração.” (Sacha Calmon Navarro Coêlho, in “Curso de Direito Tributário Brasileiro”, 10~~ª~~ Ed., Ed. Forense, Rio de Janeiro, 2009, pág. 708).

“O comando dispõe sobre a apreciação de fato não conhecido ou não provado à época do lançamento anterior. Diz-se que este lançamento teria sido perpetrado com erro de fato, ou seja, defeito que não depende de interpretação normativa para sua verificação. Frise-se que não se trata de qualquer ‘fato’, mas aquele que não foi considerado por puro desconhecimento de sua existência. Não é, portanto, aquele fato, já de conhecimento do Fisco, em sua inteireza, e, por reputá-lo despido de relevância, tenha-o deixado de lado, no momento do lançamento. Se o Fisco passa, em momento ulterior, a dar a um fato conhecido uma ‘relevância jurídica’, a qual não lhe havia dado, em momento pretérito, não será caso de apreciação de fato novo, mas de pura modificação do critério jurídico adotado no lançamento anterior, com fulcro no artigo 146, do CTN, (...). Neste art. 146, do CTN, prevê-se um ‘erro’ de valoração jurídica do fato (o tal ‘erro de direito’), que impõe a modificação quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua ocorrência. Não perca de vista, aliás, que inexiste previsão de erro de direito, entre as hipóteses do art. 149, como causa permissiva de revisão de lançamento anterior.” (Eduardo Sabbag, in “Manual de Direito Tributário”, 1~~ª~~ ed., Ed. Saraiva, pág. 707).

9. *In casu*, restou assente na origem que: “Com relação à declaração de inexigibilidade da cobrança de IPTU progressivo relativo ao exercício de 1998, em decorrência de recadastramento, o bom direito conspira a favor dos contribuintes por duas fortes razões. Primeira, a dívida de IPTU do exercício de 1998 para com o fisco municipal se encontra quitada, subsumindo-se na moldura de ato jurídico perfeito e acabado, desde 13.10.1998, situação não desconstituída, até o momento, por nenhuma decisão judicial.

Segunda, afigura-se impossível a revisão do lançamento no ano de 2003, ao argumento de que o imóvel em 1998 teve os dados cadastrais alterados em função do Projeto de Recadastramento Predial, depois de quitada a obrigação tributária no vencimento e dentro do exercício de 1998, pelo contribuinte, por ofensa ao disposto nos artigos 145 e 149, do Código Tribunal Nacional.

Considerando que a revisão do lançamento não se deu por erro de fato, mas, por erro de direito, visto que o recadastramento no imóvel foi posterior ao primeiro lançamento no ano de 1998, tendo baseado em dados corretos constantes do cadastro de imóveis do Município, estando o contribuinte notificado e tendo quitado, tempestivamente, o tributo, não se verifica justa causa para a pretensa cobrança de diferença referente a esse exercício.”

10. Consectariamente, verifica-se que o lançamento original reportou-se à área menor do imóvel objeto da tributação, por desconhecimento de sua real metragem, o que ensejou a posterior retificação dos dados cadastrais (e não o recadastramento do imóvel), hipótese que se enquadra no disposto no inciso VIII, do artigo 149, do Codex Tributário, razão pela qual se impõe a reforma do acórdão regional, ante a higidez da revisão do lançamento tributário.

10. Recurso especial provido. Acórdão submetido ao regime do artigo 543-C, do CPC, e da Resolução STJ 08/2008.

**Acórdão**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, os Ministros da PRIMEIRA SEÇÃO do Superior Tribunal de Justiça acordam, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, dar provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Castro Meira, Arnaldo Esteves Lima, Humberto Martins, Herman Benjamin, Mauro Campbell Marques e Benedito Gonçalves votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausentes, justificadamente, os Srs. Ministros Hamilton Carvalhido e Eliana Calmon.

**Anexo IX  
Parecer Normativo Cosit n. 8, de 03 de setembro de 2014**

NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO. REVISÃO E RETIFICAÇÃO DE OFÍCIO – DE LANÇAMENTO E DE DÉBITO CONFESSADO, RESPECTIVAMENTE – EM SENTIDO FAVORÁVEL AO CONTRIBUINTE. CABIMENTO. ESPECIFICIDADES. A revisão de ofício de lançamento regularmente notificado, para reduzir o crédito tributário, pode ser efetuada pela autoridade administrativa local para crédito tributário não extinto e indevido, no caso de ocorrer uma das hipóteses previstas nos incisos I, VIII e IX do art. 149 do Código Tributário Nacional – CTN, quais sejam: quando a lei assim o determine, aqui incluídos o vício de legalidade e as ofensas em matéria de ordem pública; erro de fato; fraude ou falta funcional; e vício formal especial, desde que a matéria não esteja submetida aos órgãos de julgamento administrativo ou já tenha sido objeto de apreciação destes. A retificação de ofício de débito confessado em declaração, para reduzir o saldo a pagar a ser encaminhado à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN para inscrição na Dívida Ativa, pode ser efetuada pela autoridade administrativa local para crédito tributário não extinto e indevido, na hipótese da ocorrência de erro de fato no preenchimento da declaração. DOU 04/09/2014.

**Anexo X  
AgRg em EREsp n. 759.704/SP**

Julgamento: 28/10/2009

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. *EXCLUSÃO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL (IAA) DA BASE DE CÁLCULO DO ICMS. NULIDADE DA CDA. NECESSIDADE DE NOVO LANÇAMENTO*. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. ACÓRDÃO EMBARGADO EM SINTONIA COM A ORIENTAÇÃO DA PRIMEIRA SEÇÃO (ERESP 602.002/SP). APLICAÇÃO DA SÚMULA 168/STJ. 1. Agravo regimental contra decisão que indeferiu liminarmente os embargos de divergência (art. 266, § 3º, do RISTJ). 2. Acórdão embargado em sintonia com a jurisprudência da Primeira Seção, no sentido de que *a exclusão do valor inconstitucionalmente adicionado a título de contribuição ao IAA da base de cálculo do ICMS não configura simples operação aritmética*, o que enseja a nulidade da CDA ante a necessidade de novo lançamento. Precedente: (EREsp 602.002/SP, Rel. Ministro  Humberto Martins, Primeira Seção, julgado em 27/6/2007, DJ 27/8/2007). 3. Aplicação da Súmula 168/STJ: “Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do Tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado.” 4. Agravo regimental não provido.

**Anexo XI  
AgRg no AI n. 1.261.087/RJ**

Julgamento: 16/12/2010

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. IPTU. LANÇAMENTO COMPLEMENTAR. ACÓRDÃO QUE DEFINE PELA EXISTÊNCIA DE ERRO DE FATO E NÃO DE REVISÃO DO CRITÉRIO JURÍDICO DO LANÇAMENTO. EXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7 DO STJ.

1. Trata-se originariamente de mandado de segurança em que se busca a anulação de cobrança de IPTU.

2. Entendimento deste Tribunal de que a mudança do lançamento tributário motivado por erro de direito é vedado pelo CTN. (Súmula 227/TFR).

3. Definiu o acórdão de origem, consubstanciado no conjunto fático-probatório dos autos, pela legalidade da revisão dos lançamentos de IPTU ao argumento de que não ocorreu alteração do critério jurídico do lançamento tributário, mas sim erro de fato no desdobramento das inscrições do imóvel objeto da lide, conforme decisão administrativa acostada ao processado.

4. A revisão do entendimento firmado pelo aresto de origem encontra óbice na Súmula n. 7 do STJ. No mesmo sentido: AgRg no REsp 685.772/MG, DJ de 17/10/2005, AgRg no AgRg no Ag. 1.136.182/SP, DJ de 10/12/2009.

5. Agravo regimental não provido.

**Anexo XII  
CARF – Acórdão 1401-001.727**

Julgamento: 15/09/2016

(...)

2.1. Imprestabilidade da escrituração e nulidade do lançamento

Alega a Recorrente que diante do volume da glosa de custos, estaria equivocado o procedimento da fiscalização ao proceder o lançamento de ofício sobre os sistemática do lucro real, pois os valores glosados, sob a constatação de fraude, somam mais de 70% dos custos da empresa naquele exercício. Tal fato tornaria sua contabilidade imprestável e obrigaria a fiscalização proceder o lançamento na sistemática do lucro arbitrado.

Sobre este ponto específico, já nos posicionamos quando da análise do recurso voluntário, no sentido de acatar as razões da DRJ e a fundamentação da Recorrente quanto a obrigatoriedade da fiscalização proceder o lançamento na sistemática de apuração do lucro arbitrado.

Insurge-se a Contribuinte, no entanto, contra a decisão recorrida por entender que a alteração do regime tributário não implica simplesmente em novos cálculos, como se posicionou a DRJ, mas em novo lançamento. E que, reconhecido o vício na apuração da base de cálculo dos tributos constituídos nos autos de infração deste processo, há de se reconhecer a nulidade do lançamento.

Até aqui concordamos integralmente com as conclusões dos julgadores da DRJ. Todavia, neste ponto, venho discordar e acolher as razões da Recorrente. A mudança para a sistemática do lucro arbitrado não pode ser realizada no julgamento administrativo, pressupõe procedimento próprio, isto é, novo lançamento tributário.

Nas hipóteses de arbitramento, deve-se seguir a rígida observância do princípio da reserva legal, do qual se infere que os atos de administração tributária, dentre os quais se destaca o lançamento, são atos administrativos vinculados.

Nos termos do artigo 142 do Código Tributário Nacional, compete privativamente à autoridade administrativa a constituição do crédito tributário pelo lançamento.

Art. 142. Lançamento é o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

O arbitramento representa um processo técnico alternativo para apuração do tributo devido. Tanto assim é que o artigo 148 do CTN fala em processo regular e ressalva no fim do texto a possibilidade de avaliação contraditória, administrativa ou judicialmente, por parte do sujeito passivo da obrigação tributária.

*Art. 148. Quando o cálculo do tributo tenha por base, ou tome em consideração, o valor ou o preço de bens, direitos, serviços ou atos jurídicos, a autoridade lançadora, mediante processo regular, arbitrará aquele valor ou preço, sempre que sejam omissos ou não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, ressalvada, em caso de contestação, avaliação contraditória, administrativa ou judicial*. (grifamos)

Ao proceder o lançamento sob a sistemática do lucro real a fiscalização incidiu em erro de direito material. De direito porque inerente à norma aplicada e não aos fatos e material porque inerente ao conteúdo do lançamento e não ao procedimento) Equivocou-se com relação a norma jurídica aplicada ao caso concreto.

Sobre o erro de direito já tive oportunidade de me manifestar:

*Analisando o direito como corpo de linguagem, PAULO DE BARROS CARVALHO apresenta uma solução simples, mas muito bem elaborada, para a delicada questão do erro de fato e do erro de direito. Segundo o autor, visto o fato na sua contextura de linguagem, o “erro de fato” seria um problema de utilização inadequada das técnicas lingüísticas de certificação do evento, verificado quando o enunciado factual não correspondesse às provas produzidas, enquanto o “erro de direito” seria um problema de subsunção, causado quando o enunciado protocolar constituído como fato jurídico busca fundamento numa norma, quando na verdade deveria buscar em outra. O “erro de fato” é um engano com relação aos recursos de linguagem utilizados para a produção do fato jurídico, é relativo às provas; aparece quando da releitura dos enunciados probatórios, nova situação jurídica, diferente daquela descrita pelo fato jurídico, é percebida. Já o “erro de direito” é uma confusão com relação à norma aplicada. É verificado quando, após a produção da norma individual e concreta constata-se que a norma aplicada não deveria ser aquela, mas outra.* (Curso de Teoria Geral do Direito – o Constructivismo Lógico-Semântico, p. 442)

Caracterizado o erro de direito, constata-se um equivoco na fundamentação jurídica do lançamento. A norma utilizada pela fiscalização no processo de subsunção do fato e constituição da relação jurídica tributária não é aquela que deveria ser incidida no caso concreto. Tal equivoco não pode simplesmente ser corrigido pela administração, em garantia as disposições dos artigos supra citados, muito menos em sede de processo administrativo. Ele torna todo o procedimento de aplicação realizado nulo.

É condição do lançamento, como ato administrativo vinculado, ter seu conteúdo atrelado à norma jurídica que lhe fundamenta. Nesse sentido é válido o esclarecimento do Prof. Eurico Marcos Diniz de Santi:

Prescreve o parágrafo único do art. 142 do Código Tributário Nacional que “A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional” É de se verificar do exposto até aqui que não é o ato-norma que recebe o qualificativo de vinculado, discricionário ou obrigatório: é a atividade que o precede, consubstanciada no suporte fáctico do fato jurídico suficiente para edição do ato-norma administrativo (Lançamento Tributário, p. 172 Max Limonad)

No caso em questão a modificação do regime jurídico de apuração, não é um mero ajuste na base calculada do imposto lançado, implica a incidência de nova norma jurídica.

Aqui cabe a lição de Prof. Paulo de Barros Carvalho ao estabelecer diferença entre a norma geral e abstrata (regra-matriz de incidência tributária) aplicada, que fundamenta o ato de lançamento e a norma individual e concreta, que constitui o fato jurídico tributário e a relação jurídica tributária introduzida pelo ato de lançamento, como seu conteúdo.

Eis o conteúdo ou objeto do ato jurídico administrativo do lançamento tributário: introduzir no ordenamento positivo uma norma individual e concreta que guarde subsunção à regra-matriz de incidência, isto é, a norma geral e abstrata instituidora do gravame. (Curso de Direito Tributário, p. 428. Ed. Saraiva)

A alteração do regime jurídico de apuração do tributo do lucro real para o arbitrado, como já pontuamos, é um erro de direito material, acarreta alteração da norma aplicada, mais precisamente do critério quantitativo, base de cálculo, da regra-matriz de incidência tributária. É necessário, assim, a realização de outro ato de lançamento (aplicação), para que a nova norma produza efeitos no mundo jurídico, respeitando-se o prazo decadencial, tendo em vista que, com a alteração, a norma aplicada será outra e o fundamento jurídico será diferente daquele que o Contribuinte impugnou neste processo.

A autuação que aqui se discute traz por fundamento legal as normas atinentes ao lucro real, não faz qualquer menção aos artigos 529 e 530 do RIR ou 47 da Lei no. 8.981/95, que determinam as situações em que o lucro arbitrado deve ocorrer. A alteração, se promovida nos moldes do entendimento da DRJ, procedendo-se apenas o recálculo do tributo, geraria um confronto entre a norma fundamento de validade do ato e seu conteúdo, divergência que, por si só, já implicaria a nulidade do ato dado a incompatibilidade do seu conteúdo à sua fundamentação.

Nestes termos, dado a irregularidade do lançamento impugnado, o arbitramento demanda novo lançamento (regular), onde seu conteúdo esteja de acordo com a norma que lhe dá fundamento.

Neste sentido já se posicionou este E. Conselho:

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA IRE! Ano-calendário: 2002 GLOSA TOTAL DE CUSTOS E DESPESAS, NÃO CABIMENTO.. Não é cabível a glosa total de custos e/ou despesas da pessoa jurídica por falta de comprovação. Se a escrituração da empresa não possui lastro em documentos hábeis e idôneos, a sua contabilidade não se presta a apurar o lucro real, de modo que o arbitramento do lucro deve ser adotado como forma de apuração dos tributos devidos (1102-00.366 - 2” Turma Ordinária 16 de dezembro de 2010)

Reconhecida a imprestabilidade da contabilidade da Contribuinte para fins de apuração da base de cálculo pelo lucro real, deve ser feito o arbitramento, mediante novo lançamento. Constituído com erro de direito material, autos de infração na forma em que foram realizados, devem ser anulados, não simplesmente ajustados, como entendeu a DRJ.

Se o caso é de lucro arbitrado e não lucro real, não é possível corrigir o vício no julgamento. É preciso um novo lançamento adotando a sistemática do regime pelo lucro arbitrado, fundamentado nas normas a ele relativas.

Neste sentido, acolho a tese recorrente de anulação do lançamento pelos vícios apontados.

Conclusão

Por tudo o que foi exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso de Ofício e, no que diz respeito ao Recurso Voluntário, dele conheço e julgo PROCEDENTE o pedido de anulação dos autos por vício material.

Sala de Julgamento, 15 de setembro de 2016.

*(documento assinado digitalmente)*

Aurora Tomazini de Carvalho – Relatora

# Seminário III

**ações tributárias: declaRaTória, anulatória, consignação em pagamento, embargos à execução e exceção de pré-executividade**

**Leitura básica**

• CONRADO, Paulo Cesar. *Processo Tributário*. 3 ed. São Paulo: Quartier Latin, 2012, Capítulo 3, itens 3.1 e 3.2, e Capítulo 9, itens 9.3.1.1; 9.3.2.2.1 e 9.3.2.3.3.

• CONRADO, Paulo Cesar. *Execução Fiscal*. 3 ed. São Paulo: Noeses, 2017, Item 7.6.

**Leitura complementar**

• CANTANHEDE, Luís Cláudio Ferreira. Exceção de pré-executividade e seu julgamento: impacto em outros processos (administrativo, declaratório e anulatório). In: CONRADO, Paulo Cesar. *Processo tributário analítico,* volume II. São Paulo: Noeses, 2016.

• GONÇALVES, Carla de Lourdes. A suspensão da “exigibilidade” nas ações preventivas. In: : CONRADO, Paulo Cesar*. Processo tributário analítico*, volume II. São Paulo: Noeses, 2016.

• OLIVEIRA, Julio M. Ação anulatória de débito fiscal. In: CONRADO, Paulo Cesar. *Processo tributário analítico*, volume I. São Paulo: Noeses, 2015.

• DALLA PRIA, Rodrigo. A constituição e a cobrança das contribuições previdenciárias pela Justiça do Trabalho: aspectos processuais relevantes. In: CONRADO, Paulo Cesar*. Processo Tributário Analítico*, volume II. São Paulo: Noeses, 2016.

• DALLA PRIA, Rodrigo. O processo de positivação da norma jurídica tributária e a fixação da tutela jurisdicional apta a dirimir os conflitos havidos entre contribuinte e fisco. In: CONRADO, Paulo Cesar. *Processo tributário analítico*, volume I. São Paulo: Noeses, 2015.

• ROSA, Íris Vânia Santos. *A penhora na execução fiscal*: penhora “on-line” e o princípio da menor onerosidade. São Paulo: Noeses. Capítulo 4, itens 4.1 e 4.2.

• VERGUEIRO, Camila Campos. A ação de consignação em pagamento e a extinção do crédito tributário. In: CONRADO, Paulo Cesar. *Processo tributário analítico*, volume I. São Paulo: Noeses, 2015.

**Questões**

1. Quanto à ação declaratória de inexistência de relação jurídica tributária, pergunta-se:

a) Quando nasce o interesse processual para sua propositura? O manejo do referido instrumento processual em momento anterior à constituição do crédito configura questionamento de “lei em tese”?

b) Há interesse jurídico na sua propositura após a expedição do ato constitutivo do crédito tributário? Em caso afirmativo, quais seriam os efeitos da referida tutela jurisdicional? (Vide anexos I e II)

2. Quanto à ação anulatória de débito fiscal, pergunta-se:

a) É viável a propositura de ação anulatória para desconstituição de relação jurídica constituída pelo próprio contribuinte por meio de DCTF, cujo recolhimento do tributo ainda não tenha ocorrido?

b) E para a desconstituição de crédito tributário inserido em parcelamento, onde houve confissão da dívida por parte do contribuinte? Em caso de resposta positiva, indaga-se: qualquer tipo de questão poderá ser objeto desta ação anulatória (questões de fato e/ou questões de direito)?

c) Qual o prazo prescricional para a ação anulatória de débito fiscal? É possível ingressar com ação anulatória de débito após a propositura da ação executiva fiscal? E após o transcurso do prazo para apresentação dos embargos à execução?

d) O depósito do valor do débito fiscal discutido na ação anulatória é condição dessa específica ação?

3. Que relações podem existir entre as ações anulatória de débito, executiva fiscal e embargos à execução: conexão, continência ou prejudicialidade (ou nenhuma das alternativas)? Qual o juízo competente para julgá-las? Deverão ser reunidas para julgamento conjunto? Responder a essa pergunta, com base nas disposições do código de processo civil de 2015 que tratam da modificação da competência. (Vide anexos III e IV – aplicam-se tais precedentes?)

4. Você é procurado pela empresa AZT Foods do Brasil Ltda. em função do seguinte caso que lhe foi colocado por ela:

CASO CONCRETO – Em função de sua atividade a empresa AZT Foods do Brasil Ltda. está sujeita ao pagamento de determinado tributo pela venda de seu produto. Nos últimos 3 anos, em função de algumas dificuldades financeiras, ela não o pagou (e sequer informou seus débitos ao Fisco), pretendendo fazê-lo agora por se encontrar em melhores condições financeiras. Contudo, em função do inadimplemento, a confissão do débito para fins “denúncia espontânea” está sujeita a multa de 45%, cuja instituição por ato normativo infralegal, de 45% do valor da operação (venda de seu produto).

A AZT solicita um parecer em que você deverá apontar: (a) a estratégia processual (a medida judicial ou medidas judiciais) a ser adotada para a defesa dos seus interesses, devendo ser justificada a opção da(s) medida(s), com a indicação do dispositivo de lei que determina o seu cabimento; (b) o(s) fundamento(s) jurídico(s) que poderá(ão) ser(em) utilizado(s) para afastar a exigência dessa multa – causa de pedir; (c) o pedido da ação (ou ações); (c) o pedido da ação (ou ações); (d) o efeito da sentença pretendido com a ação (ou ações).

5. Quanto à exceção de pré-executividade, pergunta-se: (a) Em que consiste a exceção de pré-executividade? É uma ação ou meio de defesa? (b) Qual seu fundamento legal? (c) Há limite temporal no processo executivo para o seu oferecimento? (d) E limite lógico-processual para o seu oferecimento? (e) Quais matérias são passíveis de arguição? (f) A oposição de exceção de pré-executividade tem o condão de suspender o trâmite do processo de execução? (g) A oposição de exceção de pré-executividade impede o ajuizamento de embargos à execução fiscal? Ao responder justifique suas respostas.

6. Na ação de consignação em pagamento, o que extingue a obrigação tributária: (i) a consignação em pagamento; (ii) a conversão em renda do valor consignado; (iii) a sentença que julga procedente a ação de consignação em pagamento; (iv) a decisão judicial de procedência da ação transitada em julgado? Fundamente sua resposta.

7. Contribuinte sediado no Estado de São Paulo tem lavrado em seu desfavor auto de infração de ICMS pelo Estado do Mato Grosso (problemas atinentes à documentação fiscal que acompanhava a mercadoria, bem como ao não destaque do diferencial de alíquotas supostamente devido ao Estado do Mato Grosso). Inconformado com essa situação, referido contribuinte lhe procura para que ajuíze ação anulatória, questionando-se acerca do foro competente no qual deva ser processada a referida ação. Apresente, de forma fundamentada, sua resposta a esse questionamento, analisando a redação do parágrafo único do artigo 52 do Código de Processo Civil.

8. Observadas as situações concretas abaixo descritas, identifique o(s) instrumento(s) processual(is) judicial(is) adequado(s) para a defesa dos interesses do sujeito passivo da obrigação tributária:

a) Exercício da competência tributária pelo ente político com a edição e publicação da regra-matriz de incidência tributária, mas antes da constituição da obrigação tributária;

b) Constituição da obrigação tributária sem que tenha havido a intimação do sujeito passivo da obrigação tributária;

c) Dúvida a respeito do sujeito ativo da obrigação tributária;

d) Inscrição do crédito tributário em dívida ativa;

e) Constituição da obrigação tributária com a intimação do sujeito passivo da obrigação tributária;

f) Ajuizamento de execução fiscal cobrando crédito tributário prescrito;

g) O sujeito ativo da obrigação tributária está condicionando o pagamento do tributo ao pagamento de uma multa instituída por instrução normativa;

h) Intimação de penhora de bens nos autos de execução fiscal.

**Sugestão para pesquisa suplementar**

• Título III, capítulo 11, item 3 e capítulo 15 do livro *Direito processual tributário brasileiro (administrativo e judicial)*, de James Marins. São Paulo: Dialética.

• Artigo: “Ação de consignação em pagamento no direito tributário, de James Marins, *in* *Processo judicial tributário*. São Paulo: M”P editora.

• Item 8.5, do livro *O processo tributário*, de Cleide Previtalli Cais. São Paulo: Ed. RT.

• Capítulo 10 do livro *Introdução à teoria geral do processo civil,* de Paulo Cesar Conrado. São Paulo: Max Limonad.

• Artigo: “A garantia da execução e o devido processo legal: exceção de pré-executividade”, de Manoel Álvares, *in* Problemas de processo judicial tributário, vol. II. São Paulo: Dialética.

• Capítulos 8 e 9 do livro *Fundamentos do direito processual tributário*, de Rafael Pandolfo. São Paulo: Saraiva.

• Livro I, Capítulo VIII, “A (des) construção das normas tributárias nas ações (reações) antiexacionais”, de Júlio M. de Oliveira, *in Curso de Especialização em direito tributário* – homenagem a Paulo de Barros Carvalho, coord. Eurico Marcos Diniz de Santi. São Paulo: Forense.

• Artigo: “O ‘novo’ art. 151, II, do Código Tributário Nacional: o impacto do art. 835, § 2º, do novo Código de Processo Civil em relação à suspensão, via depósito, da exigibilidade do crédito tributário.” de Paulo Cesar Conrado, *in Revista de Direito Tributário Contemporâneo n. 1.* São Paulo: RT.

• Artigo: “Os efeitos dos Embargos à Execução Fiscal e o Código de Processo Civil de 2015”, de Danilo Monteiro de Castro, *in Processo Tributário Analítico. vol. III*. São Paulo : Noeses.

**Anexo I  
REsp 862.230/DF**

Dje 11/09/2008

PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO. CRÉDITO FISCAL CONSTITUÍDO AINDA NÃO EXECUTADO. AÇÃO DENOMINADA DE DECLARATÓRIA, MAS COM CONTEÚDO ANULATÓRIO. NATUREZA DA AÇÃO. IRRELEVÂNCIA DA NOMINAÇÃO DADA PELO AUTOR.

1. O pedido inicial formulado na ação ordinária, ajuizada antes da propositura do executivo fiscal, que objetiva a declaração de ilegalidade da inscrição da dívida no rol da Dívida Ativa do Distrito Federal e o conseqüente reconhecimento da inexistência do débito fiscal referente a IPTU, ostenta conteúdo constitutivo negativo de lançamento tributário supostamente eivado de ilegalidade, revestindo a demanda de natureza anulatória, malgrado o nomen iuris atribuído pelos autores (Precedentes do STJ: EDcl no REsp 894.545/DF, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, julgado em 17.05.2007, DJ 31.05.2007; AgRg nos EREsp 509.300/SC, Rel. Ministro Jorge Scartezzini, Segunda Seção, julgado em 08.02.2006, DJ 22.02.2006; REsp 392.599/CE, Rel. Ministro Fernando Gonçalves, Quarta Turma, julgado em 06.04.2004, DJ 10.05.2004; e REsp 100.766/SP, Rel. Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, Quarta Turma, julgado em 15.06.1999, DJ 16.08.1999).

2. É cediço que, em sede tributária, faz-se mister distinguir a ação declaratória negativa da ação anulatória de débito fiscal, porquanto seus efeitos são diversos. Esta última tem como objetivo precípuo a anulação total ou parcial de um crédito tributário definitivamente constituído, sendo este, portanto seu pressuposto. Sua eficácia é, desse modo, constitutiva negativa.

3. “Como afirma Carreira Alvim, a “distinção que se há de fazer entre ação anulatória e declaratória é que a anulatória pressupõe um lançamento, que se pretende desconstituir ou anular; a declaratória não o pressupõe. Através desta pretende-se declarar uma relação jurídica como inexistente, pura e simplesmente” (Cleide Previtalli Cais, in O Processo Tributário, Ed. Revista dos Tribunais, 4ª ed., págs. 495/496).

4. Destarte, à luz dos princípios da mihi factum, dabo tibi ius e iura novit curia, não se revela escorreito encerrar o feito sem “resolução”do mérito, tão-somente pelo fundamento de que, nomeada a ação ordinária de declaratória, faleceria aos autores o necessário interesse de agir, máxime na hipótese em que ainda não ajuizado o executivo fiscal pertinente.

5. Recurso especial desprovido.

(REsp 862.230/DF, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/08/2008, DJe 11/09/2008)

**Anexo II  
AgRg no AgRg no REsp 1.025.893/RJ**

DJe 24/03/2009

AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. IPTU. PRETENSÃO DE ANULAÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL A PARTIR DA NOTIFICAÇÃO. ART. 1º DO DECRETO N. 20.910/32.

1. “Considerando que na ação anulatória de débito fiscal ocorre o efeito constitutivo, são diferentes os reflexos provocados pela ação declaratória negativa e pela ação anulatória de débito fiscal. Como já foi assinalado, a ação anulatória demanda um lançamento contra o qual é voltada, enquanto a ação declaratória pode ser proposta, entre outros casos, visando declarar a inexistência de obrigação tributária; declarar a não incidência de determinado tributo;

declarar a imunidade tributária; declarar isenção fiscal; declarar ocorrência de prescrição etc. Quando outorga a feição de declaratória negativa ao seu pedido, o autor não está pretendendo desconstituir o crédito tributário, mas, antecipando-se à sua constituição, requer uma sentença que afirme não ser devido determinado tributo. Como afirma Carreira Alvim, a ‘distinção que se há de fazer entre ação anulatória e declaratória é que a anulatória pressupõe um lançamento, que se pretende desconstituir ou anular; a declaratória não o pressupõe. Através desta pretende-se declarar uma relação jurídica como inexistente, pura e simplesmente.’ (in O Processo Tributário, Ed. Revista dos Tribunais, 4ª ed., p. 495/496).

Conseqüentemente, afasta-se a tese do acórdão recorrido acerca da imprescritibilidade da presente demanda, posto que, conforme evidenciado, trata-se de hipótese cuja sentença é constitutiva negativa. Assim, na ausência de norma específica a regular a matéria, o prazo prescricional a ser observado é qüinqüenal, nos moldes do art. 1º do Decreto 20.910/32.” (EDcl no REsp 894.981/RJ, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, julgado em 6.11.2008, DJe 27.11.2008).

2. O termo a quo para se questionar a constitucionalidade e legalidade do IPTU, e das taxas a ele vinculadas, é a notificação fiscal do lançamento, que, no presente caso, deu-se em período anterior a cinco anos, contados do ajuizamento da ação.

Agravo regimental provido. (AgRg no AgRg no REsp 1025893/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/02/2009, DJe 24/03/2009)

**Anexo III  
Conflito de Competência n. 105.358/SP**

Julgamento: 13/10/2010

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. AÇÃO ANULATÓRIA AJUIZADA ANTERIORMENTE. CONEXÃO. NORMA DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA. EXISTÊNCIA DE VARA ESPECIALIZADA PARA JULGAR EXECUÇÕES FISCAIS. REUNIÃO DOS PROCESSOS. IMPOSSIBILIDADE. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO. GARANTIA DO JUÍZO. NECESSIDADE.

1. Esta Seção, ao julgar o CC 106.041/SP (Rel. Min. Castro Meira, DJe de 9.11.2009), enfrentou situação semelhante a dos presentes autos, ocasião em que decidiu pela impossibilidade de serem reunidas execução fiscal e ação anulatória de débito precedentemente ajuizada, quando o juízo em que tramita esta última não é vara especializada em execução fiscal, nos termos consignados nas normas de organização judiciária. No referido julgamento, ficou consignado que, em tese, é possível a conexão entre a ação anulatória e a execução fiscal, em virtude da relação de prejudicialidade existente entre tais demandas, recomendando-se o *simultaneus processus.* Entretanto, nem sempre o reconhecimento da conexão resultará na reunião dos feitos. A modificação da competência pela conexão apenas será possível nos casos em que a competência for relativa e desde que observados os requisitos dos §§ 1~~º~~ e 2~~º~~ do art. 292 do CPC. A existência de vara especializada em razão da matéria contempla hipótese de competência absoluta, sendo, portanto, improrrogável, nos termos do art. 91 c/c 102 do CPC. Dessarte, seja porque a conexão não possibilita a modificação da competência absoluta, seja porque é vedada a cumulação em juízo incompetente para apreciar uma das demandas, não é possível a reunião dos feitos no caso em análise, devendo ambas as ações tramitarem separadamente. Embora não seja permitida a reunião dos processos, havendo prejudicialidade entre a execução fiscal e a ação anulatória, cumpre ao juízo em que tramita o processo executivo decidir pela suspensão da execução, caso verifique que o débito está devidamente garantido, nos termos do art. 9~~º~~ da Lei 6.830/80.

2. Pelas mesmas razões de decidir, o presente conflito deve ser conhecido e declarada a competência do Juízo suscitado para processar e julgar a ação anulatória de débito fiscal.

**Anexo IV  
Conflito de Competência n. 106.041/SP**

Julgamento: 28/10/2009

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. AÇÃO ANULATÓRIA AJUIZADA ANTERIORMENTE. CONEXÃO. NORMA DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA. EXISTÊNCIA DE VARA ESPECIALIZADA PARA JULGAR EXECUÇÕES FISCAIS. REUNIÃO DOS PROCESSOS. IMPOSSIBILIDADE. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO. GARANTIA DO JUÍZO. NECESSIDADE.

1. Cuida-se de conflito negativo de competência instaurado entre o juízo da 4~~ª~~ Vara Federal de Santos/SP, suscitante, e o juízo da 1~~ª~~ Vara Federal e Juizado Especial Cível de Foz do Iguaçu/PR, suscitado, nos autos de execução fiscal movida pela União Federal. Discute-se a possibilidade de serem reunidas execução fiscal e ação anulatória de débito precedentemente ajuizada, quando o juízo em que tramita esta última não é vara especializada em execução fiscal, nos termos consignados em norma de organização judiciária.

2. Em tese, é possível a conexão entre a ação anulatória e a execução fiscal, em virtude da relação de prejudicialidade existente entre tais demandas, recomendando-se o *simultaneus processus. Precedentes.*

3. Entretanto, nem sempre o reconhecimento da conexão resultará na reunião dos feitos. A modificação da competência pela conexão apenas será possível nos casos em que a competência for relativa e desde que observados os requisitos dos §§ 1~~º~~ e 2~~º~~ do art. 292 do CPC.

4. A existência de vara especializada em razão da matéria contempla hipótese de competência absoluta, sendo, portanto, improrrogável, nos termos do art. 91 c/c 102 do CPC. Dessarte, seja porque a conexão não possibilita a modificação da competência absoluta, seja porque é vedada a cumulação em juízo incompetente para apreciar uma das demandas, não é possível a reunião dos feitos no caso em análise, devendo ambas as ações tramitarem separadamente.

5. Embora não seja permitida a reunião dos processos, havendo prejudicialidade entre a execução fiscal e a ação anulatória, cumpre ao juízo em que tramita o processo executivo decidir pela suspensão da execução, caso verifique que o débito está devidamente garantido, nos termos do art. 9~~º~~ da Lei 6.830/80.

6. Conflito conhecido para declarar a competência do juízo suscitado.

# Seminário IV

**EXTINÇÃO DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA, COMPENSAÇÃO E REPETIÇÃO DO INDÉBITO**

**Leitura básica**

• CARVALHO, Paulo de Barros. *Direito tributário: linguagem e método*. 7ª ed. São Paulo: Noeses, 2018, Item 2.9 (Extinção das obrigações tributárias) da segunda parte.

• CARVALHO, Paulo de Barros. *Derivação e positivação no direito tributário*. Vol. II. 2 Ed. São Paulo: Noeses, 2017, Itens 4 a 8 do tema XVII (Crédito de ICMS e crédito de indébito tributário – consequências jurídicas desta distinção).

**Leitura complementar**

• ARAUJO, Juliana Furtado Costa. A ação de repetição de indébito, o cumprimento de sentença e a nova hipótese de ação rescisória prevista no Código de Processo Civil de 2015. In: CONRADO, Paulo Cesar. *Processo tributário analítico*, volume III. São Paulo: Noeses, 2016.

• CARVALHO, Paulo de Barros. As decisões do CARF e a extinção do crédito tributário. *Revista de Direito Tributário,* n. 118.

• CARVALHO, Paulo de Barros. *Curso de direito tributário*. São Paulo: Noeses. Capítulo XIV.

• CONRADO, Paulo Cesar. *Compensação tributária e processo*. São Paulo: Max Limonad. Capítulos 7, 8, 11, 12 e 13.

• LINS, Robson Maia. *Efeitos da decisão do STF em matéria tributária no regime do art. 543-B do Código de Processo Civil e o limite do art. 170-A do Código Tributário Nacional*. In: X CONGRESSO NACIONAL DE ESTUDOS TRIBUTÁRIOS DO IBET.

• MASSUD, Rodrigo G. N. Valorização dos precedentes e compensação tributária: implicações com o Código de Processo Civil de 2015. In: CONRADO, Paulo Cesar. *Processo tributário analítico*, volume III. São Paulo: Noeses, 2016.

• MOREIRA, André Mendes. *Causas extintivas do crédito tributário e a pseudo-taxatividade do art. 156 do CTN*. In: X CONGRESSO NACIONAL DE ESTUDOS TRIBUTÁRIOS DO IBET.

• DALLA PRIA, Rodrigo. A legitimidade na ação de repetição de indébito tributário. In: CONRADO, Paulo Cesar. *Processo tributário analítico*, volume III. São Paulo: Noeses, 2016.

**Questões**

1. Criticar a expressão “extinção do crédito tributário”. É correta a tradicional separação das causas de extinção prescritas no art. 156 do CTN em modalidades de fato e modalidades de direito? Justifique.

2. Quem tem legitimidade ativa para pleitear a repetição do indébito tributário? E em caso de substituição tributária? E na hipótese prevista no art. 166 do CTN, há alguma alteração do sujeito legitimado? Responda as perguntas analisando criticamente os anexos I e II.

3. A hipótese de dação em pagamento de bens imóveis como causa extintiva do crédito tributário altera a cláusula do art. 3~~º~~ do CTN quanto à prestação tributária qualificar-se como estritamente pecuniária? Justifique. As previsões de extinção do crédito tributário por dação em pagamento de bens imóveis em legislações municipais e estaduais antes da Lei Complementar n. 104/01 são válidas? Têm aplicação jurídica? (Vide anexos III e IV).

4. Que é compensação tributária? Quando nasce o direito subjetivo à compensação tributária? Determinada lei editada em momento posterior ao do nascimento do “direito subjetivo” à compensação estabelece limites ao seu exercício, como por exemplo, limitando o crédito a compensar a determinado valor por mês, impedindo a incidência de juros de mora ao crédito. Essas novas regras que limitam a compensação se comparadas à legislação até então vigente impactam o exercício do direito de compensar consagrado anteriormente à vigência dessa lei? Há direito adquirido à compensação? (Vide anexos V).

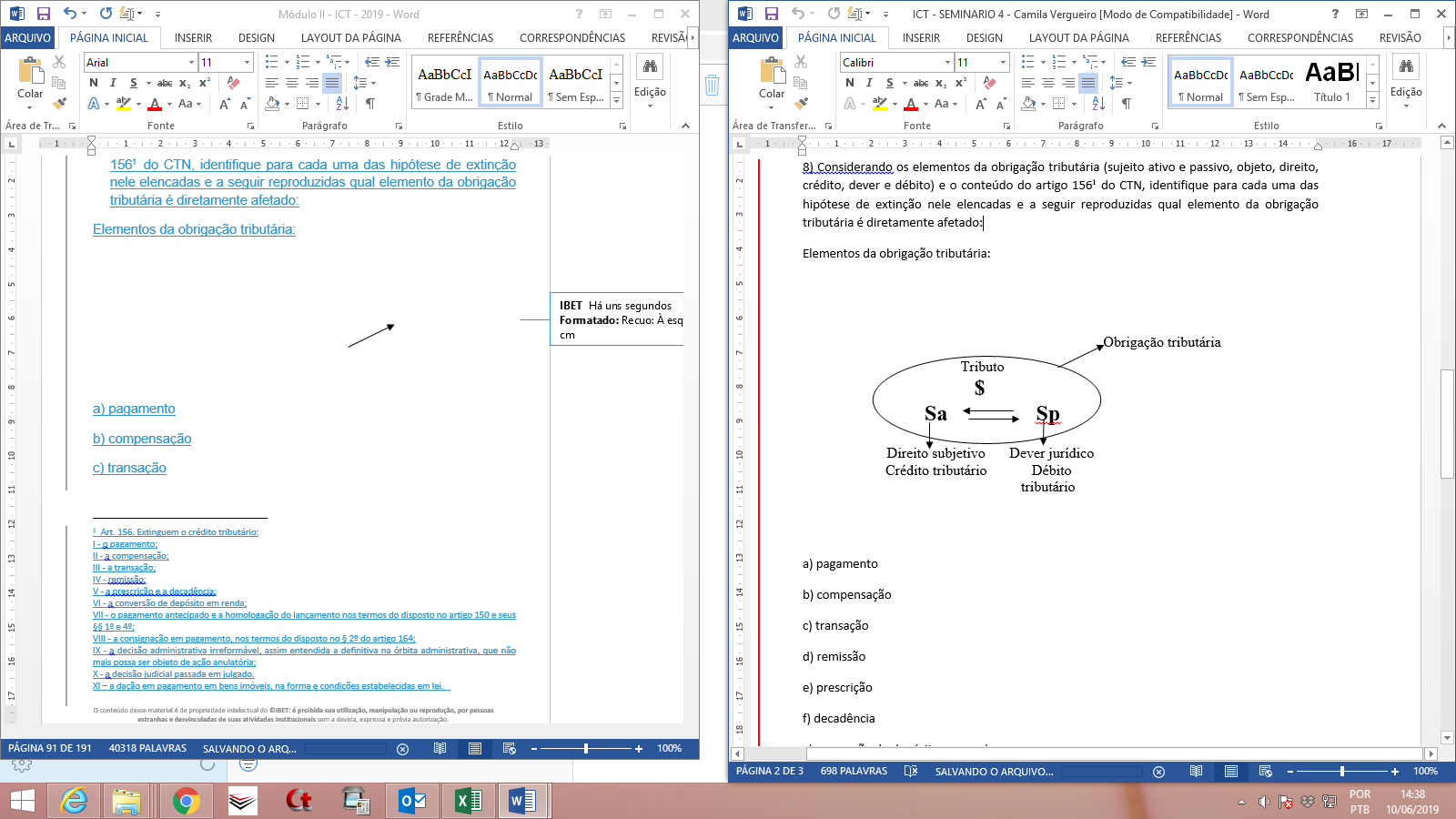
5. Considerando o artigo 170-A do CTN, o artigo 489, §1°, inciso VI, 926 e seguintes do CPC responda: é possível a compensação de indébito discutido em ação judicial antes do trânsito em julgado da mesma?

6. Em razão da não homologação da compensação e a consequente aplicação da multa isolada nos termos do art. 74, §17 da Lei n. 9.430/96 (com redação dada pela Lei n. 13.097/15). Pergunta-se: a) A compensação não homologada equivale a não pagamento de tributo? b) Que se entende por falsidade da declaração? E qual a multa aplicada no caso de falsidade da declaração? c) A aplicação da penalidade na hipótese de não homologação ou de falsidade da declaração ofendem algum princípio jurídico tributário? Padece de algum vicio de inconstitucionalidade a lei 13.670/2018 que em seu artigo 6° alterou o artigo 74 da lei 9430/96 que regula a compensação no âmbito da União? Justifique.

7. Diante da sistemática implementada pelo CPC/15 relativamente aos julgamentos de casos repetitivos, pergunta-se: é possível falar em direito subjetivo à repetição/compensação do indébito a partir do momento em que proferida decisão em recurso especial e/ou recurso extraordinário repetitivos (vide art. 928 do CPC/15), ainda que o contribuinte não tenha ajuizado ação de repetição/compensação do indébito cujo fundamento seja objeto do recurso repetitivo?

8. Considerando os elementos da obrigação tributária (sujeito ativo e passivo, objeto, direito, crédito, dever e débito) e o conteúdo do artigo 156[[2]](#footnote-2) do CTN, identifique para cada uma das hipótese de extinção nele elencadas e a seguir reproduzidas qual elemento da obrigação tributária é diretamente afetado:

Elementos da obrigação tributária:



a) pagamento

b) compensação

c) transação

d) remissão

e) prescrição

f) decadência

g) conversão do depósito em renda

h) pagamento antecipado e homologação do “lançamento” nos termos do art. 150, §§ 1º a 4º do CTN

i) consignação em pagamento

j) decisão administrativa irreformável

h) decisão judicial transitada em julgado

i) dação em pagamento de bens imóveis

**Sugestão para pesquisa suplementar**

• Cap. VI, itens 6.6 e 6.7 do livro *Controle de constitucionalidade da norma tributária*: decadência e prescrição, de Robson Maia Lins. São Paulo: Quartier Latin.

• Artigo: “Processualidade e extinção da obrigação tributária”, de Paulo Cesar Conrado, *in* Processo tributário analítico, volume I. São Paulo: Noeses.

• Artigo: “Compensação e restituição de tributos”, de Eurico de Santi, *Repertório de Jurisprudência* IOB – jan/96.

• Artigo: “O direito a repetição do indébito tributário”, de José Artur Lima Gonçalves e Márcio Severo Marques, *Repetição do indébito e compensação no direito tributário.* São Paulo: Dialética.

• Terceira parte, capítulo 4, do livro *Repetição do indébito tributário:* delineamentos de uma teoria, de Marcelo Fortes. São Paulo: Max Limonad.

• Artigo: “Consequências jurídicas da compensação não homologada no âmbito dos tribunais federais”, de Antonio Carlos Guidoni Filho, *in* VIII Congresso Nacional de Estudos Tributários do IBET. São Paulo: Noeses.

**Anexo I  
REsp n. 903.394/AL**

DJ 26/04/2010

PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ARTIGO 543-C, DO CPC. TRIBUTÁRIO. IPI. RESTITUIÇÃO DE INDÉBITO. DISTRIBUIDORAS DE BEBIDAS. CONTRIBUINTES DE FATO. ILEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM. SUJEIÇÃO PASSIVA APENAS DOS FABRICANTES (CONTRIBUINTES DE DIREITO). RELEVÂNCIA DA REPERCUSSÃO ECONÔMICA DO TRIBUTO APENAS PARA FINS DE CONDICIONAMENTO DO EXERCÍCIO DO DIREITO SUBJETIVO DO CONTRIBUINTE DE JURE À RESTITUIÇÃO (ARTIGO 166, DO CTN). LITISPENDÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULAS 282 E 356/STF. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. APLICAÇÃO.

1. O “contribuinte de fato” (*in casu*, distribuidora de bebida) não detém legitimidade ativa ad causam para pleitear a restituição do indébito relativo ao IPI incidente sobre os descontos incondicionais, recolhido pelo “contribuinte de direito” (fabricante de bebida), por não integrar a relação jurídica tributária pertinente.

2. O Código Tributário Nacional, na seção atinente ao pagamento indevido, preceitua que: “Art. 165. O sujeito passivo tem direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade do seu pagamento, ressalvado o disposto no § 4~~º~~ do artigo 162, nos seguintes casos: I – cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido em face da legislação tributária aplicável, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

II – erro na edificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

III – reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.

Art. 166. A restituição de tributos que comportem, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo, ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.”

3. Consequentemente, é certo que o recolhimento indevido de tributo implica na obrigação do Fisco de devolução do indébito ao contribuinte detentor do direito subjetivo de exigi-lo.

4. Em se tratando dos denominados “tributos indiretos” (aqueles que comportam, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro), a norma tributária (artigo 166, do CTN) impõe que a restituição do indébito somente se faça ao contribuinte que comprovar haver arcado com o referido encargo ou, caso contrário, que tenha sido autorizado expressamente pelo terceiro a quem o ônus foi transferido.

5. A exegese do referido dispositivo indica que: “...o art. 166, do CTN, embora contido no corpo de um típico veículo introdutório de norma tributária, veicula, nesta parte, norma específica de direito privado, que atribui ao terceiro o direito de retomar do contribuinte tributário, apenas nas hipóteses em que a transferência for autorizada normativamente, as parcelas correspondentes ao tributo indevidamente recolhido: Trata-se de norma privada autônoma, que não se confunde com a norma construída da interpretação literal do art. 166, do CTN. É desnecessária qualquer autorização do contribuinte de fato ao de direito, ou deste àquele. Por sua própria conta, poderá o contribuinte de fato postular o indébito, desde que já recuperado pelo contribuinte de direito junto ao Fisco. No entanto, note-se que o contribuinte de fato não poderá acionar diretamente o Estado, por não ter com este nenhuma relação jurídica. Em suma: o direito subjetivo à repetição do indébito pertence exclusivamente ao denominado contribuinte de direito. Porém, uma vez recuperado o indébito por este junto ao Fisco, pode o contribuinte de fato, com base em norma de direito privado, pleitear junto ao contribuinte tributário a restituição daqueles valores.

A norma veiculada pelo art. 166 não pode ser aplicada de maneira isolada, há de ser confrontada com todas as regras do sistema, sobretudo com as veiculadas pelos arts. 165, 121 e 123, do CTN. Em nenhuma delas está consignado que o terceiro que arque com o encargo financeiro do tributo possa ser contribuinte. Portanto, só o contribuinte tributário tem direito à repetição do indébito.

Ademais, restou consignado alhures que o fundamento último da norma que estabelece o direito à repetição do indébito está na própria Constituição, mormente no primado da estrita legalidade. Com efeito a norma veiculada pelo art. 166 choca-se com a própria Constituição Federal, colidindo frontalmente com o princípio da estrita legalidade, razão pela qual há de ser considerada como regra não recepcionada pela ordem tributária atual. E, mesmo perante a ordem jurídica anterior, era manifestamente incompatível frente ao Sistema Constitucional Tributário então vigente.” (Marcelo Fortes de Cerqueira, in “Curso de Especialização em Direito Tributário – Estudos Analíticos em Homenagem a Paulo de Barros Carvalho”, Coordenação de Eurico Marcos Diniz de Santi, Ed. Forense, Rio de Janeiro, 2007, págs. 390/393).

6. Deveras, o condicionamento do exercício do direito subjetivo do contribuinte que pagou tributo indevido (contribuinte de direito) à comprovação de que não procedera à repercussão econômica do tributo ou à apresentação de autorização do “contribuinte de fato” (pessoa que sofreu a incidência econômica do tributo), à luz do disposto no artigo 166, do CTN, não possui o condão de transformar sujeito alheio à relação jurídica tributária em parte legítima na ação de restituição de indébito.

7. À luz da própria interpretação histórica do artigo 166, do CTN, dessume-se que *somente o contribuinte de direito tem legitimidade para integrar o pólo ativo da ação judicial que objetiva a restituição do “tributo indireto” indevidamente recolhido* (Gilberto Ulhôa Canto, “Repetição de Indébito”, in Caderno de Pesquisas Tributárias, n. 8, p. 2-5, São Paulo, Resenha Tributária, 1983; e Marcelo Fortes de Cerqueira, in “Curso de Especialização em Direito Tributário – Estudos Analíticos em Homenagem a Paulo de Barros Carvalho”, Coordenação de Eurico Marcos Diniz de Santi, Ed. Forense, Rio de Janeiro, 2007, págs. 390/393).

8. É que, na hipótese em que a repercussão econômica decorre da natureza da exação, “o terceiro que suporta com o ônus econômico do tributo não participa da relação jurídica tributária, razão suficiente para que se verifique a impossibilidade desse terceiro vir a integrar a relação consubstanciada na prerrogativa da repetição do indébito, não tendo, portanto, legitimidade processual” (Paulo de Barros Carvalho, in “Direito Tributário – Linguagem e Método”, 2~~ª~~ ed., São Paulo, 2008, Ed. Noeses, pág. 583).

9. *In casu*, cuida-se de mandado de segurança coletivo impetrado por substituto processual das empresas distribuidoras de bebidas, no qual se pretende o reconhecimento do alegado direito líquido e certo de não se submeterem à cobrança de IPI incidente sobre os descontos incondicionais (artigo 14, da Lei 4.502/65, com a redação dada pela Lei 7.798/89), bem como de compensarem os valores indevidamente recolhidos àquele título.

10. Como cediço, em se tratando de industrialização de produtos, a base de cálculo do IPI é o valor da operação de que decorrer a saída da mercadoria do estabelecimento industrial (artigo 47, II, “a”, do CTN), ou, na falta daquele valor, o preço corrente da mercadoria ou sua similar no mercado atacadista da praça do remetente (artigo 47, II, “b”, do CTN).

11. A Lei 7.798/89, entretanto, alterou o artigo 14, da Lei 4.502/65, que passou a vigorar com a seguinte redação: “Art. 14. Salvo disposição em contrário, constitui valor tributável: (...) II – quanto aos produtos nacionais, o valor total da operação de que decorrer a saída do estabelecimento industrial ou equiparado a industrial.

§ 1~~º~~. O valor da operação compreende o preço do produto, acrescido do valor do frete e das demais despesas acessórias, cobradas ou debitadas pelo contribuinte ao comprador ou destinatário.

§ 2~~º~~. Não podem ser deduzidos do valor da operação os descontos, diferenças ou abatimentos, concedidos a qualquer título, ainda que incondicionalmente.

(...)”

12. Malgrado as Turmas de Direito Público venham assentando a incompatibilidade entre o disposto no artigo 14, § 2~~º~~, da Lei 4.502/65, e o artigo 47, II, “a”, do CTN (indevida ampliação do conceito de valor da operação, base de cálculo do IPI, o que gera o direito à restituição do indébito), *o estabelecimento industrial (in casu, o fabricante de bebidas) continua sendo o único sujeito passivo da relação jurídica tributária instaurada com a ocorrência do fato imponível consistente na operação de industrialização de produtos (artigos 46, II, e 51, II, do CTN), sendo certo que a presunção da repercussão econômica do IPI pode ser ilidida por prova em contrário ou, caso constatado o repasse, por autorização expressa do contribuinte de fato (distribuidora de bebidas), à luz do artigo 166, do CTN, o que, todavia, não importa na legitimação processual deste terceiro*.

13. *Mutatis mutandis*, é certo que:

“1. Os consumidores de energia elétrica, de serviços de telecomunicação não possuem legitimidade ativa para pleitear a repetição de eventual indébito tributário do ICMS incidente sobre essas operações.

2. A caracterização do chamado contribuinte de fato presta-se unicamente para impor uma condição à repetição de indébito pleiteada pelo contribuinte de direito, que repassa o ônus financeiro do tributo cujo fato gerador tenha realizado (art. 166 do CTN), mas não concede legitimidade ad causam para os consumidores ingressarem em juízo com vistas a discutir determinada relação jurídica da qual não façam parte.

3. Os contribuintes da exação são aqueles que colocam o produto em circulação ou prestam o serviço, concretizando, assim, a hipótese de incidência legalmente prevista.

4. Nos termos da Constituição e da LC 86/97, o consumo não é fato gerador do ICMS.

5. Declarada a ilegitimidade ativa dos consumidores para pleitear a repetição do ICMS.” (RMS 24.532/AM, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, julgado em 26.08.2008, DJe 25.09.2008)

14. Consequentemente, revela-se escorreito o entendimento exarado pelo acórdão regional no sentido de que *“as empresas distribuidoras de bebidas, que se apresentam como contribuintes de fato do IPI, não detém legitimidade ativa para postular em juízo o creditamento relativo ao IPI pago pelos fabricantes, haja vista que somente os produtores industriais, como contribuintes de direito do imposto, possuem legitimidade ativa”*.

15. Recurso especial desprovido. Acórdão submetido ao regime do artigo 543-C, do CPC, e da Resolução STJ 08/2008.

(Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Seção, julgado em 24/03/2010).

**Anexo II  
REsp n. 1.299.303/SC**

DJ 14/08/2012

RECURSO ESPECIAL. REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. ART. 543-C CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO. ENERGIA ELÉTRICA. INCIDÊNCIA DO ICMS SOBRE A DEMANDA “CONTRATADA E NÃO UTILIZADA”. LEGITIMIDADE DO CONSUMIDOR PARA PROPOR AÇÃO DECLARATÓRIA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO.

– Diante do que dispõe a legislação que disciplina as concessões de serviço público e da peculiar relação envolvendo o Estado-concedente, a concessionária e o consumidor, esse último tem legitimidade para propor ação declaratória c/c repetição de indébito na qual se busca afastar, no tocante ao fornecimento de energia elétrica, a incidência do ICMS sobre a demanda contratada e não utilizada.

– O acórdão proferido no REsp 903.394/AL (repetitivo), da Primeira Seção, Ministro Luiz Fux, DJe de 26.4.2010, dizendo respeito a distribuidores de bebidas, não se aplica aos casos de fornecimento de energia elétrica.

Recurso especial improvido. Acórdão proferido sob o rito do art. 543-C do Código de Processo Civil.

(Rel. Ministro Cesar Asfor Rocha, Primeira Seção, julgado em 08/08/2012).

**Anexo III  
REsp n. 884.272/RJ**

Julgamento: 06/03/2007

RECURSO ESPECIAL. EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. DAÇÃO EM PAGAMENTO DE BEM IMÓVEL (CTN, ART. 156, XI). PRECEITO NORMATIVO DE EFICÁCIA LIMITADA.

1. O inciso XI, do art. 156 do CTN (incluído pela LC 104/2001), que prevê, como modalidade de extinção do crédito tributário, “a dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei”, é preceito normativo de eficácia limitada, subordinada à intermediação de norma regulamentadora. O CTN, na sua condição de lei complementar destinada a “estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária” (CF, art. 146, III), autorizou aquela modalidade de extinção do crédito tributário, mas não a impôs obrigatoriamente, cabendo assim a cada ente federativo, no domínio de sua competência e segundo as conveniências de sua política fiscal, editar norma própria para implementar a medida.

2. Recurso especial improvido.

**Anexo IV  
ADI n. 1917/DF**

Julgamento: 26/04/2007

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. OFENSA AO PRINCÍPIO DA LICITAÇÃO (CF, ART. 37, XXI). I – Lei ordinária distrital – pagamento de débitos tributários por meio de dação em pagamento. II – *Hipótese de criação de nova causa de extinção do crédito tributário.* III – Ofensa ao princípio da licitação na aquisição de materiais pela administração pública. IV – Confirmação do julgamento cautelar em que se declarou a inconstitucionalidade da lei ordinária distrital 1.624/1997.

**Anexo V  
REsp n. 1.137.738/SP**

DJe 01/02/2010

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART.

543-C, DO CPC. COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA. SUCESSIVAS MODIFICAÇÕES LEGISLATIVAS. LEI 8.383/91. LEI 9.430/96. LEI 10.637/02. REGIME JURÍDICO VIGENTE À ÉPOCA DA PROPOSITURA DA DEMANDA. LEGISLAÇÃO SUPERVENIENTE. INAPLICABILIDADE EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. ART.

170-A DO CTN. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. HONORÁRIOS. VALOR DA CAUSA OU DA CONDENAÇÃO. MAJORAÇÃO. SÚMULA 07 DO STJ. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA.

1. A compensação, posto modalidade extintiva do crédito tributário (artigo 156, do CTN), exsurge quando o sujeito passivo da obrigação tributária é, ao mesmo tempo, credor e devedor do erário público, sendo mister, para sua concretização, autorização por lei específica e créditos líquidos e certos, vencidos e vincendos, do contribuinte para com a Fazenda Pública (artigo 170, do CTN).

2. A Lei 8.383, de 30 de dezembro de 1991, ato normativo que, pela vez primeira, versou o instituto da compensação na seara tributária, autorizou-a apenas entre tributos da mesma espécie, sem exigir prévia autorização da Secretaria da Receita Federal (artigo 66).

3. Outrossim, a Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996, na Seção intitulada “Restituição e Compensação de Tributos e Contribuições”, determina que a utilização dos créditos do contribuinte e a quitação de seus débitos serão efetuadas em procedimentos internos à Secretaria da Receita Federal (artigo 73, caput), para efeito do disposto no artigo 7º, do Decreto-Lei 2.287/86.

4. A redação original do artigo 74, da Lei 9.430/96, dispõe: “Observado o disposto no artigo anterior, a Secretaria da Receita Federal, atendendo a requerimento do contribuinte, poderá autorizar a utilização de créditos a serem a ele restituídos ou ressarcidos para a quitação de quaisquer tributos e contribuições sob sua administração”.

5. Consectariamente, a autorização da Secretaria da Receita Federal constituía pressuposto para a compensação pretendida pelo contribuinte, sob a égide da redação primitiva do artigo 74, da Lei 9.430/96, em se tratando de tributos sob a administração do aludido órgão público, compensáveis entre si.

6. A Lei 10.637, de 30 de dezembro de 2002 (regime jurídico atualmente em vigor) sedimentou a desnecessidade de equivalência da espécie dos tributos compensáveis, na esteira da Lei 9.430/96, a qual não mais albergava esta limitação.

7. Em consequência, após o advento do referido diploma legal, tratando-se de tributos arrecadados e administrados pela Secretaria da Receita Federal, tornou-se possível a compensação tributária, independentemente do destino de suas respectivas arrecadações, mediante a entrega, pelo contribuinte, de declaração na qual constem informações acerca dos créditos utilizados e respectivos débitos compensados, termo a quo a partir do qual se considera extinto o crédito tributário, sob condição resolutória de sua ulterior homologação, que se deve operar no prazo de 5 (cinco) anos.

8. Deveras, com o advento da Lei Complementar 104, de 10 de janeiro de 2001, que acrescentou o artigo 170-A ao Código Tributário Nacional, agregou-se mais um requisito à compensação tributária a saber: “Art. 170-A. É vedada a compensação mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial.” 9. Entrementes, a Primeira Seção desta Corte consolidou o entendimento de que, em se tratando de compensação tributária, deve ser considerado o regime jurídico vigente à época do ajuizamento da demanda, não podendo ser a causa julgada à luz do direito superveniente, tendo em vista o inarredável requisito do prequestionamento, viabilizador do conhecimento do apelo extremo, ressalvando-se o direito de o contribuinte proceder à compensação dos créditos pela via administrativa, em conformidade com as normas posteriores, desde que atendidos os requisitos próprios (EREsp 488992/MG).

10. In casu, a empresa recorrente ajuizou a ação ordinária em 19/12/2005, pleiteando a compensação de valores recolhidos indevidamente a título de PIS E COFINS com parcelas vencidas e vincendas de quaisquer tributos e/ou contribuições federais.

11. À época do ajuizamento da demanda, vigia a Lei 9.430/96, com as alterações levadas a efeito pela Lei 10.637/02, sendo admitida a compensação, sponte própria, entre quaisquer tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, independentemente do destino de suas respectivas arrecadações.

12. Ausência de interesse recursal quanto à não incidência do art.

170-A do CTN, porquanto: a) a sentença reconheceu o direito da recorrente à compensação tributária, sem imposição de qualquer restrição; b) cabia à Fazenda Nacional alegar, em sede de apelação, a aplicação do referido dispositivo legal, nos termos do art. 333, do CPC, posto fato restritivo do direito do autor, o que não ocorreu in casu; c) o Tribunal Regional não conheceu do recurso adesivo da recorrente, ao fundamento de que, não tendo a sentença se manifestado a respeito da limitação ao direito à compensação, não haveria sucumbência, nem, por conseguinte, interesse recursal.

13. Os honorários advocatícios, nas ações condenatórias em que for vencida a Fazenda Pública, devem ser fixados à luz do § 4º do CPC que dispõe, verbis: “Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação equitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior.”

14. Consequentemente, vencida a Fazenda Pública, a fixação dos honorários não está adstrita aos limites percentuais de 10% e 20%, podendo ser adotado como base de cálculo o valor dado à causa ou à condenação, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC. (Precedentes da Corte: AgRg no REsp 858.035/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/03/2008, DJe 17/03/2008; REsp 935.311/SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/08/2008, DJe 18/09/2008; REsp 764.526/PR, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 22/04/2008, DJe 07/05/2008; REsp 416154, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, DJ de 25/02/2004; REsp 575.051, Rel. Min. CASTRO MEIRA, DJ de 28/06/2004).

15. A revisão do critério adotado pela Corte de origem, por equidade, para a fixação dos honorários, encontra óbice na Súmula 07 do STJ. No mesmo sentido, o entendimento sumulado do Pretório Excelso: “Salvo limite legal, a fixação de honorários de advogado, em complemento da condenação, depende das circunstâncias da causa, não dando lugar a recurso extraordinário.” (Súmula 389/STF).

(Precedentes da Corte: EDcl no AgRg no REsp 707.795/RS, Rel.)

Ministro CELSO LIMONGI (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), SEXTA TURMA, julgado em 03/11/2009, DJe 16/11/2009; REsp 1000106/MG, Rel.

Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/10/2009, DJe 11/11/2009; REsp 857.942/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/10/2009, DJe 28/10/2009; AgRg no Ag 1050032/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/04/2009, DJe 20/05/2009)

16. O art. 535 do CPC resta incólume se o Tribunal de origem, embora sucintamente, pronuncia-se de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão.

17. Recurso especial parcialmente conhecido e parcialmente provido, apenas para reconhecer o direito da recorrente à compensação tributária, nos termos da Lei 9.430/96. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008.

(REsp 1137738/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/12/2009, DJe 01/02/2010)

# Seminário V

**IMPOSTO SOBRE A RENDA PESSOA FÍSICA E REGIME DE FONTE**

**Leitura básica**

• CARVALHO, Paulo de Barros. *Direito tributário: linguagem e método*. 7ª ed. São Paulo: Noeses, 2018, Item 3.3.2 (Imposto sobre a renda) da segunda parte.

**Leitura complementar**

• BARRETO, Paulo Ayres. *O imposto sobre a renda e os preços de transferência*. São Paulo: Dialética. Capítulo IV.

• GONÇALVES, José Artur Lima. *Imposto sobre a renda:* pressupostos constitucionais. São Paulo: Malheiros, 2002. Capítulo 7, itens 7.1 a 7.6.

• NOGUEIRA, Julia. *Imposto sobre a renda na fonte*. São Paulo: Quartier Latin. Capítulo 5.

• Parecer Normativo n. 1, de 24 de setembro de 2002, da Secretaria da Receita Federal.

• QUEIROZ, Mary Elbe. *Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.* São Paulo: Manole. Capítulos 2, 3 e 7.

• SIMÕES, Thiago Taborda. *Stock Options: os planos de opções de ações e sua tributação*. São Paulo: Noeses. Parte IV.

• VIEIRA, José Roberto. IR Fonte sobre pagamentos sem causa e beneficiários não identificados: a presunção de um Estado Mosquito. In: CARVALHO, Paulo de Barros; SOUZA, Priscila de. *Racionalização do Sistema Tributário*. 1ed. São Paulo: Noeses, 2017.

**Questões**

1. Compor a(s) regra(s)-matriz(es) de incidência do imposto sobre a renda pessoa física.

2. Defina “renda”, “rendimento” e “ganho”. Qual a rela-ção/diferença entre eles? Que são “proventos de qualquer natu-reza”? Com fulcro nessas definições, identifique a base de cálculo do IRPF e posicione-se, de forma fundamentada: tal como definida na legislação infraconstitucional, a base de cálculo do imposto representa, efetivamente, a “renda”? Confronte a afirmação dou-trinária de que o “fato gerador” do imposto sobre a renda é “complexivo” com a(s) Regra(s)-Matriz(es) do IRPF e responda: (a) como compatibilizar a ideia do “fato gerador complexivo” do imposto sobre a renda com o critério temporal da(s) sua(s) RMIT? e com a(s) base(s) de cálculo? (b) em que instante deve ser apu-rado o imposto sobre a renda das pessoas físicas? Como definir o termo inicial para a contagem do prazo decadencial para o IRPF, considerando (i) o imposto anual; (ii) a antecipação na fonte; (iii) o imposto exclusivo na fonte; (iv) o imposto sobre ganho de capital na alienação de bens e direitos.

3. Diferençar os conceitos de aquisição da disponibilidade jurídica e aquisição de disponibilidade econômica. Verbas indenizatórias podem ser consideradas “renda”. Por quê? Analise criticamente os anexos I, II e III.

4. O art. 42 da Lei 9.430/96 criou uma nova hipótese de incidência para o imposto de renda? Essa hipótese de incidência baseia-se em uma presunção ou em uma ficção? O direito tributário admite o uso de presunções e de ficções para tanto? (Vide anexo IV).

5. A atual tabela progressiva do imposto sobre a renda da pessoa física prevê alíquotas de 7,5%, 15%, 22,50% e 27,5%. Tal previsão observa o princípio da progressividade? Qual é o efeito da chamada “parcela a deduzir”? Pode a lei restringir as deduções, da base de cálculo do IRPF (vide art. 4º da Lei 9.250/95)? Há parâmetros constitucionais ou legais para a fixação dos abatimentos e deduções possíveis e seus respectivos limites? Quais?

6. Existe identidade entre o IR fonte e o IR anual ou trata-se de impostos autônomos (isto é, há apenas uma ou mais de uma regra-matriz de incidência tributária)? Seria a retenção na fonte mero objeto de dever instrumental? Justifique a resposta. (Vide anexos V, VI, VII).

7. Analise os efeitos jurídicos inerentes ao contribuinte e à fonte pagadora em ***cada um*** dos casos abaixo arrolados.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | Retenção – Fonte pagadora  (Pessoa Jurídica) | Recolhimento – Fonte pagadora  (Pessoa Jurídica) | Declaração do rendimento na Declaração de Ajuste Anual – DAA, entregue pela pessoa física (empregado ou prestador de serviços) em 30 de abril |
| Caso 1 | Retém | Recolhe | Declara rendimento e retenção |
| Caso 2 | Retém | Recolhe | Não declara rendimento nem retenção |
| Caso 3 | Retém | Não recolhe | Declara rendimento e retenção |
| Caso 4 | Retém | Não recolhe | Não declara rendimento nem retenção |
| Caso 5 | Não retém | Recolhe | Declara rendimento e retenção |
| Caso 6 | Não retém | Recolhe | Não declara rendimento nem retenção |
| Caso 7 | Não retém | Não recolhe | Declara rendimento e retenção |
| Caso 8 | Não retém | Não recolhe | Não declara rendimento nem retenção |

8. Há a incidência de IR fonte ou do IR anual sobre *Stock Options*? Pressupondo a possibilidade de que venham a ser tributados, como definir a sua base de cálculo? Em outros termos, a base de cálculo do IR recairia sobre o preço da aquisição das ações, o preço do mercado ou sobre o preço em que elas são vendidas? Analise os anexos VIII e IX, expressando sua concordância ou não, de forma justificada.

**Sugestão para pesquisa suplementar**

• CARRAZZA, Roque Antonio. *Imposto sobre a* renda – perfil constitucional e temas específicos. São Paulo: Malheiros.

• Artigo: “ADI n. 5.096. Correção da tabela de incidência do imposto sobre a renda para pessoas físicas. Aplicação da técnica de interpretação conforme a Constituição”, de Ives Gandra da Silva Martins e Marilene Talarico Martins Rodrigues, *Revista Dialética de Direito Tributário* n. 229.

• Artigo: “O fato gerador do imposto sobre a renda e a aquisição de disponibilidade econômica ou jurídica que implique acréscimo patrimonial – inteligência do artigo 43 do Código Tributário Nacional – ilegalidade de pretendida incidência sem ocorrência de acréscimo”, de Ives Gandra da Silva Marins, *Revista Dialética de Direito Tributário* nº 137.

• Artigo: “A sujeição passiva da fonte pagadora de rendimento, quanto ao imposto de renda devido na fonte”, deRicardo Marizde Oliveira, *Revista Dialética de Direito Tributário* n. 49.

• OLIVEIRA, Ricardo Mariz. “Princípios fundamentais do imposto de renda”. São Paulo: IOB.

• QUEIROZ, Luis Cesar Souza de. *Imposto sobre a renda* – requisitos para uma tributação constitucional. Rio de Janeiro: Forense.

• Capítulo IV do livro *Renda e proventos de qualquer natureza*, de Roberto Quiroga Mosquera. São Paulo: Dialética.

**Anexo I  
REsp 1.562.676/RJ**

Julgamento 14/06/2016

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA - IRPF. ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA SOBRE JUROS DE MORA. RECLAMATÓRIA TRABALHISTA. RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. ART. 6º, V, DA LEI 7.713/1988. RECURSO REPETITIVO.

1. De acordo com a jurisprudência do STJ, incide imposto de renda sobre juros de mora. Conforme o art. 16, parágrafo único, da Lei 4.506/64: “Serão também classificados como rendimentos de trabalho assalariado os juros de mora e quaisquer outras indenizações pelo atraso no pagamento das remunerações previstas neste artigo”. Jurisprudência uniformizada no REsp 1.089.720-RS, Primeira Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 10.10.2012. Primeira exceção: não incide imposto de renda sobre os juros de mora decorrentes de verbas trabalhistas pagas no contexto de despedida ou rescisão do contrato de trabalho, consoante o art. 6º, V, da Lei 7.713/88. Jurisprudência uniformizada no recurso representativo da controvérsia REsp 1.227.133 - RS, Primeira Seção, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, Rel p/acórdão Min. Cesar Asfor Rocha, julgado em 28/9/2011. Segunda exceção: são isentos do imposto de renda os juros de mora incidentes sobre verba principal isenta ou fora do campo de incidência do IR, conforme a regra do accessorium sequitur suum principale. Jurisprudência uniformizada no REsp 1.089.720-RS, Primeira Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 10/10/2012. 2. Caso concreto em que se discute a incidência do imposto de renda sobre os juros de mora decorrentes de Reclamatória Trabalhista em que houve rescisão do contrato de trabalho. Na linha dos precedentes anteriormente citados, se a tributação do acessório segue a regra do principal, então o IRPF sobre os juros devidos em Reclamatória Trabalhista cujo objeto seja despedida ou rescisão de contrato de trabalho não são tributados pelo imposto de renda, na linha do recurso repetitivo acima citado. Precedentes: AgRg no REsp 1.536.449/MG, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turrma, DJe 16/9/2015; EDcl nos EDcl no AgRg no REsp 1.215.673/RS, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 28/3/2014; AgRg no REsp 1.238.127/RS, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 18/03/2014 e AgRg no REsp 1.234.914/RS, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 11/11/2014. 3. O recorrido propôs Reclamação Trabalhista pedindo a condenação da ré no pagamento do adicional de função de representação e sua repercussão no 13º salário, nas verbas rescisórias e no FGTS (fl. 148, e-STJ). Apesar de a petição inicial da Reclamatória Trabalhista ser confusa, parecendo que o seu escopo trata de complementação de aposentadoria, na verdade, como se vislumbra claramente na sentença e no acórdão recorrido, a causa de pedir da demanda foi a rescisão do seu contrato de trabalho. 4. O Tribunal de origem, soberano na análise dos fatos e das provas, consignou que houve rescisão do contrato de trabalho (fl. 148, e-STJ): “Portanto, tendo em vista a natureza jurídica das rubricas reclamadas - AFR/AP, as repercussões em relação a férias, ao 13a salário, ou seja, salarial - caracterizada está a hipótese de incidência de IRPF sobre os juros moratórios. Quanto às repercussões da AFR/AR sobre os valores recebidos a título de rescisão de seu contrato e ao FGTS, estes valores são isentos, a teor do artigo 6o, V, da Lei 7.713/88 (Precedente: REsp 1217238/MG, Relator: Ministro Mauro Campbell Marques, Data: 03.02.2011)”. 5. Na linha dos precedentes anteriormente citados, se a tributação do acessório segue a regra do principal, então o IRPF sobre os juros devidos em Reclamatória Trabalhista cujo objeto seja despedida ou rescisão de contrato de trabalho, como na hipótese dos autos, não são tributados pelo imposto de renda, na linha do recurso repetitivo acima citado. 6. Recurso Especial não provido.

**Anexo II  
RE n. 396.215 AgRg/PB**

Julgamento: 25/09/2012

IMPOSTO DE RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA. SÓCIOS-COTISTAS. RETENÇÃO NA FONTE. CARACTERIZAÇÃO DO FATO GERADOR. DISPONIBILIDADE JURÍDICA OU ECONÔMICA DA RENDA. ART. 35 DA LEI 7.713/1988. INCONSTITUCIONALIDADE CONDICIONAL. NECESSIDADE DE SE AFERIR SE HÁ A EFETIVA DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS. NECESSIDADE DE REEXAME DO QUADRO FÁTICO-PROBATÓRIO. Conforme decidiu esta Corte, “a norma insculpida no artigo 35 da Lei n. 7.713/88 mostra-se harmônica com a Constituição Federal quando o contrato social prevê a disponibilidade econômica ou jurídica imediata, pelos sócios, do lucro líquido apurado, na data do encerramento do período-base” (RE 172.058, rel. min. Marco Aurélio, Pleno, DJ de 13.10.1995). Hipótese em que o Tribunal de origem, analisando o contrato social da empresa, concluiu pela existência de distribuição imediata de lucros na data de encerramento do período-base. Impossível chegar a conclusão diversa sem o prévio exame de cláusulas contratuais e do quadro fático-probatório (Súmulas 279 e 454/STF). Agravo regimental ao qual se nega provimento.

**Anexo III  
REsp nº 1.670.906 - RS**

Julgamento 11/07/2017

Trata-se de recurso especial interposto pela FAZENDA NACIONAL, com fundamento no art. 105, III, a, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, assim ementado:

TRIBUTÁRIO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. IMPOSTO DE RENDA. PARCELAS RECEBIDAS POR FORÇA DE DECISÃO JUDICIAL. INCIDÊNCIA. REGIME DE COMPETÊNCIA. ART. 12 DA LEI Nº 7.713/88. JUROS MORATÓRIOS. CARÁTER INDENIZATÓRIO.

O imposto de renda incidente sobre rendimentos pagos acumuladamente deve ser calculado com base nas tabelas e alíquotas vigentes à época a que se referiam tais rendimentos.

Não são passíveis de incidência do imposto de renda os valores recebidos a título de juros de mora acrescidos às verbas definidas em ação judicial, por constituírem indenização pelo prejuízo resultante de um atraso culposo no pagamento de determinadas parcelas.

[...]

Sobre a alegada violação do art. 1.022 do CPC/2015, por suposta omissão pelo Tribunal de origem da análise das questões atinentes a diversos dispositivos legais, bem como de julgados do Superior Tribunal de Justiça, tenho que não assiste razão ao recorrente.

Verifica-se, na hipótese dos autos, a inexistência da mácula apontada, tendo em vista que da análise do referido questionamento não se cogita da ocorrência de omissão, contradição, obscuridade ou mesmo erro material, mas mera tentativa de reiterar fundamentos jurídicos já expostos pelo recorrente.

Nesse panorama, a oposição de embargos de declaração com fundamento na omissão acima, demonstra, tão somente, o objetivo de rediscutir a matéria sob a ótica do recorrente, sem que tal desiderato objetive o suprimento de quaisquer das baldas descritas no dispositivo legal mencionado, mas sim, unicamente, a renovação da análise da controvérsia.

No mesmo diapasão, destacam-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 535 DO CPC/1973. AUSÊNCIA DE VÍCIO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. OFENSA A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. INVIABILIDADE DE ANÁLISE NA VIA RECURSAL ELEITA. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. COISA JULGADA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTO AUTÔNOMO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. ÓBICES DAS SÚMULAS 283 E 284 DO STF. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não há violação do art. 535, inc. II, do CPC/1973 quando o aresto recorrido adota fundamentação suficiente para dirimir a controvérsia, sendo desnecessária a manifestação expressa sobre todos os argumentos apresentados pelos litigantes.

2. O Superior Tribunal de Justiça não tem a missão constitucional de interpretar dispositivos da Lei Maior, cabendo tal dever ao Supremo Tribunal Federal.

3. A ausência de impugnação de fundamento autônomo apto, por si só, para manter o acórdão recorrido, atrai o disposto na Súmula n. 283/STF.

4. A simples alegação de violação genérica de preceitos infraconstitucionais, desprovida de fundamentação que demonstre de que maneira eles foram violados pelo Tribunal de origem, não é suficiente para fundar recurso especial, atraindo a incidência da Súmula n. 284/STF.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 960.685/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/12/2016, DJe 19/12/2016)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. REQUISITOS PARA RECONHECER A OMISSÃO. QUESTÃO NÃO RELEVANTE. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. ART. 485, V, DO CPC/73. VIOLAÇÃO A LITERAL DISPOSITIVO DE LEI. ARTIGO NÃO INDICADO. DEFICIÊNCIA NA

FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL. SÚMULA Nº 284/STF. DECISÃO MANTIDA.

1. Para configurar omissão, é necessária a presença cumulativa dos seguintes requisitos: a) o Tribunal de origem não tenha se pronunciado sobre o tema; b) tenham sido opostos embargos de declaração; c) tenha sido a questão levantada nas razões ou contrarrazões do agravo de instrumento ou da apelação; e d) seja relevante para o deslinde da controvérsia.

2. Ausente relevância, à luz do caso concreto, da matéria tida por não apreciada, afasta-se a alegada omissão.

3. A suposta violação ao art. 485, V, do CPC/73, por violação a literal dispositivo de lei, exige seja declinado no recurso especial especificamente qual o artigo de lei que supostamente daria azo à rescisória, sob pena de deficiência na fundamentação, a ensejar a incidência da Súmula nº 284/STF.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1498690/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 14/03/2017, DJe 20/03/2017)

Sobre a alegada violação dos arts. 949, parágrafo único e 1.035, caput e § 8º, ambos do CPC/2015, verifica-se que no acórdão recorrido não foram analisados o conteúdo dos dispositivos legais, nem foram opostos embargos de declaração para tal fim, pelo que carece o recurso do indispensável requisito do prequestionamento. Incidência dos enunciados sumulares n. 282 e 356 do STF, in verbis:

Súmula 282: É inadmissível o Recurso Extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada.

Súmula 356. O ponto omisso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento.

Não constando do acórdão recorrido análise sobre a matéria referida no dispositivo legal indicado no recurso especial, restava ao recorrente pleitear seu exame por meio de embargos de declaração, a fim de buscar o suprimento da suposta omissão e provocar o prequestionamento, o que não ocorreu na hipótese dos autos.

Sobre a alegada violação aos arts. 43, 97 e 111 do CTN, além dos arts. 6 e 12 da Lei 7.713/1988, verifica-se que assiste razão ao recorrente, porquanto conforme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, incide IRPF sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único da Lei 4.504/1964, excetuando-se os casos em que a verba principal é isenta ou está fora do campo de incidência do tributo ou no contexto de despedida ou rescisão do contrato de trabalho, por disposição do art. 6º, V, da Lei 7.713/1988.

Na hipótese dos autos o benefício previdenciário pago acumuladamente e a destempo constitui rendimento tributável, sendo por isso devida a incidência de IRPF sobre os juros de mora concernentes ao valor principal.

Neste diapasão, destacam-se os seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA SOBRE OS JUROS DE MORA ORIUNDOS DE INDENIZAÇÃO PREVIDENCIÁRIA E NÃO DE RECLAMATÓRIA TRABALHISTA. INCIDÊNCIA. AUSÊNCIA DE EXCEÇÃO À REGRA GERAL FIRMADA PELA PRIMEIRA SEÇÃO NO JULGAMENTO DO RESP 1.089.720/RS. REGIME DE COMPETÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE VÍCIOS NO JULGADO. INSATISFAÇÃO COM O DESLINDE DA CAUSA. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA.

1. Depreende-se dos autos que o ponto da controvérsia está na insatisfação com o deslinde da causa. O acórdão embargado encontra-se suficientemente discutido, fundamentado e de acordo com a jurisprudência desta Corte, não ensejando, assim, o seu acolhimento.

2. O embargante não aponta nenhuma omissão, contradição, obscuridade ou erro material nas razões recursais.

3. Em 10.10.2012, DJe 28.1.2012, a Primeira Seção desta Corte, no julgamento do REsp 1.089.720/RS, por maioria, vencido o Sr. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, firmou orientação, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator, de que, segundo a regra geral, incide o IRPF sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei n. 4.506/64, também quando reconhecidos em reclamatórias trabalhistas, apesar de sua natureza indenizatória reconhecida pelo mesmo dispositivo legal, salvo: (I) quando pagos no contexto de despedida ou rescisão do contrato de trabalho, em reclamatórias trabalhistas ou não; e (II) nos casos em que a verba principal é isenta ou fora do campo de incidência do imposto de renda, estendendo-se a isenção aos juros de mora mesmo quando na circunstância em que não há perda do emprego, consoante a regra do “accessorium sequitur suum principale”.

4. Extrai-se dos autos que as verbas principais são benefícios previdenciários pagos de forma acumulada em decorrência de demanda judicial, fora do contexto de despedida ou rescisão do contrato de trabalho em reclamatória trabalhista, tampouco mostram-se isentas ou fora do campo de incidência do imposto de renda. Logo, não se aplica ao caso dos autos nenhuma das duas exceções apontadas à regra geral de incidência do imposto de renda sobre os juros de mora.

5. O benefício previdenciário pago acumuladamente e a destempo constitui rendimento tributável - como reconhece a jurisprudência desta Corte -, devendo ser observado o regime de competência, a revelar que as alíquotas aplicáveis são aquelas vigentes à época em que tal verba deveria ter sido recebida.

6. Contrariamente ao que defende o ora embargante, não houve nenhuma conclusão advinda de premissa equivocada, uma vez que a verificação da verba originária foi definida na origem, e sua natureza não será modificada por meros cálculos.

7. Quanto aos dispositivos apontados como inconstitucionais, a irresignação refoge à competência desta Corte. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no AgRg no REsp 1494279/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/05/2015, DJe 13/05/2015)

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. VIOLAÇÃO AO ART. 535, DO CPC.

ALEGAÇÕES GENÉRICAS. SÚMULA N. 284/STF. IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA - IRPF. REGRA GERAL DE INCIDÊNCIA SOBRE JUROS DE MORA. PRESERVAÇÃO DA TESE JULGADA NO RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA RESP. N. 1.227.133 -RS NO SENTIDO DA ISENÇÃO DO IR SOBRE OS JUROS DE MORA PAGOS NO CONTEXTO DE PERDA DO EMPREGO. ADOÇÃO DE FORMA CUMULATIVA DA TESE DO ACCESSORIUM SEQUITUR SUUM PRINCIPALE PARA ISENTAR DO IR OS JUROS DE MORA INCIDENTES SOBRE VERBA ISENTA OU FORA DO CAMPO DE INCIDÊNCIA DO IR.

1. Não merece conhecimento o recurso especial que aponta violação ao art. 535, do CPC, sem, na própria peça, individualizar o erro, a obscuridade, a contradição ou a omissão ocorridas no acórdão proferido pela Corte de Origem, bem como sua relevância para a solução da controvérsia apresentada nos autos. Incidência da Súmula n. 284/STF: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

2. Regra geral: incide o IRPF sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei n. 4.506/64, inclusive quando reconhecidos em reclamatórias trabalhistas, apesar de sua natureza indenizatória reconhecida pelo mesmo dispositivo legal (matéria ainda não pacificada em recurso representativo da controvérsia).

3. Primeira exceção: são isentos de IRPF os juros de mora quando pagos no contexto de despedida ou rescisão do contrato de trabalho, em reclamatórias trabalhistas ou não. Isto é, quando o trabalhador perde o emprego, os juros de mora incidentes sobre as verbas remuneratórias ou indenizatórias que lhe são pagas são isentos de imposto de renda. A isenção é circunstancial para proteger o trabalhador em uma situação sócio-econômica desfavorável (perda do emprego), daí a incidência do art. 6º, V, da Lei n. 7.713/88. Nesse sentido, quando reconhecidos em reclamatória trabalhista, não basta haver a ação trabalhista, é preciso que a reclamatória se refira também às verbas decorrentes da perda do emprego, sejam indenizatórias, sejam remuneratórias (matéria já pacificada no recurso representativo da controvérsia REsp. n.º 1.227.133 - RS, Primeira Seção, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, Rel .p/acórdão Min. Cesar Asfor Rocha, julgado em 28.9.2011).

3.1. Nem todas as reclamatórias trabalhistas discutem verbas de despedida ou rescisão de contrato de trabalho, ali podem ser discutidas outras verbas ou haver o contexto de continuidade do vínculo empregatício. A discussão exclusiva de verbas dissociadas do fim do vínculo empregatício exclui a incidência do art. 6º, inciso V, da Lei n. 7.713/88.

3.2. . O fator determinante para ocorrer a isenção do art. 6º, inciso V, da Lei n. 7.713/88 é haver a perda do emprego e a fixação das verbas respectivas, em juízo ou fora dele. Ocorrendo isso, a isenção abarca tanto os juros incidentes sobre as verbas indenizatórias e remuneratórias quanto os juros incidentes sobre as verbas não isentas.

4. Segunda exceção: são isentos do imposto de renda os juros de mora incidentes sobre verba principal isenta ou fora do campo de incidência do IR, mesmo quando pagos fora do contexto de despedida ou rescisão do contrato de trabalho (circunstância em que não há perda do emprego), consoante a regra do “accessorium sequitur suum principale”.

5. Em que pese haver nos autos verbas reconhecidas em reclamatória trabalhista, não restou demonstrado que o foram no contexto de despedida ou rescisão do contrato de trabalho (circunstância de perda do emprego). Sendo assim, é inaplicável a isenção apontada no item “3”, subsistindo a isenção decorrente do item “4” exclusivamente quanto às verbas do FGTS e respectiva correção monetária FADT que, consoante o art. 28 e parágrafo único, da Lei n. 8.036/90, são isentas.

6. Quadro para o caso concreto onde não houve rescisão do contrato de trabalho: Principal: Horas-extras (verba remuneratória não isenta) = Incide imposto de renda; Acessório: Juros de mora sobre horas-extras (lucros cessantes não isentos) = Incide imposto de renda; Principal: Décimo-terceiro salário (verba remuneratória não isenta) = Incide imposto de renda; Acessório: Juros de mora sobre décimo-terceiro salário (lucros cessantes não isentos) = Incide imposto de renda; Principal: FGTS (verba remuneratória isenta) = Isento do imposto de renda (art. 28, parágrafo único, da Lei n. 8.036/90); Acessório: Juros de mora sobre o FGTS (lucros cessantes) = Isento do imposto de renda (acessório segue o principal).

7. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, parcialmente provido. (REsp 1089720/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/10/2012, DJe 28/11/2012)

TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. SENTENÇA TRABALHISTA QUE DETERMINOU A REINTEGRAÇÃO AO EMPREGO. PAGAMENTO DE VERBAS ATRASADAS FORA DO CONTEXTO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. JUROS DE MORA. IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA - IRPF. REGRA GERAL DE INCIDÊNCIA, MESMO EM SE TRATANDO DE VERBA INDENIZATÓRIA. ART. 16, XI E PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI N. 4.506/64.

1. Regra geral, incide imposto de renda sobre juros de mora conforme o art. 16, parágrafo único, da Lei 4.506/64: “Serão também classificados como rendimentos de trabalho assalariado os juros de mora e quaisquer outras indenizações pelo atraso no pagamento das remunerações previstas neste artigo”. Jurisprudência uniformizada no REsp 1.089.720-RS, Primeira Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 10/10/2012.

2. Primeira exceção: não incide imposto de renda sobre os juros de mora decorrentes de verbas trabalhistas pagas no contexto de despedida ou rescisão do contrato de trabalho consoante o art. 6º, inciso V, da Lei 7.713/88. Jurisprudência uniformizada no recurso representativo da controvérsia Resp 1.227.133 - RS, Primeira Seção, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, Rel. p/ acórdão Min. Cesar Asfor Rocha, julgado em 28/9/2011.

3. Segunda exceção: são isentos do imposto de renda os juros de mora incidentes sobre verba principal isenta ou fora do campo de incidência do IR, conforme a regra do accessorium sequitur suum principale. Jurisprudência uniformizada no REsp n. 1.089.720-RS, Primeira Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 10/10/2012.

4. Hipótese dos autos que não se referem a verbas trabalhistas pagas no contexto de despedida ou rescisão do contrato de trabalho e, sim, ao reconhecimento de dispensa ilegal com reintegração no emprego, circunstância que escapa da isenção prevista no art. 6º, inciso V, da Lei n. 7.713/88. Incidência da regra geral constante do art. 16, inciso XI e parágrafo único, da Lei 4.506/64.

5. Recurso Especial da Fazenda Nacional provido. (REsp 1648214/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/04/2017, DJe 11/05/2017)

Sobre o pedido do recorrente pela cobrança de IRPF da forma do art. 12-A da Lei 7.713/88 sobre os valores acumulados, verifico que o recorrente não apresentou qualquer argumento para fundamentar o referido pleito, o que torna deficiente esta parcela recursal, atraindo o comando do art. 284 do STF, in verbis:

É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.

Ante o exposto, conheço parcialmente do recurso especial e, nesta parte, com fundamento no art. 255, § 4º, I e III, do RI/STJ, dou-lhe provimento para determinar a incidência de IRPF sobre os juros de mora decorrentes da verba principal.

**Anexo IV  
TJ/SP - APELAÇÃO CÍVEL Nº 0005290-09.2012.4.03.6126**

Julgamento 25/08/2016.

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. APELAÇÃO. ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL. IMPOSTO DE RENDA. QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO SEM AUTORIZAÇÃO JUDICIAL. POSSIBILIDADE. STF. RE 601.314/SP. JULGAMENTO EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL. DEPÓSITOS BANCÁRIOS. ORIGEM DOS RECURSOS. ART. 42, DA LEI Nº 9.430/96. PRESUNÇÃO RELATIVA DE OMISSÃO DE RENDIMENTOS. AUSÊNCIA DE PROVA EM CONTRÁRIO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REDUÇÃO. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA.

1. Depreende-se dos fatos narrados e documentos acostados aos autos que foi instaurado processo administrativo fiscal, no âmbito do qual o autor foi intimado para apresentar, perante a autoridade fiscal competente, documentação hábil e idônea da origem dos recursos movimentados nas contas correntes de sua titularidade, no ano-base 2000, nos termos dos Termos de Intimação Fiscal. Tendo em vista que não foi justificada a origem dos recursos, foi lavrado o auto de infração com base nos extratos bancários obtidos sem autorização judicial.

2. Tendo em vista que o E. Supremo Tribunal Federal decidiu, em sede de repercussão geral, por ocasião do julgamento do RE nº 601.314/SP, em 24/02/2016, da relatoria do Ministro Ricardo Lewandowski, que o artigo 6º, da LC 105/01, não ofende o direito constitucional ao sigilo bancário, e que a Lei nº 10.174/01 não atrai a aplicação do princípio da irretroatividade das leis tributárias, curvo-me à orientação pretoriana para julgar improcedente o pedido de anulação do débito fiscal constituído a partir de informações prestadas à Receita Federal, pelas instituições financeiras, sobre as contas correntes de titularidade da parte autora, sem autorização judicial.

3. Considerando que o contribuinte, devidamente intimado, não comprovou, com documentação hábil e idônea, a origem dos valores creditados em conta corrente, ficou configurada a omissão de receita e a autoridade administrativa procedeu ao arbitramento do tributo, nos termos do artigo 42, da Lei nº 9.430/96.

4. Referida norma estabelece uma presunção legal de omissão de rendimentos que autoriza o lançamento do imposto correspondente, sempre que o titular da conta bancária, pessoa física ou jurídica, regularmente intimado, não comprove, mediante documentação hábil e idônea, a origem dos recursos creditados em sua conta de depósito ou de investimento. É a própria lei definindo que os depósitos bancários de origem não comprovada caracterizam omissão de receita ou de rendimentos. A presunção em favor do Fisco transfere ao contribuinte o ônus de elidir a imputação, mediante a comprovação, no caso, da origem dos recursos. Trata-se de presunção relativa (jures tantum), reputando-se verdadeiro o fato presumido até que a parte interessada prove o contrário, chamada “inversão do ônus da prova”.

5. A jurisprudência pátria consolidou entendimento acerca da legalidade do lançamento do imposto de renda com base na presunção relativa prevista no artigo 42, da Lei nº 9.430/96, cabendo ao contribuinte o ônus da prova da origem dos recursos depositados em conta bancária.

6. O contribuinte, não obstante tivesse ampla oportunidade de fazê-lo, não logrou comprovar, nem no âmbito do processo administrativo-fiscal, nem no presente feito, mediante documentação hábil e idônea, a origem dos valores creditados. Desta forma, se a incompatibilidade entre a movimentação financeira e a declaração de renda no ano-calendário de 2000, não foi justificada, está caracterizada a omissão de receita, nos termos do artigo 42, da Lei nº 9.430/96, devendo ser mantido o lançamento efetuado de ofício pela autoridade administrativa.

7. O arbitramento da verba honorária impõe ao julgador ponderação que lhe permita concluir o quantum que melhor refletirá a diligência do causídico na defesa dos interesses da parte cuja procuração recebeu, considerando-se não apenas o tempo despendido com a causa, mas também as particularidades a ela inerentes. E o juiz, ao fixar os honorários advocatícios na forma do § 4º, do artigo 20, do antigo CPC, vigente à época, não está adstrito aos limites contidos no § 3º do mesmo dispositivo, devendo ater-se aos critérios contidos nas alíneas ‘a’, ‘b’ e ‘c’. Assim, tendo em vista que a causa não envolveu grande complexidade, bem como o valor a esta atribuído na petição inicial, em atendimento aos princípios da equidade, razoabilidade e da proporcionalidade, os honorários advocatícios devem ser reduzidos para 1% (um por cento) sobre o valor da causa.

8. Apelação parcialmente provida.

**Anexo V  
TJ/SP - APELAÇÃO CÍVEL Nº 0005697-44.2014.4.03.6126**

Julgamento 31/08/2017

TRIBUTÁRIO - IMPOSTO DE RENDA - SUBSISTÊNCIA DA AUTUAÇÃO POR OMISSÃO DE RENDIMENTOS - OBRIGAÇÃO QUE INDEPENDE DA RESPONSABILIDADE DA FONTE PAGADORA. A responsabilidade da fonte pagadora, pela retenção do imposto de renda na fonte, não exclui a sujeição passiva do contribuinte, nem a obrigação de declarar os rendimentos, nos termos dos artigos 45, do Código Tributário Nacional, e 44, I, da Lei Federal nº 9.430/1996. 2. A petição inicial não explica a razão pela qual o autor deixou de declarar os rendimentos. Ainda que fossem retidos na fonte, deveria ter efetivado a declaração. 3. Apelação provida

**Anexo VI  
Ato Declaratório Interpretativo RFB n. 8, de 2 de setembro de 2014**

IRRF. FATO GERADOR.Dispõe sobre o momento da ocorrência do fato gerador do imposto sobre a renda na fonte, no caso de importâncias creditadas. DOU 03/09/2014.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n. 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos arts. 43 e 114, nos incisos I e II do art. 116 e nos incisos I e II do art. 117 da Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional (CTN), no art. 647 do Decreto n. 3.000, de 26 de março de 1999 – Regulamento do Imposto sobre a Renda (RIR/1999), no Parecer Normativo CST n. 07, de 2 de abril de 1986, no Parecer Normativo CST n. 121, de 31 de agosto de 1973, bem como o que consta no eProcesso n. 10104.720002/2011-75, declara:

Art. 1~~º~~ Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto sobre a renda na fonte, no caso de importâncias creditadas, na data do lançamento contábil efetuado por pessoa jurídica, nominal ao fornecedor do serviço, a débito de despesas em contrapartida com o crédito de conta do passivo, à vista da nota fiscal ou fatura emitida pela contratada e aceita pela contratante.

Art. 2~~º~~ A retenção do imposto sobre a renda na fonte, incidente sobre as importâncias creditadas por pessoa jurídica a outra pessoa jurídica pela prestação de serviços caracterizadamente de natureza profissional, será efetuada na data da contabilização do valor dos serviços prestados, considerando-se a partir dessa data o prazo para o recolhimento.

**Anexo VII  
Solução de Divergência Cosit n. 26/2013**

IRRF. FATO GERADOR. MOMENTO DE OCORRÊNCIA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. DE NATUREZA PROFISSIONAL. IMPORTÂNCIAS CREDITADAS. Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto de renda na fonte, no caso de importâncias creditadas, na data do lançamento contábil efetuado por pessoa jurídica, nominal ao fornecedor do serviço, a débito de despesas em contrapartida com o crédito de conta do passivo, à vista da nota fiscal ou fatura emitida pela contratada e aceita pela contratante. A retenção do imposto de renda na fonte, incidente sobre as importâncias creditadas por pessoa jurídica a outra pessoa jurídica pela prestação de serviços caracterizadamente de natureza profissional, se dará na data da contabilização do valor dos serviços prestados, considerando-se a partir desta data o prazo para o recolhimento.DOU 16/07/2014.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Art. 647 do Regulamento do Imposto de Renda – RIR/1999 (Decreto n. 3.000, de 26 de março de 1999); Parecer Normativo CST n. 07, de 02/04/86; Parecer Normativo CST n. 121, de 31 de agosto de 1973 e arts. 43, 114, 116, incisos I e II, e 117, incisos I e II, do Código Tributário Nacional (Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966).

FERNANDO MOMBELLI

Coordenador-Geral

**Anexo VIII  
CARF - Acórdão nº 2202-003.367**

Julgamento 10/05/2016

PREVIDENCIÁRIO. AUTO DE INFRAÇÃO OBRIGAÇÃO PRINCIPAL. EMPREGADOS. PLANO DE OPÇÃO PARA COMPRA DE AÇÕES - STOCK OPTIONS. NATUREZA SALARIAL. DESVIRTUAMENTO DA OPERAÇÃO MERCANTIL. CARACTERÍSTICAS DOS PLANOS AFASTAM O RISCO.

Ocorrendo o desvirtuamento do stock options em sua concepção inicial, tanto pela adoção de política remuneratória na forma de outorga de ações quanto pela correlação com o desempenho para manutenção de talentos, fica evidente a intenção de afastar o risco atribuído ao próprio negócio, caracterizando uma forma indireta de remuneração. Na maneira como executado o Plano, com a minimização do risco, passa a outorga de ações a representar a verdadeira intenção de ter o trabalhador a opção de ganhar com a compra das ações. As vantagens econômicas oferecidas aos empregados na aquisição de lotes de ações da empresa, quando comparadas com o efetivo valor de mercado dessas mesmas ações, configuram-se ganho patrimonial do empregado beneficiário decorrente exclusivamente do trabalho, ostentando natureza remuneratória, e, nessa condição, parcela integrante do conceito legal de Salário de Contribuição - base de cálculo das contribuições previdenciárias.

**Anexo IX  
CARF - Acórdão nº 2202.003.436**

Julgamento 14/06/2016

IRRF - PLANO DE OPÇÃO PARA COMPRA DE AÇÕES - STOCK OPTIONS. NATUREZA SALARIAL. DATA DA OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR. BASE DE CÁLCULO. PRECEDENTE.

No julgamento do processo administrativo nº 16327.720152/  
2014-93, relativo a este mesmo contribuinte, aos mesmos planos de opções de compra de ações pelos empregados, mediante o Acórdão nº 2202-003.367, esta Turma fixou o entendimento que as vantagens econômicas oferecidas aos empregados na aquisição de lotes de ações da empresa, quando comparadas com o efetivo valor de mercado dessas mesmas ações, configuram-se ganho patrimonial do empregado beneficiário decorrente exclusivamente do trabalho, ostentando natureza remuneratória. Decidiu-se ainda que o fato gerador ocorre (aspecto temporal), na data do exercício das opções pelo beneficiário, ou seja, quando o mesmo exerce o direito de compra em relação às ações que lhe foram outorgadas. Não há como atribuir ganho se não demonstrado o efetivo exercício do direito sobre as ações.

E, por fim, que a base de cálculo é uma ordem de grandeza própria do aspecto quantitativo do fato gerador. O ganho patrimonial, no caso, há que ser apurado na data do exercício das opções e deve corresponder à diferença entre o valor de mercado das ações adquiridas e o valor efetivamente pago pelo beneficiário. O ganho patrimonial do trabalhador se realiza nas vantagens econômicas que aufere quando comparadas com as condições de aquisição concedidas ao investidor comum que compra idêntico título no mercado de valores mobiliários.

# Seminário VI

**ISS**

**Leitura básica**

• CARVALHO, Paulo de Barros. *Direito tributário, linguagem e método*. 7ª ed. São Paulo: Noeses, 2018, Capítulo 3, item 3.3.7 (Imposto sobre prestação de serviço de qualquer natureza) da segunda parte.

• CARVALHO, Paulo de Barros. *Derivação e positivação no direito tributário*. Vol. II. 2 Ed. São Paulo: Noeses, 2017, Tema XXII (Imposto sobre serviços de qualquer natureza: delimitação dos serviços tributáveis pelos municípios).

**Leitura complementar**

• ALVES, Francielli Honorato. Os arts. 3º e 4º da Lei Complementar nº 116/2003 e a segurança jurídica na definição do local de incidência do ISS. In: SOUZA, Pedro Guilherme G. de, Dantas, Rodrigo N. Dubourcq. (Org.). *Obrigação Tributária e Segurança Jurídica*. São Paulo: Quartier Latin, 2016. p. 227-247.

• BARRETO, Aires Fernandino. *ISS na Constituição e na Lei*. São Paulo: Dialética. Capítulo III e itens 13.1 a 13.4 do Capítulo XIII.

• BARRETO, Aires Fernandino*. ISS, IOF e instituições financeiras*. São Paulo: Noeses. Parte II, item 15.8.

• BARRETO, Simone Costa. *Diferentes critérios de definição de estabelecimento prestador nas decisões do STJ.* In: XIII Congresso Nacional de Estudos Tributários do IBET. São Paulo: Noeses.

• BARRETO, Simone Costa. *ISS – a LC 116/03 e a incidência na importação*. São Paulo: Quartier Latin.

• CHIESA, Clélio. O imposto sobre serviços de qualquer natureza e aspectos relevantes da Lei Complementar n. 116/2003. In: ROCHA, Valdir de Oliveira (Coord.). *O ISS e a LC n. 116*. São Paulo: Dialética, 2003.

• GRUPENMACHER, Betina Treiger. A regra-matriz de incidência do imposto sobre serviços. In: CARVALHO, Paulo de Barros (Coord.). *Direito Tributário entre a forma e o conteúdo*. São Paulo: Noeses.

• MACEDO, Alberto. *O critério espacial do ISS nas prestações de serviço intermunicipais*. São Paulo: MP editora.

• PAULA JUNIOR, Aldo de. O conceito de serviço para fins de ISS. Da locação de bens móveis ao leasing financeiro: o STF mudou de entendimento? In: *Direito tributário e os conceitos de* *direito privado*. São Paulo: Noeses, 2010.

• SCHOUERI, Luís Eduardo. ISS sobre a importação de serviços do exterior. *Revista Dialética de Direito Tributário,* São Paulo, n. 100, p. 39-51.

**Questões**

1. Construa a(s) regra(s)-matriz(es) de incidência tributária do ISS.

2. Há um conceito constitucional de “prestação de serviço tributável por meio do Imposto sobre Serviços”? Para fins de definição da materialidade tributável por meio do ISS, é possível afirmar que o constituinte adotou os conceitos de “contrato de prestação de serviço” e de “obrigação de fazer” do Direito Civil (em oposição ao conceito de “obrigação de dar”)? Ou seria necessário afirmar que essa dicotomia está superada e o que deve ser adotado para a definição dessa materialidade é o chamado “conceito econômico de serviços”? Vide o voto do Ministro Relator Celso de Mello no julgamento do RE 446.003 AgR/PR, a Súmula Vinculante n.º 31 do STF e a ementa do RE 651.703/PR.

3. Com relação à lista de serviços anexa à Lei Complementar n. 116/03, pergunta-se:

a) Qual é o seu papel na definição da materialidade tributável por meio do ISS? Essa lista é taxativa, exemplificativa ou extensiva?

b) Lei Municipal pode prever a cobrança de ISS sobre prestação de serviço que não conste nessa lista?

c) A Lei Complementar n.º 157/2016 ampliou a competência tributária dos Municípios ao incluir novas atividades na lista? É constitucional a inclusão de novas atividades ? Os Municípios são obrigados a alterar suas leis municipais para poder tributar essas novas atividades ou é possível iniciar essa tributação com fundamento direto na nova lista da LC n.º 116/2003?Justifique (vide anexos I, II e III).

4. Analise os fatos jurídicos seguintes, identificando e fundamentando quais são passíveis de incidência do ISS: (i) serviços notariais (vide anexo IV e V); (ii) restaurantes (vide anexo VI); (iii) disponibilização de quarto ou apartamento próprio para aluguel por temporada em site especializado em turismo; ; (iv) estudo, análise e avaliação realizadas por instituições financeiras para abertura e concessão de crédito; (v) franquia ou *franchising*; (vi) locação de bem móvel com operador (vide anexo VII); (vii) participação em programa de fidelidade que oferece descontos na aquisição de ingressos para shows; ; e (viii) carga e descarga realizada diretamente pelo transportador em caso de transporte interestadual e intermunicipal (anexo VIII); (ix) disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet (tais como Netfix e Spotify); (x) cessão de andaimes, palcos, coberturas e estruturas de uso temporário.

5. A prestação de serviços cumulada com o fornecimento de produtos está sujeita ao ISS, ao ICMS ou a ambos? Pode o fisco segregar as operações para fins de incidência tributária? Qual a base de cálculo do ISS nesses casos? (Vide anexo IX, X, XI, XII).

6. Tendo em vista a previsão do art. 12 do Decreto-lei n. 406/68 e do art. 3º da Lei Complementar n. 116/03, bem como a jurisprudência do STJ, pergunta-se:

a) Onde é devido ISS: (i) no local do estabelecimento prestador; ou (ii) no local da efetiva prestação do serviço? Vide anexo XIII, XIV).

b) Que é estabelecimento para fins de ISS? Há algum requisito formal? Se um prestador de serviço (pessoa jurídica), sediada em Município X, aloca alguns poucos funcionários em uma pequena sala, situada um Município Y, sem qualquer inscrição perante órgãos públicos, pode o Município Y considerar que há estabelecimento prestador para fins de exigência de ISS? E se esses funcionários atuarem, por dois anos, dentro da sede de um cliente específico, situado no Município Y, o estabelecimento em tal Município ficaria configurado?

7. Prevê o §1~~º~~ do art.1~~º~~ da LC 116/03 que (vide anexos XV e XVI): “§ 1~~º~~ O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País”. Considere o seguinte caso:

Uma empresa de arquitetura, domiciliada na França, é contratada por um empresário brasileiro, residente no Rio de Janeiro, para realizar o projeto de sua nova casa, em Angra dos Reis.

Pergunta-se: Há importação de serviço? Em caso positivo, para qual Município será devido o ISS? Justifique e fundamente sua resposta.

8. Qual é a base de cálculo do ISS? O que pode ser considerado como “preço do serviço”? Apenas os materiais fornecidos pelo prestador de serviço de construção civil podem ser deduzidos da base de cálculo ou qualquer outro valor que não corresponda à remuneração pela prestação do serviço também pode ser deduzido? Justifique suas respostas.

**Sugestão para pesquisa suplementar**

• Capítulo I e II do livro *ISS* – aspectos teóricos e práticos, de José Eduardo Soares de Melo. São Paulo: Dialética.

• Artigo: “ISS e PIS-Cofins-Importação – Critérios espacial e pessoal na prestação internacional de serviços”, de Alberto Macedo. *Revista Dialética de Direito Tributário,* São Paulo, n. 187, p. 9-28, 2010.

• Artigo: “O ISS e a territorialidade”, de Simone Costa Barreto, *in* VII Congresso Nacional de Estudos Tributários do IBET. São Paulo: Noeses.

• Artigo:. A competência municipal para a criação do cadastro de prestadores de outros municípios como norma antievasiva. De Francielli Honorato Alves in *Revista Dialética de Direito Tributário*, v. 225

• Artigo: “Imposto sobre Serviços (ISS) e cooperativas de trabalho”, de Lisandra Christian de Abreu, *Revista Interesse Público – IP* n. 69.

• Artigo: “ISS na Constituição – pressupostos positivos – arquétipo do ISS”, de Geraldo Ataliba e Aires F. Barreto, *Revista de Direito Tributário* n. 37.

• Artigo: “Da incidência (ou não) do ISS e do ICMS sobre o software no regime tributário brasileiro”, de Jacqueline Mayer da Costa, publicado na *Revista do CAAP n. 1/2009*.

• Capítulo 3, itens 3.2 e 3.4 do livro *Conflitos de competência tributária entre o ISS, ICMS e IPI*, de Ricardo Aderle. São Paulo: Noeses.

• Capítulo 5, item 5.3 do livro *Revogação em matéria tributária*, de Tárek Moysés Moussallem. São Paulo: Noeses.

• Livro *Doutrina e prática do imposto sobre serviços*, de Bernardo Ribeiro de Moraes. São Paulo: Ed. RT.

• *Internet e competência tributária*, de Júlio Maria de Oliveira. São Paulo: Dialética.

• Capítulos 6 e 7 da dissertação de mestrado *Aspecto espacial do imposto sobre serviço de qualquer natureza*, de Sílvia Helena Gomes Piva.

• Capítulos II e III do livro *Hipótese de incidência do ISS*, de Natália de Nardi Dácomo. São Paulo: Noeses.

• Artigo: “A natureza jurídica do ISS – Aplicação prática – Incidência nos casos de promoções de bailes por agremiações esportivas”, de Paulo de Barros Carvalho, *Revista de Direito Tributário* n. 23/24.

• Artigo: “ISS – diversões públicas”, de Paulo de Barros Carvalho, *Revista de Direito Tributário* n. 17/18.

• Artigo: “ISS – Locação e leasing”, de Geraldo Ataliba e Aires F. Barreto, *Revista de Direito Tributário* n. 51.

• Artigo: “ICMS e ISS – estremação da incidência”, de Aires F. Barreto, *Revista Dialética de Direito Tributário* n. 71.

• Artigo: “ISS (Impostos sobre serviços) na Constituição”, de José Souto Maior Borges, *Revista de Direito Tributário* n. 3.

• Artigo: “ISS – Construção Civil – Subempreitadas – Base de Cálculo”, de Clélio Chiesa, Grandes questões atuais de direito tributário.

• Artigo: “Natureza não cumulativa do ISS”, de Elisabeth Nazar Carrazza, *Revista de Direito Tributário* n. 19/20.

**Anexo I  
REsp 1.676.500/SP**

DJe 10/10/2017

TRIBUTÁRIO. ISS. SERVIÇOS BANCÁRIOS. DL 406/1968. LISTA DE SERVIÇOS.TAXATIVIDADE. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA DE CADA ITEM. SÚMULA 7/STJ. 1. A jurisprudência do STJ pacificou entendimento, por meio do julgamento do RESP 1.111.234/PR, sob o rito dos recursos repetitivos, e da edição da Súmula 424/STJ, que a lista de serviços anexa ao Decreto-Lei 406/1968 e à Lei Complementar 116/2003, para fins de incidência do ISS sobre serviços bancários, é taxativa, admitindo-se, porém, uma leitura extensiva de cada item, para que se possa enquadrar os serviços correlatos nos previstos expressamente, de modo que prevaleça a efetiva natureza do serviço prestado e não a denominação utilizada pela instituição financeira.

2. O Tribunal a quo assentou, com base na prova dos autos, que os mencionados serviços prestados pela instituição bancária não ensejam a incidência do ISS já que não constantes, ainda que sob interpretação extensiva, na lista de serviços anexa ao DL 406/1968. Assim, para aferir se houve o devido enquadramento das atividades desenvolvidas pelo recorrido, no intuito de comprovar se guardam ou não similitude com os serviços listados no Decreto-Lei 406/1968, imprescindível reexaminar o material fático-probatório, o que é inviável em Recurso Especial, por vedação da Súmula 7/STJ.

3. Recurso Especial não conhecido.

(STJ, REsp 1676500/SP, Segunda Turma, Rel. Min. Herman Benjamin, 26/09/2017, DJe 10/10/2017)

**Anexo II  
REsp n. 1.111.234/PR**

DJe 08/10/2009

ISS – LISTA DE SERVIÇOS – TAXATIVIDADE – INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA. 1. A jurisprudência desta Corte firmou entendimento de que é taxativa a Lista de Serviços anexa ao Decreto-lei 406/68, para efeito de incidência de ISS, admitindo-se, aos já existentes apresentados com outra nomenclatura, o emprego da interpretação extensiva para serviços congêneres. 2. Recurso especial não provido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/08.

**Anexo III  
RE n. 615.580 RG/RJ**

DJe 19/08/2010

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS. ARTIGO 156, III, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. LISTA DE SERVIÇOS. DECRETO-LEI 406/1968 E LC 116/2003. TAXATIVIDADE. EXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL.

**Anexo IV  
AgInt no RE no AgInt no AREsp 922.838/SP**

DJe 07/08/2017

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ISS. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REGISTROS PÚBLICOS, CARTÓRIOS E NOTARIAIS. BASE DE CÁLCULO. DELIMITAÇÃO. VALOR FIXO. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO.

1. O Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do ARE n. 699.362/RS, de Relatoria do Ministro Dias Toffoli, DJe de 6/6/2013, reconheceu a inexistência de repercussão geral da questão relativa ao cálculo do ISS em valor fixo (delimitação da base de cálculo), nos termos do art. 9º, § 1º, do Decreto-Lei n. 406/68, por não se tratar de matéria constitucional (Tema 641/STF).

2. No referido julgamento, houve expressa remissão ao que foi decidido pela Corte Suprema na ADI n. 3.089, em cuja oportunidade o Tribunal, ao examinar exatamente o art. 236, caput, da Constituição da República, ora invocado, consignou que “[a]s pessoas que exercem atividade notarial não são imunes à tributação, porquanto a circunstância de desenvolverem os respectivos serviços com intuito lucrativo invoca a exceção prevista no art. 150, §3º da Constituição.” (ADI 3.089, Relator: Min. CARLOS BRITTO, Relator p/ Acórdão Min. JOAQUIM BARBOSA, Tribunal Pleno, julgado em 13/2/2008, Publicado em 1º/8/2008.) Agravo interno improvido.

(STJ, AgInt no RE no AgInt no AREsp 922838/SP, Corte Especial, Rel. Min. Humberto Martins, 01/08/2017, DJe 07/08/2017)

**Anexo V  
RE n. 756.915 RG/RS**

DJ 12/11/2013

ISSQN. INCIDÊNCIA SOBRE SERVIÇOS DE REGISTROS PÚBLICOS, CARTORÁRIOS E NOTARIAIS. CONSTITUCIONALIDADE. Imunidade recíproca. Inaplicabilidade. Constitucionalidade da lei municipal. Repercussão geral reconhecida. Recurso provido. Reafirmação de jurisprudência. O Tribunal, por unanimidade, reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional suscitada. No mérito, por maioria, reafirmou a jurisprudência dominante sobre a matéria, vencidos os Ministros Joaquim Barbosa e Marco Aurélio. RE 756.915 RG/RS, DJ 12/11/2013.

**Anexo VI  
REsp 115.083/RS**

DJ 16/03/1998

ICMS - BASE DE CALCULO - RESTAURANTES - ALIMENTAÇÃO - FORNECIMENTO - SERVIÇOS. NO FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO, BEBIDAS, ETC., POR RESTAURANTES, BARES E OUTROS ESTABELECIMENTOS CONGENERES, EXISTE A SAIDA DE MERCADORIA, POUCO IMPORTANDO SE O FREGUES AS CONSOME ALI NO NO ESTABELECIMENTO COMERCIAL OU EM QUALQUER OUTRO LOCAL. HAVENDO CIRCULAÇÃO DE MERCADORIA, INCIDE O ICMS, INCLUSIVE, POR FICÇÃO LEGAL, SOBRE A PARTE DO SERVIÇO. RECURSO IMPROVIDO.

(STJ, REsp 115083/RS, Primeira Turma, Rel. Min. Garcia Vieira, 20/11/1997, DJ 16/03/1998, p. 39).

**Anexo VII  
Rcl n. 14.290 AgRg/DF**

DJ 20/06/2014

ISS. INCIDÊNCIA EM CONTRATOS MISTOS. LOCAÇÃO DE MAQUINÁRIO COM OPERADORES. RECLAMAÇÃO. ALEGAÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DA SÚMULA VINCULANTE 31. DESCABIMENTO. A Súmula Vinculante 31, que assenta a inconstitucionalidade da incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS nas operações de locação de bens móveis, somente pode ser aplicada em relações contratuais complexas se a locação de bens móveis estiver claramente segmentada da prestação de serviços, seja no que diz com o seu objeto, seja no que concerne ao valor específico da contrapartida financeira. Hipótese em que contratada a locação de maquinário e equipamentos conjuntamente com a disponibilização de mão de obra especializada para operá-los, sem haver, contudo, previsão de remuneração específica da mão de obra disponibilizada à contratante. Baralhadas as atividades de locação de bens e de prestação de serviços, não há como acolher a presente reclamação constitucional. Rcl 14.290 AgR/DF, DJ 20/06/2014.

**Anexo VIII  
AgRg no REsp 1.192.020/MG**

DJe 27/10/2010

TRIBUTÁRIO. AFASTAMENTO DA SÚMULA 7/STJ. MATÉRIA DE DIREITO. ISS. SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÃO. ATIVIDADE-MEIO. NÃO INCIDÊNCIA.

1. Preliminarmente, cumpre afastar a incidência da Súmula 7/STJ no caso sob análise, porquanto a sentença proferida em primeiro grau deixa claro tratar-se de matéria apenas de direito.

2. “Não incide ISS sobre serviços prestados que caracterizam atividade-meio para atingir atividades-fim, no caso a exploração de telecomunicações” (REsp 883254/MG, Rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, julgado em 18.12.2007, DJ 28.2.2008 p. 74).

3. Neste julgado, em voto-vista proferido pelo Min. Luiz Fux, o entendimento foi corroborado ao firmar que “...as atividades enquadradas como de secretaria, expediente e processamento de dados, instalação e atividades enquadradas como manutenção e conserto de aparelhos telefônicos são notoriamente atividades-meio em confronto com a atividade-fim, que é a telecomunicação em si, porquanto não criam relação jurídica diversa.” Agravo regimental provido.

(STJ, AgRg no REsp 1192020/MG, Segunda Turma, Rel. Min. Humberto Martins, 19/10/2010, DJe 27/10/2010).

**Anexo IX  
AgRg no Resp 1.447.225/GO**

Dje 07/05/2015

TRIBUTÁRIO. ISSQN. SERVIÇOS DE MANIPULAÇÃO DE MEDICAMENTOS. INCIDÊNCIA. ATIVIDADE QUE CONSTA NA LISTA ANEXA À LEI COMPLEMENTAR 118/03. SÚMULA 83/STJ. JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE. VIOLAÇÃO DO ART. 557 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. PRESERVAÇÃO POR OCASIÃO DO JULGAMENTO DO AGRAVO REGIMENTAL.

1. Discute-se nos autos a incidência do ISSQN na atividade de manipulação de fórmulas farmacêuticas.

2. Defende a recorrente que as atividades desempenhadas pelas farmácias de manipulação não se inserem no campo de incidência da referida exação, por expressa vontade do legislador, quando da elaboração da Lei Complementar n. 116/2003, que em momento algum mencionou a manipulação de fórmulas no subitem 4.07 da lista anexa de serviço, como hipótese de incidência do tributo municipal.

3. A jurisprudência desta Corte orienta-se no sentido de que o fornecimento de medicamentos manipulados, operação mista que agrega mercadoria e serviço, está sujeito a ISSQN e, não, o ICMS, tendo em vista que é atividade equiparada aos “serviços farmacêuticos”.

4. A configuração de jurisprudência dominante constante do art. 557 do CPC prescinde de que todos os órgãos competentes em um mesmo Tribunal tenham proferido decisão a respeito do tema. Isso porque essa norma é inspirada nos princípios da economia processual e da razoável duração do processo e tem por finalidade a celeridade na solução dos litígios. Assim, se o Relator conhece orientação de seu órgão colegiado, desnecessário submeter-lhe, sempre e reiteradamente, a mesma controvérsia.

5. A eventual nulidade da decisão monocrática calcada no artigo 557 do CPC fica superada com a reapreciação do recurso pelo órgão colegiado, na via de agravo regimental.

Agravo regimental improvido.

(STJ, AgRg no Resp 1447225/GO, Segunda Turma, Rel. Min. Humberto Martins, 24/02/2015, Dje 07/05/2015).

**Anexo X  
REsp 1.680.712/SP**

DJe 09/10/2017

TRIBUTÁRIO. POSSIBILIDADE DE INCIDÊNCIA DO ICMS OU DO ISSQN SOBRE O SERVIÇO DE SUBSTUTUIÇÃO/TROCA DE PNEUS. ATIVIDADE MISTA. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA. PREVISÃO NA LISTA ANEXA DA LEI COMPLEMENTAR 116/2003, ITEM 14.01. INCIDÊNCIA DO ISS.

1. O Superior Tribunal de Justiça manifestou-se no sentido da necessidade de verificação da atividade da empresa no caso de operações mistas para a definição do imposto a ser recolhido. “Se a atividade desenvolvida estiver sujeita à lista do ISSQN, o imposto a ser pago é o ISSNQ, inclusive sobre as mercadorias envolvidas, com a exclusão do ICMS sobre elas, a não ser que conste expressamente da lista a exceção” (EDcl no AgRg no AgRg no REsp 1.168.488/SP, Rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 21/6/2010). 2. Nesse contexto, na presente hipótese, a execução de serviços de troca/substituição dos pneus vendidos pela recorrente, apesar de não encontrar previsão expressa no item 14.01 da Lista Anexa à LC 116/03, dela deve constar por força de interpretação extensiva, pois o serviço de montagem de pneus é correlato à atividade de manutenção e conservação de veículos. Precedente: REsp 1.307.824/SP, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 27/10/2015, DJe 9/11/2015.

3. Recurso Especial provido.

(STJ, Resp 1680712/SP, Segunda Turma, Rel. Min. Herman Benjamin, 21/09/2017, DJe 09/10/2017)

**Anexo XI  
AI n. 803.296 AgRg**

DJ 07/06/2013

SERVIÇO DE COMPOSIÇÃO GRÁFICA COM FORNECIMENTO DE MERCADORIA. CONFLITO DE INCIDÊNCIAS ENTRE O ICMS E O ISSQN. Serviços de composição gráfica e customização de embalagens meramente acessórias à mercadoria. Obrigação de dar manifestamente preponderante sobre a obrigação de fazer, o que leva à conclusão de que o ICMS deve incidir na espécie. 1. Em precedente da Corte consubstanciado na ADI n. 4.389/DF-MC, restou definida a incidência de ICMS “sobre operações de industrialização por encomenda de embalagens, destinadas à integração ou utilização direta em processo subsequente de industrialização ou de circulação de mercadoria”. 2. A verificação da incidência nas hipóteses de industrialização por encomenda deve obedecer dois critérios básicos: (i)verificar se a venda opera-se a quem promoverá nova circulação do bem e (ii) caso o adquirente seja consumidor final, avaliar a preponderância entre o dar e o fazer mediante a averiguação de elementos de industrialização. 4. À luz dos critérios propostos, só haverá incidência do ISS nas situações em que a resposta ao primeiro item for negativa e se no segundo item o fazer preponderar sobre o dar. 5. A hipótese dos autos não revela a preponderância da obrigação de fazer em detrimento da obrigação de dar. Pelo contrário. A fabricação de embalagens é a atividade econômica específica explorada pela agravante. Prepondera o fornecimento dos bens em face da composição gráfica, que afigura-se meramente acessória. Não há como conceber a prevalência da customização sobre a entrega do próprio bem. 6. Agravo regimental não provido. AI 803.296 AgR/SP, DJ 07/06/2013.

**Anexo XII  
STF - AgRg na Reclamação nº 14.290-DF**

DJ 18/06/2014

DIREITO TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA. INCIDÊNCIA EM CONTRATOS MISTOS. LOCAÇÃO DE MAQUINÁRIO COM OPERADORES. RECLAMAÇÃO. ALEGAÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DA SÚMULA VINCULANTE 31. DESCABIMENTO.

A Súmula Vinculante 31, que assenta a inconstitucionalidade da incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS nas operações de locação de bens móveis, somente pode ser aplicada em relações contratuais complexas se a locação de bens móveis estiver claramente segmentada da prestação de serviços, seja no que diz com o seu objeto, seja no que concerne ao valor específico da contrapartida financeira.

Hipótese em que contratada a locação de maquinário e equipamentos conjuntamente com a disponibilização de mão de obra especializada para operá-los, sem haver, contudo, previsão de remuneração específica da mão de obra disponibilizada à contratante.

Baralhadas as atividades de locação de bens e de prestação de serviços, não há como acolher a presente reclamação constitucional.

Agravo regimental conhecido e não provido.

**Anexo XIII  
REsp n. 1.160.253/MG**

Julgamento: 10/08/2010

ISSQN. LC 116/03. COMPETÊNCIA. LOCAL ESTABELECIMENTO PRESTADOR. SÚMULA 83/STJ. FUNDAMENTO NÃO ATACADO. SÚMULA 283/STF.

1. De acordo com os arts. 3º e 4º da LC 116/03, a municipalidade competente para realizar a cobrança do ISS é a do local do estabelecimento prestador dos serviços. Considera-se como tal a localidade em que há uma unidade econômica ou profissional, isto é, onde a atividade é desenvolvida, independentemente de ser formalmente considerada como sede ou filial da pessoa jurídica. Isso significa que nem sempre a tributação será devida no local em que o serviço é prestado. O âmbito de validade territorial da lei municipal compreenderá, portanto, a localidade em que estiver configurada uma organização (complexo de bens) necessária ao exercício da atividade empresarial ou profissional 2. Afastar a aplicação das regras contidas na LC 116/03 apenas seria possível com a declaração de sua inconstitucionalidade, o que demandaria a observância da cláusula de reserva de plenário. 3. No caso, o tribunal a quo concluiu que os serviços médicos são prestados em uma unidade de saúde situada no Município de Canaã, o que legitima esse ente estatal para a cobrança do ISS. 4. A recorrente deixou de combater o fundamento do acórdão recorrido para refutar a suposta violação dos princípios da bitributação e da segurança jurídica – que a autoridade apontada como coatora e o Município impetrado não compuseram a relação processual precedente. Incidência da Súmula 283/STF. Ademais, dos elementos mencionados pela Corte de Origem, não é possível precisar em que local eram prestados os serviços cuja tributação pelo ISS foi discutida no bojo da outra ação mandamental. 5. Recurso especial conhecido em parte e não provido.

Excertos do voto do Ministro Castro Meira que aprofunda a análise do aspecto espacial do ISS

A situação em apreço envolve, mais uma vez, a discussão em torno do Município competente para a cobrança de ISS.

O Decreto-Lei 406/68 havia estipulado, como regra geral, que o ISS seria devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta desse estabelecimento, o do domicílio do prestador. Interpretando essa previsão normativa, o Superior Tribunal de Justiça entendeu que a exação tributária incide no local onde efetivamente foi prestado o serviço. Esse posicionamento foi manifestado com o objetivo maior de se evitar a “guerra fiscal” entre os Municípios, sendo uma resposta aos contribuintes que se instalavam apenas formalmente em determinada localidade com a finalidade de se beneficiar com menores alíquotas tributárias.

Nesses julgados, o STJ adotou a tese de que a lei municipal apenas pode ser aplicada nos limites territoriais do respectivo ente da federação, sujeitando-se ao princípio da territorialidade. Dessa feita, admitir a extraterritorialidade da norma municipal feriria o pacto federativo.

Aderiu-se, também, à corrente doutrinária a qual defende que a Constituição Federal, ao prever a hipótese de incidência do ISS como a atividade de “prestar serviço”, reconheceu implicitamente que o tributo apenas pode ser cobrado no local em que concretizado o fato gerador.

Todavia, não é tão simples fixar como critério delimitador da competência tributária a localidade onde o serviço é desempenhado, pois nem sempre a obrigação de fazer se resume a um único ato, havendo situações nas quais a atividade é fracionada em várias etapas executadas em lugares diversos.

Por outro lado, a Constituição Federal, a meu ver, não previu com rigidez que o ISS apenas poderia ser cobrado pelo Município situado no local em que efetivamente foi realizado o serviço. Da análise das demais normas constitucionais aplicáveis à espécie, observa-se justamente a possibilidade de a Lei Complementar estabelecer as normas gerais sobre direito tributário e disciplinar os conflitos em matéria tributária.

Afastando a hipótese de poder absoluto dos entes municipais, entendo que a legislação complementar recebeu autorização da Carta Magna para regulamentar, em caráter geral, o aspecto espacial do ISS.

Nesse contexto, editou-se a Lei Complementar 116/03 que revogou o diploma normativo anterior, trouxe maiores detalhes sobre a regra geral de incidência do ISS e ampliou o rol de exceções àquela regra. (...)

Como se observa, a municipalidade competente para realizar a cobrança do ISS é a do local do estabelecimento prestador dos serviços. Considera-se como tal a localidade em que há uma unidade econômica ou profissional, isto é, onde a atividade é desenvolvida, independentemente de ser formalmente considerada como sede ou filial da pessoa jurídica.

Isso significa que nem sempre a tributação será devida no local em que o serviço é prestado. O âmbito de validade territorial da lei municipal compreenderá a localidade em que estiver configurada uma organização (complexo de bens) necessária ao exercício da atividade empresarial ou profissional.

**Anexo XIV  
TJ/SP, Apelação/Reexame Necessário nº 1005013-61.2016.8.26.0564**

DJe 28/03/2017

APELAÇÃO AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO ISS Credor tributário - Município de São Bernardo do Campo, onde estabelecido o prestador, ou Taubaté, local do fato gerador Serviços médicos A competência para a exigência do imposto é do Município onde se localiza o estabelecimento prestador do serviço (São Bernardo do Campo) - Precedentes do c. STJ em regime de recursos repetitivos e desta C. Câmara, alinhados aos artigos 3º e 4º da LC nº 116/2003 RECURSO IMPROVIDO.

(TJ/SP, Apelação/Reexame Necessário nº 1005013-61.2016.8.26.0564, 15ª Câmara de Direito Público, Rel. Des. Rodrigues de Aguiar, 28/03/2017, DJe 28/03/2017)

**Anexo XV  
TJ/SC, AC n. 14071-SC**

Julgamento: 31/10/2011

ISS. SERVIÇOS PRESTADOS NO EXTERIOR. INEXIGIBILIDADE. É ilegal a cobrança de ISS quando a atividade a ser debitada (fato gerador) ocorre no exterior. É o que se dá quando a Impugnante exporta máquinas e equipamentos destinados à industrialização de papel e guardanapos. Tais produtos são embarcados desmontados, fazendo-se necessário, após o desembarque, para a entrega, que sejam montados e instalados no país de destino, além de prestada a respectiva assessoria técnica. É sobre esta prestação de serviço que pretende o Município lhe cobrar o ISS. Dessa forma, a considerar que o resultado do serviço prestado ocorre, de fato, no exterior, tem-se como ilegal a tentativa de cobrança do aludido imposto em tal situação, na forma do art. 156, § 3º, III, da CRFB e do art. 2º, I, da Lei Complr n. 116/03. [...]. RECURSO PROVIDO E REMESSA DESPROVIDA. TJ-SC – AC: 140714 SC 2010.014071-4, Relator: Francisco Oliveira Neto, Data de Julgamento: 31/10/2011.

**Anexo XVI  
Mun. de São Paulo – Solução de Consulta  
SF/DEJUG n. 54/2013**

ISS. Serviços prestados integralmente no exterior a empresa sediada no município de São Paulo. DOM-SP 18/10/2013.

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E JULGAMENTO, no uso de suas atribuições legais, em especial à vista dos artigos 73 a 78 da Lei n. 14.107, de 12 de dezembro de 2005 e em conformidade com o que consta nos autos do processo administrativo n.2013-0.103.735-0;

ESCLARECE:

1. A consulente informa que no mês de março de 2013 contratou um serviço de embalagem e transporte internacional realizado entre dois endereços na França por empresa estrangeira.

2. Pergunta se sobre este serviço internacional incide o ISS e, em caso positivo, qual seria o código de recolhimento, a data de vencimento, o tipo de guia utilizada bem como as demais instruções necessárias para adimplir todas as obrigações legais.

3. A consulente apresentou cópia da fatura emitida pela empresa com domicílio em Paris, relativa a prestação de serviços especializados de acondicionamento de obras de arte.

4. De acordo com o §1º do art. 1º da Lei n. 13.701/2003, o ISS incide sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

5. No caso em análise, os serviços de embalagem de obras de arte foram integralmente executados fora do Brasil, bem como seu aproveitamento ocorreu no exterior do país.

5.1. Desta forma, a situação sob exame não se enquadra na hipótese do §1º do art. 1º da Lei n. 13.701/2003 e, portanto, não ocorre a incidência do ISS sobre os serviços tomados pela consulente da empresa sediada em Paris”.

**Anexo XVII  
AgRg no Resp 1.251.753/ES**

DJe 04/10/2011

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. ISS. COMPETÊNCIA. MUNICÍPIO LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE FIM.

1. Cinge-se a controvérsia em saber qual Município é titular do crédito de ISSQN: o Município de Cariacica, onde é prestado o serviço desenvolvido pelo contribuinte (lavanderia); ou o Município de Vitória, local da filial administrativa da empresa (captação de clientela, entrega da mercadoria e pagamento).

2. Considera-se como local do estabelecimento prestador a localidade em que há uma unidade econômica ou profissional, isto é, onde a atividade é desenvolvida, independentemente de ser formalmente considerada como sede ou filial da pessoa jurídica.

3. No presente caso, o Município de Vitória (recorrente) não é o local da prestação de serviços, mas sim onde se executam as atividades de captação da clientela (atividade meio). Portanto, não pode o recorrente ser o beneficiário do tributo.

4. A jurisprudência do STJ afirma que, “envolvendo a atividade, bens e serviços, a realidade econômica que interessa ao Direito Tributário impõe aferir o desígnio final pretendido pelo sujeito passivo tributário, distinguindo-se a atividade meio, da atividade fim, esta última o substrato da hipótese de incidência.” (Resp 805.317, Rel. p/ acórdão Min. Luiz Fux, DJ 17.8.2006). Agravo regimental improvido.

**Anexo XVIII  
Reexame Necessário n. 1.028.736-4**

DJ 30/07/2013

TRIBUTÁRIO. REEXAME NECESSÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. ISSQN. PRETENSÃO DE DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO. COOPERATIVA. ISENÇÃO. ATOS COOPERATIVADOS CARACTERIZADOS. INCIDÊNCIA DO ARTIGO 79, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI N. 5.764/71. SENTENÇA MANTIDA. O parágrafo único do art. 79 da Lei Cooperativista determina que o ato cooperativo não implica operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria, com isso, o ato cooperativo não está sujeito à tributação, logo, o débito fiscal em questão é indevido. TJ-PR – Petição: PET 10287364 PR 1028736-4, Relator: Des. Silvio Dias, julg. 16/07/2013, 2ª Câmara Cível, DJ 30/07/2013.

(STJ, AgRg no Resp 1251753/ES, Segunda Turma, Rel. Min. Humberto Martins, 27/09/2011, DJe 04/10/2011)

# Seminário VII

**ICMS – MERCADORIAS**

**Leitura básica**

• CARVALHO, Paulo de Barros. *Direito tributário: linguagem e método*. 7ª ed. São Paulo: Noeses, 2018, Item 3.3.6 (Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços) – exceto itens 3.3.6.4 (ICMS e tributação sobre prestação de serviços de comunicação) e 3.3.6.5 (ICMS e tributação sobre prestação de serviços de transporte) da segunda parte.

• CARVALHO, Paulo de Barros; MARTINS, Ives Gandra da Silva. Parecer: “A concessão de isenções, incentivos ou benefícios fiscais no âmbito de ICMS”, In: *Guerra Fiscal: reflexões sobre a concessão de benefícios no âmbito do ICMS*. 2 Ed. São Paulo: Noeses, 2014.

• CARVALHO, Paulo de Barros. *Derivação e positivação no direito tributário*. Vol. III. São Paulo: Noeses, 2016, Tema XXVII (Diferimento, solidariedade e responsabilidade tributária Análise dos contratos de venda de mercadoria sob cláusula FOB).

• CARVALHO, Paulo de Barros. *Derivação e positivação no direito tributário*. Vol. II. 2 Ed. São Paulo: Noeses, 2017, Tema XVIII (ICMS – Importação: análise segundo as formas de importação “por conta própria” ou “por conta e ordem de terceiro”).

• CARVALHO, Paulo de Barros. *Derivação e positivação no direito tributário*. Vol. III. São Paulo: Noeses, 2016, Tema XXIX (Substituição Tributária no ICMS – Interpretação conforme a Lei Complementar nº 87/1996 e o Convênio nº 45/1999).

**Leitura complementar**

• CARRAZZA, Roque Antonio. *ICMS.* São Paulo: Malheiros. Capítulo II e itens 1 e 2 do Capítulo IV.

• CARVALHO, Osvaldo Santos de. “Guerra fiscal” no âmbito do ICMS, In: CAMPILONGO, Paulo A. Fernandes (Coord.). *ICMS:* aspectos jurídicos relevantes. São Paulo: Quartier Latin.

• CARVALHO, Osvaldo Santos de. *Os reflexos da Lei Complementar 160/17*. In: XIV Congresso Nacional de Estudos Tributários do IBET. São Paulo: Noeses**.**

• CHIESA, Clélio. *Créditos de ICMS: situações polêmicas*. In: VII Congresso Nacional de Estudos Tributários do IBET. São Paulo: Noeses.

• MIGUEL, Luciano Garcia. *Incidência do ICMS nas operações de importação*. São Paulo: Noeses. Capítulo 2, capítulo 5 e item 6.3 do capítulo 6.

• OLIVEIRA, André Felix Ricotta de. *Manual da não-cumulatividade do ICMS.* São Paulo: Noeses, 2018.Capitulo 9.

• SALOMÃO, Marcelo Viana. *ICMS na importação.* São Paulo: Atlas. Capítulos 3, 4, 5 e 6.

• SIMÕES, Argos Campos Ribeiro. *A Guerra Fiscal do ICMS e os incentivos fiscais concedidos na Zona Franca de Manaus: discussão envolvendo a recepção ou não do art. 15 da LC 24/75 e suas consequências.* In: XI Congresso Nacional de Estudos Tributários do IBET. São Paulo: Noeses**.**

• SIMÕES, Argos Campos Ribeiro. *A influência da denominada boa-fé sobre as autuações envolvendo crédito indevido de ICMS lastreado por documentação inidônea*. In: IX Congresso Nacional de Estudos Tributários do IBET. São Paulo: Noeses.

• SIMÕES, Argos Campos Ribeiro. *Guerra Fiscal do ICMS e o Artigo 8º, I da Lc 24/75 como caso de não Incidência tributária*. In: XIII Congresso Nacional de Estudos Tributários do IBET. São Paulo: Noeses.

• SIMÕES, Argos Campos Ribeiro. *ICMS-Importação:* proposta de reclassificação e suas aplicações. São Paulo: Noeses. Capítulos 3, 5 e 6.

• TELES, Galderise Fernandes. *Ressarcimento ICMS-ST: questões controversas decorrentes da decisão do STF no Recurso Extraordinário nº 593.849/MG e ADIN 2.777/SP e ADIN 2.675/PE*. In: XIV Congresso Nacional de Estudos Tributários do IBET. São Paulo: Noeses**.**

**Questões**

1. Construir a(s) regra(s)-matriz(es) do ICMS – Mercadorias e do ICMS – Importação.

2. Qual a base de cálculo do ICMS incidente sobre a operação de circulação de mercadorias? Dentre as rubricas adiante enumeradas, quais devem compor a base de cálculo do ICMS: (i) descontos incondicionais, (ii) bonificações (iii) frete, (iv) seguro, (v) acréscimo correspondente ao financiamento realizado pelo alienante nas vendas a prazo, e (vi) o valor de mão obra cobrado a título de montagem quando a operação implicar em venda e instalação de máquinas e aparelhos?

3. O Estado de Tocantins, sem amparo em convênio do CONFAZ concede regime especial (mediante lei) a determinadas empresas, outorgando créditos de 2% toda vez que houver operações interestaduais relativas à circulação de determinadas espécies de mercadorias. O destaque na nota fiscal correspondente à remessa de mercadoria de Tocantins para São Paulo é de 12%, no entanto, o estado de São Paulo aceita somente 10% (12% - 2%) e lavra auto de infração sobre os 2% remanescentes. Pergunta-se:

a) pode o Estado de São Paulo vedar aos contribuintes, destinatários de mercadorias provenientes de Tocantins, o aproveitamento integral do ICMS destacado na nota fiscal por ser o remetente beneficiário de incentivo fiscal sem amparo em convênio do CONFAZ, mesmo sem a respectiva declaração de inconstitucionalidade do beneficio?

b) a edição da Lei Complementar nº 160/2017 e o Convênio ICMS nº190/2017 alteram o cenário acima no que se refere à concessão/validação do benefício fiscal e consequentemente o direito ao crédito pelo adquirente da mercadoria? (anexo I, II e III)

4. Quais foram as principais modificações trazidas pela Emenda Constitucional n. 87/15? Há alguma inconstitucionalidade nas aludidas alterações? A Emenda Constitucional nº 87/2015 respeita os limites de competência dos entes federativos na definição do critério espacial do ICMS no que tange às operações presenciais? Será devido o diferencial de alíquotas quando a operação ocorrer presencialmente? Pode a legislação infraconstitucional determinar a utilização de base de cálculo única, formada com a carga tributária do Estado de destino mediante a técnica do chamado cálculo “por dentro” para determinar o valor do diferencial de alíquotas?

5. O contribuinte “A” Paulista adquire insumos da empresa “B” Mineira e se credita do imposto incidente na operação para futura compensação com seus débitos de ICMS. Anos depois, a empresa “B” é considerada “inidônea” pelo fisco estadual paulista, resultando na edição de um “ato declaratório de inidoneidade” com efeitos *ex tunc*. Consequentemente, o Estado paulista – após posterior realização de notificação ao o contribuinte “A” - realiza lavratura de AIIM para estornar todos os créditos aproveitados na operação, além de imposição de multas e incidência de juros. Nesse sentido, questiona-se:

a) Em que consiste a declaração de inidoneidade e quais hipóteses de ocorrência?

b) Qual a relação da declaração de inidoneidade com o direito ao creditamento?

c) O procedimento de lavratura do AIIM por parte do Fisco paulista encontra amparo na Constituição Federal? Pode a legislação infraconstitucional estabelecer critérios não previstos na Constituição Federal para o aproveitamento de créditos? (Vide anexos IV, V e VI).

6. É possível, somente com base nos dispositivos constitucionais abaixo, fundamentar a proibição do crédito relativo à entrada de material de uso e consumo nas seguintes situações: a bens para ativo fixo, à energia elétrica dos escritórios de uma fábrica e à aquisição como tomador de serviço de comunicação não relacionado a qualquer saída de mercadoria ou prestação de serviço tributadas? Fundamente.

**Art. 155.** Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;

§ 2.º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte:

I - será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal;

II - a isenção ou não-incidência, salvo determinação em contrário da legislação:

a) não implicará crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes;

b) acarretará a anulação do crédito relativo às operações anteriores;

7. A importação de equipamento por meio de negócio jurídico denominado *leasing* por si só, consubstancia hipótese de incidência de ICMS? E a importação de um avião feita por pessoa física por meio de um *leasing* internacional é passível de incidência de ICMS? As conclusões se alteram caso o *leasing* seja “operacional” ou “financeiro”? (Vide anexos VII e VIII).

8. Empresa “A” vende para a empresa “B” lote de computadores. A mercadoria adquirida por “B” sai regularmente da empresa “A”, mediante transporte efetuado pela empresa “C”, contratada diretamente pela empresa “B”. Ocorre que, no curso dessa operação de transporte, a mercadoria é roubada. “A” argumenta que, como não houve a tradição da mercadoria para “B”, não se operou a efetiva circulação jurídica da mercadoria. Pergunta-se: é devida essa cobrança de ICMS em relação à empresa “A”? E se o ICMS foi “pago antecipadamente”, cabe restituição? Em caso positivo, para quem?

9. Empresa sediada no Espírito Santo realiza desembaraço aduaneiro de mercadorias em Foz do Iguaçu, sem manter estabelecimento físico naquela localidade. Estas mercadorias são destinadas direta e fisicamente a estabelecimento adquirente paulista. Considerando o disposto no art. 155, § 2~~º~~, IX, “a”, da Constituição Federal e no art. 11, “d”, da Lei Complementar 87/96, responda (vide anexo IX)

a) Para definição dos sujeitos ativo e passivo do ICMS incidentes nas operações de importação, o que se deve entender por “destinatário físico” e “destinatário jurídico” na acepção utilizada pelo STF?

b) Na sua opinião, quem deve ser considerado os sujeitos ativo e passivo? Fundamente sua resposta elucidando as características e consequentes normativos decorrentes da importação: (i) direta, com posterior venda no mercado interno; (ii) por encomenda e; (iii) por conta e ordem.

c) Se a importação tivesse sido efetuada na modalidade de “importação por conta e ordem de terceiro” ou “por encomenda” (importador capixaba e adquirente paulista), quais seriam os reflexos jurídicos no que diz respeito: (i) ao local do recolhimento, (ii) aos sujeitos ativo e passivo, e (iii) ao direito ao crédito de ICMS em relação às empresas capixaba e paulista?

**Sugestão para pesquisa suplementar**

• Tese *A regra-matriz do ICM*, de Paulo de Barros Carvalho.

• Capítulos 3, 5 e 6 do livro *ICMS-Importação:* proposta de reclassificação e suas aplicações, de Argos Campos Ribeiro Simões. São Paulo: Noeses.

• Capítulo 2 do livro *Inidoneidade fiscal no âmbito do ICMS*, de Renata Cassia de Santana.

• Livro *ICMS – Sistema Constitucional Tributário*, de Clélio Chiesa. São Paulo: LTr.

• Livro *ICM na Constituição e na lei complementar*, de Alcides Jorge Costa. São Paulo: Resenha Tributária.

• Livro II, Capítulo X, “ICMS – Mercadorias: direito ao crédito – Importação e substituição”, de Eurico Marcos Diniz de Santi *in* *Curso de especialização em direito tributário* – homenagem a Paulo de Barros Carvalho, coord. Eurico Marcos Diniz de Santi. Rio de Janeiro: Forense.

• Livro *A não cumulatividade do ICMS*, de Christine Mendonça. São Paulo: Quartier Latin.

• Capítulo 1 até item 1.18, do livro *ICMS – teoria e prática,* de José Eduardo Soares de Melo. São Paulo: Dialética.

• Artigo: “O ICMS e o leasing na importação”, de José Eduardo Soares de Melo, *in* ICMS: aspectos jurídicos relevantes, Paulo A. Fernandes Campilongo (Coord.). São Paulo: Quartier Latin.

• Artigo: “Considerações sobre a não cumulatividade do ICMS e o estorno do crédito em virtude da inidoneidade da documentação fiscal”, de Carlos Eduardo Correia Crespi. *Revista Tributária e de Finanças Públicas*, São Paulo, n. 90, p. 61-71, 2010.

• Artigo: “O ICMS nas importações feitas por *leasing* internacional”, de Marcelo Salomão. In ICMS – questões fundamentais. São Paulo: MP editora.

• Artigo: “Conceito de circulação”, de Marco Aurélio Greco, *Revista de Direito Público* n. 2 e 11.

• Artigo: “Imunidades tributárias e impostos de incidência plurifásica, não cumulativa”, de Antônio Roberto Sampaio Dória, *Revista de Direito Tributário* n. 05.

• Artigo: “Furto de produtos industrializados e a legalidade da exigibilidade do IPI e ICMS”, de Roberto de Siqueira Campos, *Revista Dialética de Direito* Tributário n. 10.

• Artigo: “ICMS e a Emenda 33”, de Hugo de Brito Machado, *Revista Dialética de Direito Tributário* n. 80.

• Artigo: “A Guerra Fiscal no ICMS – benefícios fiscais x benefícios não fiscais”, de Argos Campos Simões. *Revista de Direito Tributário,* São Paulo, n. 102, p. 53-66, 2008.

**Anexo I  
AgRg no RE n. 637.959/DF**

Julgamento: 19/02/2013

ICMS. CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS. NECESSIDADE DE CONVÊNIO PRÉVIO À EDIÇÃO DA LEI QUE VEICULA O FAVOR FISCAL. REQUISITO INDISPENSÁVEL À VALIDADE JURÍDICO-CONSTITUCIONAL DO BENEFÍCIO. IRRELEVÂNCIA DA DATA DE INÍCIO DA PRODUÇÃO DE EFEITOS PLENOS DA NORMA.

1. A concessão de benefícios fiscais concernentes ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS pressupõe a prévia elaboração de convênio entre os Estados e o Distrito Federal, consoante o disposto no artigo 155, § 2~~º~~, XII, *g*, da Constituição do Brasil. 2. A elaboração do convênio entre os entes federados deve preceder à edição da lei que conceda os benefícios fiscais, pouco importando em qual momento haverá a produção de *efeitos plenos da norma.* Isso porque a deliberação prévia dos Estados-membros e do Distrito Federal é requisito constitucional de *validade* do benefício, cuja inobservância acaba por inquiná-lo desde o nascedouro. Precedentes: ADI 1.247 – MC, Relator o Ministro Celso de Mello, DJ de 08.09.95, e ADI 2.357-MC, Relator o Ministro Ilmar Galvão, DJ 07.11.03, *verbis*: “*AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MEDIDA CAUTELAR. LEI N. 11.557, DE 19 DE SETEMBRO DE 2000, DO ESTADO DE SANTA CATARINA. CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE ICMS PARA OS MEDICAMENTOS GENÉRICOS. ALEGADA VIOLAÇÃO AOS ARTS. 61, § 1*~~º~~*, II, B; E 155, § 2*~~º~~*, XII, G, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Ato normativo que, instituindo isenção de ICMS sem a prévia e necessária edição de convênio entre os Estados e o Distrito Federal, contraria o disposto no mencionado art. 155, § 2*~~º~~*, XII, g, do texto constitucional.”*

3. Destarte, a discussão sobre o momento a partir do qual a lei editada antes da celebração de convênio produzirá efeitos plenos é irrelevante para aferir a validade jurídico-constitucional do diploma instituidor do benefício fiscal. A formalização do convênio deve preceder a edição da lei. Precedentes: ADIs 2.688 e 3.794, Relator o Ministro Joaquim Barbosa, ADIs 3.664, 3.803 e 4.152, Relator o Ministro Cezar Peluso, e ADI 2.549, Relator o Ministro Ricardo Lewandowski, todas julgadas no dia 1~~º~~ de junho de 2011.

4. *In casu*, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, desconsiderando o momento da produção de efeitos plenos da lei, declarou a inconstitucionalidade do texto normativo distrital que veiculou benefício fiscal concernente ao ICMS antes da elaboração de convênio entre os entes federativos que autorizassem a concessão do ‘favor fiscal’. Incensurável, portanto, o provimento judicial.

5. Agravo regimental a que se nega provimento.

**Anexo II  
RE n. 851.421 RG/DF**

Julgamento: 21/05/2015

IMPOSTO SOBRE A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS – GUERRA FISCAL – BENEFÍCIOS FISCAIS DECLARADOS INCONSTITUCIONAIS – CONVALIDAÇÃO SUPERVENIENTE MEDIANTE NOVA DESONERAÇÃO – RECURSO EXTRAORDINÁRIO – REPERCUSSÃO GERAL CONFIGURADA. Possui repercussão geral a controvérsia relativa à constitucionalidade da prática mediante a qual os estados e o Distrito Federal, respaldados em consenso alcançado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, perdoam dívidas tributárias surgidas em decorrência do gozo de benefícios fiscais assentados inconstitucionais pelo Supremo, porque implementados em meio à chamada guerra fiscal do ICMS.

**Anexo III  
ADI 1851/AL**

EMENTA: TRIBUTÁRIO. ICMS. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. CLÁUSULA SEGUNDA DO CONVÊNIO 13/97 E §§ 6.º E 7.º DO ART. 498 DO DEC. N.º 35.245/91 (REDAÇÃO DO ART. 1.º DO DEC. N.º 37.406/98), DO ESTADO DE ALAGOAS. ALEGADA OFENSA AO § 7.º DO ART. 150 DA CF (REDAÇÃO DA EC 3/93) E AO DIREITO DE PETIÇÃO E DE ACESSO AO JUDICIÁRIO. Convênio que objetivou prevenir guerra fiscal resultante de eventual concessão do benefício tributário representado pela restituição do ICMS cobrado a maior quando a operação final for de valor inferior ao do fato gerador presumido. Irrelevante que não tenha sido subscrito por todos os Estados, se não se cuida de concessão de benefício (LC 24/75, art. 2.º, INC. 2.º). Impossibilidade de exame, nesta ação, do decreto, que tem natureza regulamentar. A EC n.º 03/93, ao introduzir no art. 150 da CF/88 o § 7.º, aperfeiçoou o instituto, já previsto em nosso sistema jurídico-tributário, ao delinear a figura do fato gerador presumido e ao estabelecer a garantia de reembolso preferencial e imediato do tributo pago quando não verificado o mesmo fato a final. A circunstância de ser presumido o fato gerador não constitui óbice à exigência antecipada do tributo, dado tratar-se de sistema instituído pela própria Constituição, encontrando-se regulamentado por lei complementar que, para definir-lhe a base de cálculo, se valeu de critério de estimativa que a aproxima o mais possível da realidade. A lei complementar, por igual, definiu o aspecto temporal do fato gerador presumido como sendo a saída da mercadoria do estabelecimento do contribuinte substituto, não deixando margem para cogitar-se de momento diverso, no futuro, na conformidade, aliás, do previsto no art. 114 do CTN, que tem o fato gerador da obrigação principal como a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência. O fato gerador presumido, por isso mesmo, não é provisório, mas definitivo, não dando ensejo a restituição ou complementação do imposto pago, senão, no primeiro caso, na hipótese de sua não-realização final. Admitir o contrário valeria por despojar-se o instituto das vantagens que determinaram a sua concepção e adoção, como a redução, a um só tempo, da máquina-fiscal e da evasão fiscal a dimensões mínimas, propiciando, portanto, maior comodidade, economia, eficiência e celeridade às atividades de tributação e arrecadação. Ação conhecida apenas em parte e, nessa parte, julgada improcedente.

**Anexo IV  
Súmula n. 509 do STJ**

*É lícito ao comerciante de boa-fé aproveitar os créditos de ICMS decorrentes de nota fiscal posteriormente declarada inidônea, quando demonstrada a veracidade da compra e venda*. (26/03/2014).

**Anexo V  
REsp n. 1.148.444/MG**

Julgamento: 14/04/2010

RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ARTIGO 543-C, DO CPC. TRIBUTÁRIO. CRÉDITOS DE ICMS. APROVEITAMENTO (PRINCÍPIO DA NÃO-CUMULATIVIDADE). NOTAS FISCAIS POSTERIORMENTE DECLARADAS INIDÔNEAS. ADQUIRENTE DE BOA-FÉ.

1. O comerciante de boa-fé que adquire mercadoria, cuja nota fiscal (emitida pela empresa vendedora) posteriormente seja declarada inidônea, pode engendrar o aproveitamento do crédito do ICMS pelo princípio da não-cumulatividade, uma vez demonstrada a veracidade da compra e venda efetuada, porquanto o ato declaratório da inidoneidade somente produz efeitos a partir de sua publicação (Precedentes das Turmas de Direito Público: EDcl nos EDcl no REsp 623.335/PR, Rel. Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, julgado em 11.03.2008, DJe 10.04.2008; REsp 737.135/MG, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 14.08.2007, DJ 23.08.2007; REsp 623.335/PR, Rel. Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, julgado em 07.08.2007, DJ 10.09.2007; REsp 246.134/MG, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Segunda Turma, julgado em 06.12.2005, DJ 13.03.2006; REsp 556.850/MG, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 19.04.2005, DJ 23.05.2005; REsp 176.270/MG, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 27.03.2001, DJ04.06.2001; REsp 112.313/SP, Rel. Ministro Francisco Peçanha Martins, Segunda Turma, julgado em 16.11.1999, DJ 17.12.1999; REsp 196.581/MG, Rel. Ministro Garcia Vieira, Primeira Turma, julgado em 04.03.1999, DJ 03.05.1999; e REsp 89.706/SP, Rel. Ministro Ari Pargendler, Segunda Turma, julgado em 24.03.1998, DJ 06.04.1998).

2. A responsabilidade do adquirente de boa-fé reside na exigência, no momento da celebração do negócio jurídico, da documentação pertinente à assunção da regularidade do alienante, cuja verificação de idoneidade incumbe ao Fisco, razão pela qual não incide, à espécie, o artigo 136, do CTN, segundo o qual “salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato” (norma aplicável, *in casu*, ao alienante).

3. *In casu*, o Tribunal de origem consignou que: *“(...)os demais atos de declaração de inidoneidade foram publicados após a realização das operações (f. 272/282), sendo que as notas fiscais declaradas inidôneas têm aparência de regularidade, havendo o destaque do ICMS devido, tendo sido escrituradas no livro de registro de entradas (f. 35/162). No que toca à prova do pagamento, há, nos autos, comprovantes de pagamento às empresas cujas notas fiscais foram declaradas inidôneas (f. 163, 182, 183, 191, 204), sendo a matéria incontroversa, como admite o fisco e entende o Conselho de Contribuintes.”*

4. A boa-fé do adquirente em relação às notas fiscais declaradas inidôneas após a celebração do negócio jurídico (o qual fora efetivamente realizado), uma vez caracterizada, legitima o aproveitamento dos créditos de ICMS.

5. O óbice da Súmula 7/STJ não incide à espécie, uma vez que a insurgência especial fazendária reside na tese de que o reconhecimento, na seara administrativa, da inidoneidade das notas fiscais opera efeitos *ex tunc*, o que afastaria a boa-fé do terceiro adquirente, máxime tendo em vista o teor do artigo 136, do CTN.

6. Recurso especial desprovido. Acórdão submetido ao regime do artigo 543-C, do CPC, e da Resolução STJ 08/2008.

**Anexo VI  
AgRg no RESP n. 1.355.768/SP**

DJ 10/02/2014

CRÉDITOS DE ICMS. APROVEITAMENTO. NOTAS FISCAIS POSTERIORMENTE DECLARADAS INIDÔNEAS. COMPROVAÇÃO DA REALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO COMERCIAL. 1. *A viabilidade de creditamento do ICMS pelo adquirente de boa-fé em decorrência de posterior declaração de inidoneidade das notas fiscais demanda que o contribuinte efetivamente demonstre, pelos registros contábeis, que a operação de compra e venda efetivamente se realizou, cujo ônus da prova incumbe exclusivamente a este*. 2. Concluindo a Corte de origem que não ficou demonstrada a veracidade da compra e venda efetuada, o acolhimento da tese recursal de que a perícia existente nos autos comprovam a efetiva realização da operação comercial demandaria inafastável incursão na seara fática dos autos, inviável na via estreita do recurso especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ. AgRg no REsp 1.355.768/SP, DJ 10/02/2014.

**Anexo VII  
MC n. 13.236/RJ**

Julgamento: 18/12/2012

ICMS. IMPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA MEDIANTE CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (LEASING). ARTIGO 3~~º~~, VIII, DA LEI COMPLEMENTAR 87/96. INEXISTÊNCIA DE TRANSFERÊNCIA DA TITULARIDADE DO BEM. NÃO INCIDÊNCIA DO TRIBUTO. RESP. 1.131.718/SP, REL. MIN. LUIS FUX, DJE 09.04.2010 (REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA). PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA MEDIDA: PLAUSIBILIDADE DO DIREITO INVOCADO E PERIGO NA DEMORA DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. MEDIDA CAUTELAR PROCEDENTE, PARA DETERMINAR O IMEDIATO PROCESSAMENTO DO RECURSO ESPECIAL E SUSPENDER OS EFEITOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO ATÉ O JULGAMENTO DO MÉRITO RECURSAL PELA 1~~ª~~ TURMA DESTA CORTE, QUE MELHOR DIRÁ.

1. A admissibilidade, em tese, da Ação Cautelar, tanto para destrancar o Recurso Especial retido como para conferir-lhe efeito suspensivo, está intrinsecamente vinculada à possibilidade de êxito do Apelo Nobre.

2. Tendo em vista a orientação firmada por esta Corte no julgamento do REsp. 1.131.718/SP, representativo de controvérsia, de relatoria do eminente Ministro LUIZ FUX, DJe 09.04.2010, no sentido de que não deve incidir ICMS sobre operação de leasing em que não se efetivou transferência da titularidade do bem (circulação de mercadoria), quer o bem arrendado provenha do exterior ou não, entendo que estão presentes os pressupostos autorizadores da medida.

3. O *periculum in mora*, por outro lado, exsurge do fato de a entidade poder ter restringida a sua atividade, pelas razões por ela postas, o que pode causar-lhe dano de difícil reparação, sendo razoável, portanto, que se aguarde o julgamento de mérito do Recurso Especial.

4. Medida Cautelar julgada procedente, para determinar o imediato processamento do Recurso Especial e suspender os efeitos do acórdão recorrido até o julgamento do mérito recursal pela 1a. Turma desta Corte, que melhor dirá.

**Anexo VIII  
AgRg nos EARESP n. 83.402/SP**

Julgamento: 12/12/2012

ICMS. IMPORTAÇÃO. LEASING. BEM DESTINADO AO ATIVO FIXO DA EMPRESA (GUINDASTES PARA OPERAÇÕES PORTUÁRIAS). INCIDÊNCIA. ORIENTAÇÃO DA PRIMEIRA SEÇÃO/STJ. ÓBICE DA SÚMULA 168/STJ.

1. Constou do aresto paradigma (REsp 1.131.718/SP, 1~~ª~~ Seção, Rel. Min. Luiz Fux, DJe de 9.4.2010 – recurso submetido ao regime do art. 543-C do CPC) que o Supremo Tribunal Federal, ao apreciar o RE 461.968/SP (Tribunal Pleno, Rel. Min. Eros Grau, DJe de 24.8.2007), ressalvou o acórdão proferido no RE 206.069/SP (Tribunal Pleno, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ de 1~~º~~.9.2006), admitindo a incidência do ICMS quando há importação (sob o regime de contrato de leasing) de bem destinado ao ativo fixo da empresa, porquanto, nesta hipótese, é necessária a opção do arrendatário pela compra do bem, ficando caracterizada a circulação mercantil.

2. “A interpretação da legislação infraconstitucional, em especial do art. 3~~º~~, VIII, da LC 87/1996, deve adequar-se à jurisprudência do STF relativa aos dispositivos constitucionais relacionados (art. 155, II, e § 2~~º~~, IX, “a”, da CF). Nesse sentido, na hipótese de importação sob o regime de leasing: a) incide o ICMS quando se tratar de bem destinado ao ativo fixo; e b) não incide o ICMS no caso de aeronaves, equipamentos e peças adquiridos por empresas de transporte aéreo” (EREsp 783.814/RJ, 1~~ª~~ Seção, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe de 15.9.2009).

3. “Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado” (Súmula 168/STJ).

4. Agravo regimental não provido.

**Anexo IX  
RESP n. 1.190.705/MG**

Julgamento: 28/09/2010

ICMS. IMPORTAÇÃO INDIRETA. TRIBUTO DEVIDO AO ESTADO ONDE SE LOCALIZA O DESTINATÁRIO FINAL DA MERCADORIA. *RATIO ESSENDI* DA LEI. POLÍTICA FISCAL. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA N. 07/STJ.

1. O ICMS, no caso de importação, é destinado ao Estado onde localizado o destinatário final do importador, a despeito de o desembaraço aduaneiro ocorrer em outro Estado.

2. A importação indireta caracteriza-se pela existência de um intermediador na importação, de modo que o ICMS deverá ser recolhido no Estado onde se localiza o destinatário final da mercadoria, a despeito de ter sido esta desembaraçada por estabelecimento intermediário sediado em outra Unidade da Federação, nos termos do entendimento firmado pela E. Primeira Seção. Precedentes: EREsp 835537/MG, Rel. Ministro Benedito Golçalves, Primeira Seção, DJe 30/11/2009; EDcl no REsp 1036396/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 19/8/2009; EDcl no AgRg no Ag 825.553/MG, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 20/8/2009; REsp 835.537/MG, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 17/2/2009.

3. O legislador constituinte, por política fiscal, estabeleceu hipóteses excepcionais em que a arrecadação do ICMS é devida ao Estado do destinatário final da mercadoria e não ao Estado importador (de origem) do bem.

4.O fundamento do legislador foi evitar uma grande desigualdade social na destinação dos recursos, posto existir mercadorias em que poucos Estados-Membros produzem e todos consomem, como v.g., energia elétrica e os produtos derivados do petróleo (CF,arts. 155, § 2~~º~~, X, “a” e “b”; XII, “h”, § 4~~º~~, I). A mesma *ratio* é utilizada no ICMS incidente sobre a importação, uma vez que nem todos os Estados da Federação possuem condições de receber a demanda de mercadorias vindas do exterior, que exigem a estrutura de grandes Portos.

5. Com efeito, em se tratando de ICMS sobre a importação, é de somenos importância se a intermediação para o recebimento da mercadoria foi realizada por terceiro ou por empresa do mesmo grupo – matriz, filiais ou qualquer outra “subdivisão”. Deve-se levar em consideração o Estado do destinatário final, para fins de arrecadação tributária e cumprimento de política fiscal – distribuição de riquezas – principalmente aos Estados menos favorecidos.

6. O Recurso Especial não é servil ao exame de questões que demandam o revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, em face do óbice erigido pela Súmula 07/STJ, *in casu*, a informação indireta assentada pela instância *a quo*.

7. *In casu*, o Tribunal local analisou a questão *sub examine –* existência de uma importação indireta e que o destinatário final da mercadoria se localizava no Estado de Minas Gerais – à luz do contexto fático-probatório engendrado nos autos, consoante se infere do voto condutor do acórdão hostilizado, *verbis*: *Por tudo isso, verifica-se que os argumentos do apelante são inconsistentes para liberá-lo da obrigação de pagar o valor exigido no auto de infração impugnado, especialmente porque as robustas provas constantes nos autos foram suficientes para demonstrar que, quando da negociação da importação, as mercadorias autuadas já tinham destinação prévia distinta do Rio de Janeiro, qual seja, Santos Dumont/MG. (...) Quanto a essa matéria de ordem tributária, lembro-me de já ter encontrado várias situações e, no caso dos autos, especificamente, ainda já a informação de que a mercadoria estava destinada à cidade de Santos Dumont.*

8. Deveras, o equipamento importado o foi para a realização dos serviços no estado considerado destinatário final.

9.Dispõe o artigo 11, “a”, da LC 87/96: Art. 11. O local da operação ou da prestação, para os efeitos da cobrança *do imposto e definição do estabelecimento responsável, é:*

*I – tratando-se de mercadoria ou bem:*

*d) importado do exterior, o do estabelecimento onde ocorrer a entrada física;*

10. *Ad argumentandum tantum*, ainda que conhecido, o recurso seria desprovido, posto a jurisprudência do art. 11, “d”, da LC 87/96, é no sentido de que “o ICMS deverá ser recolhido no Estado onde se localiza o destinatário final da mercadoria, a despeito de ter sido esta desembaraçada por estabelecimento intermediário sediado em outra Unidade da Federação”, conforme precedentes supracitados.

11.Recurso especial não conhecido, por força da Súmula 07/STF, bem como por confrontar com a jurisprudência dominante.

# Referências do Módulo

ABREU, Lisandra Christian de. “Imposto sobre Serviços (ISS) e cooperativas de trabalho”. *Revista Interesse Público* – IP, Belo Horizonte, ano 13, n. 69, set./out. 2011.

ADERLE, Ricardo. Conflitos de competência tributária entre o ISS, ICMS e IPI. São Paulo: Noeses, 2016.

ALVES, Francielli Honorato. Os arts. 3º e 4º da Lei Complementar nº 116/2003 e a segurança jurídica na definição do local de incidência do ISS. In: SOUZA, Pedro Guilherme G. de, Dantas, Rodrigo N. Dubourcq. (Org.). *Obrigação Tributária e Segurança Jurídica*. São Paulo/SP: Quartier Latin, 2016, p. 227-247.

\_\_\_\_\_\_\_. A competência municipal para a criação do cadastro de prestadores de outros municípios como norma antievasiva. *Revista Dialética de Direito Tributário*, São Paulo, v. 225, p. 78-92, 2014.

ÁLVARES, Manoel. “A garantia da execução e o devido processo legal: exceção de pré-executividade”. In: ROCHA, Valdir de Oliveira (Coord.). *Problemas de processo judicial tributário.* v. 2. São Paulo: Dialética, 1998, p. 181-197.

ARAUJO, Juliana Furtado Costa. “A ação de repetição de indébito, o cumprimento de sentença e a nova hipótese de ação rescisória prevista no Código de Processo Civil de 2015”, de. *In* CONRADO, Paulo Cesar. Processo tributário analítico, volume III. São Paulo: Noeses, 2016.

ATALIBA, Geraldo; BARRETO, Aires F. “ISS na constituição: pressupostos positivos – arquétipo do ISS”. *Revista de Direito Tributário,* São Paulo,n. 37, p. 29-50, 1986.

————. “ISS: locação e *leasing*”. *Revista de Direito Tributário,* São Paulo, n. 51, p. 52-61, 1990.

ÁVILA, Humberto. “Imposto sobre a prestação de serviços de qualquer natureza. Exportação de serviços. Lei Complementar n. 116/2003. Isenção: requisitos e alcance. Conceitos de ‘desenvolvimento’ de serviço e ‘verificação’ do seu resultado”. *Revista Dialética de Direito Tributário,* São Paulo, n. 134, p. 101-109, 2006.

BARRETO, Aires F. e Paulo Ayres. *Imunidades tributárias:* limitações constitucionais ao poder de tributar. São Paulo: Dialética, 1999.

————. *ISS na constituição e na lei.* 3. ed. São Paulo: Dialética, 2009.

\_\_\_\_\_\_\_\_. *ISS, IOF e instituições financeiras*. São Paulo: Noeses, 2016.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. “ICMS e ISS – estremação da incidência”. *Revista Dialética de Direito Tributário,* São Paulo, n. 71, p. 7-18, 2001.

BARRETO, Paulo Ayres. *Imposto sobre a renda e preços de transferência.* São Paulo: Dialética, 2001.

BARRETO, Simone Costa. “O ISS e a territorialidade”. In: CONGRESSO NACIONAL DE ESTUDOS TRIBUTÁRIOS – IBET, v. 7, 2010, São Paulo.*Direito tributário e os conceitos de direito privado.* São Paulo: Noeses, 2010, p. 1201-1209

\_\_\_\_\_\_\_\_. *ISS – a LC 116/03 e a incidência na importação*, São Paulo: Quartier Latin, 2006.

\_\_\_\_\_\_\_\_.Diferentes critérios de definição de estabelecimento prestador nas decisões do STJ, *in* XIII Congresso Nacional de Estudos Tributários do IBET. São Paulo: Noeses, 2016.

BECKER, Alfredo Augusto. *Teoria geral do direito tributário.* 6. ed. São Paulo: Noeses, 2013.

BORGES, José Souto Maior. “ISS (Impostos sobre serviços) na constituição”. *Revista de Direito Tributário,* São Paulo, n. 3, p. 197-205, 1978.

————. *Lançamento tributário.* 2. ed. São Paulo: Malheiros, 1999.

————. *Teoria geral da isenção tributária.* 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

BRITTO, Lucas Galvão de. “Revogação de isenção, anterioridade e direito adquirido”. *Revista de Direito Tributário*, São Paulo, n. 114, p. 104-116, 2011.

CAIS, Cleide Previtalli. *O processo tributário.* São Paulo: Ed. RT, 1993.

CAMPOS, Roberto Siqueira. “Furto de produtos industrializados e a legalidade da exigibilidade do IPI e ICMS”. *Revista Dialética de Direito Tributário,* São Paulo, n. 10, p. 64-114, 1996.

CANTANHEDE, LUÍS Cláudio Ferreira. “Exceção de pré-executividade e seu julgamento: impacto em outros processos (administrativo, declaratório e anulatório)”. In: CONRADO, Paulo Cesar (Coord.). *Processo tributário analítico*, v. 2. São Paulo: Noeses, 2013, p. 219-238.

CARRAZZA, Elizabeth Nazar. “Natureza não cumulativa do ISS”. *Revista de Direito Tributário,* São Paulo, n. 19/20, p. 255-268, 1982.

CARRAZZA, Roque Antonio. *Reflexões sobre a obrigação tributária.* São Paulo: Noeses, 2010.

————. *Curso de direito constitucional tributário.* 17. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

————. *ICMS.* São Paulo: Malheiros, 1997.

CARVALHO, Aurora Tomazini de. *Curso de teoria geral do direito:* o constructivismo lógico-semântico. 5. ed. São Paulo: Noeses, 2016.

CARVALHO, Osvaldo Santos de. “‘Guerra fiscal’ no âmbito do ICMS.” In: *ICMS, aspectos jurídicos relevantes.* CAMPILONGO, Paulo A. Fernandes (Coord.). São Paulo: Quartier Latin, p. 245-294, 2008.

\_\_\_\_\_\_\_\_. Os reflexos da Lei Complementar 160/17, in XIV Congresso Nacional de Estudos Tributários do IBET. São Paulo: Noeses**.**

CARVALHO, Paulo de Barros. *Curso de direito tributário.* 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

————. *Derivação e positivação no direito tributário.* v. 1. 2. ed. São Paulo: Editora Noeses, 2011.

————. *Derivação e positivação no direito tributário.* v. 2. São Paulo: Editora Noeses, 2013.

————. *Derivação e positivação no direito tributário.* v. 3. São Paulo: Editora Noeses, 2016.

————. *Direito tributário:* linguagem e método. 6. ed. São Paulo: Noeses, 2015.

————. *Direito tributário:* fundamentos jurídicos da incidência. 9. ed. Saraiva, 2012.

————. “Isenções tributárias do IPI, em face do princípio da não cumulatividade”. *Revista Dialética de Direito Tributário,*São Paulo, n. 33, p. 142-166, 1998.

————. ISS – diversões públicas. *Revista de Direito Tributário,* São Paulo, n. 17/18, p. 183-206, 1981.

————. “A natureza jurídica do ISS: aplicação prática – incidência nos casos de promoções de bailes por agremiações esportivas”. *Revista de Direito Tributário,* São Paulo, n. 23/24, p. 146-166, 1983.

————. *A regra-matriz do ICM.* Tese (Livre-docência) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1981.

————. “As decisões do CARF e a extinção do crédito tributário”. *Revista de Direito Tributário,* São Paulo, n. 118, p. 7-17, 2012.

\_\_\_\_\_\_\_. Diferimento, solidariedade e responsabilidade tributária Análise dos contratos de venda de mercadoria sob cláusula FOB in Derivação e positivação do direito tributário, Volume III, São Paulo: Noeses 2016.

\_\_\_\_\_\_\_. O procedimento administrativo tributário e o ato jurídico do lançamento de Paulo de Barros Carvalho, in Derivação e positivação no direito tributário, vol. III. São Paulo, Noeses, 2016.

CARVALHO, Paulo de Barros; MARTINS, Ives Gandra da Silva. *Guerra Fiscal:* reflexões sobre a concessão de benefícios no âmbito do ICMS. 2. ed. São Paulo: Noeses, 2014.

CATUNDA, Camila Campos Vergueiro. “A ação de consignação em pagamento e a extinção do crédito tributário”. In: CONRADO, Paulo Cesar (Coord.). *Processo tributário analítico.* v. 1. São Paulo: Noeses, 2011, p. 145-169.

CERQUEIRA, Marcelo Fortes de. *Repetição do indébito tributário:* delineamentos de uma teoria. São Paulo: Max Limonad, 2000.

CHIESA, Clélio. “O imposto sobre serviços de qualquer natureza e aspectos relevantes da lei complementar n. 116/2003”.In: ROCHA, Valdir de Oliveira (Coord.). *O ISS e a LC 116*. São Paulo: Dialética, 2003, p. 52-76.

————. “ISS – Construção Civil – Subempreitadas – Base de Cálculo”. In: ROCHA, Valdir de Oliveira (Coord.). *Grandes questões atuais de direito tributário.* v. 8. São Paulo: Dialética, 2004.

————. “Créditos de ICMS: situações polêmicas”. In: CONGRESSO NACIONAL DE ESTUDOS TRIBUTÁRIOS – IBET, v. 7, 2010, São Paulo.*Direito tributário e os conceitos de direito privado*. São Paulo: Noeses, 2010, p. 237-263.

CONRADO, Paulo Cesar. *Compensação tributária e processo.* São Paulo: Max Limonad, 2003.

————. *Execução fiscal.* São Paulo: Noeses, 2013.

————. *Introdução à teoria geral do processo civil.* São Paulo: Max Limonad, 2000.

————. *Processo Tributário.* São Paulo: Quartier Latin, 2004.

————. (Coord.) *Processo tributário analítico*. v. 1. São Paulo: Noeses, 2011.

————. (Coord.) *Processo tributário analítico*. v. 2. São Paulo: Noeses, 2013.

COSTA, Alcides Jorge. *ICM na constituição e na lei complementar.* São Paulo: Resenha Tributária, 1977.

COSTA, Regina Helena. *Imunidades tributárias:* teoria e análise da jurisprudência do STF. São Paulo: Malheiros, 2001.

CRESPI, Carlos Eduardo Correia. “Considerações sobre a não-cumulatividade do ICMS e o estorno do crédito em virtude da inidoneidade da documentação fiscal”. *Revista Tributária e de Finanças Públicas*, São Paulo, n. 90, p. 61-71, 2010.

DÁCOMO, Natália de Nardi. *Hipótese de incidência do ISS.* São Paulo: Noeses, 2007.

DÓRIA, Antônio Roberto Sampaio. “Imunidades tributárias e impostos de incidência plurifásica, não cumulativa”. *Revista de Direito Tributário*, São Paulo,n. 05, p. 67-82, 1978.

DIAS, Karem Jureidini. “O controle de legalidade dos lançamentos que requalificam fatos”. In: CONGRESSO NACIONAL DE ESTUDOS TRIBUTÁRIOS – IBET, v. 8, 2011, São Paulo. *Derivação e positivação no direito tributário.* São Paulo: Noeses, 2011, p. 721-739.

FERRAGUT, Maria Rita. “Crédito tributário, lançamento e espécies de lançamento tributário”. In:SANTI, Eurico Marcos Diniz de Santi (Coord.). *Curso de especialização em direito tributário:* estudos em homenagem a Paulo de Barros Carvalho. São Paulo: Forense, 2005, p. 307-333.

————. *Presunções no direito tributário.* 2. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

FIGUEIREDO, Marina Vieira. *Lançamento tributário:* revisão e seus efeitos. São Paulo: Noeses, 2014.

GONÇALVES, Carla de Lourdes. “A suspensão da ‘exigibilidade’ nas ações preventivas. In: CONRADO, Paulo Cesar (Coord.).*Processo tributário analítico.* v. II. São Paulo: Noeses, 2013.

GONÇALVES, José Artur Lima. *Imposto sobre a renda:* pressupostos constitucionais. São Paulo: Malheiros, 1997.

————; MARQUES, Márcio Severo. “O direito à repetição do indébito tributário”.In: BRITO, Machado Hugo de; MELLO, Antonio Carlos de Martins (Coord.). *Repetição do indébito tributário e compensação no direito tributário.* São Paulo, Dialética-ICET, 1999.

GRECO, Marco Aurélio. “Conceito de circulação”. *Revista de Direito Público,* São Paulo, n. 2 e 11.

GRUPENMACHER, Betina Treiger. “Imposto sobre Serviços – Critério espacial – A questão do domicílio do prestador e o papel do poder judiciário enquanto guardião das instituições democráticas”. In: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. (Coord.); OLIVEIRA, Ariane Bini de, SEPULCRI, Nayara Tataren; BARRENI, Smith (Org.). *Tributação:* democracia e liberdade em homenagem à ministra Denise Martins Arruda. São Paulo: Noeses, 2014, p. 151-182.

GUIDONI FILHO, Antonio Carlos. “Consequências jurídicas da compensação não homologada no âmbito dos tribunais federais”. In: CONGRESSO NACIONAL DE ESTUDOS TRIBUTÁRIOS – IBET, v. 8, 2011, São Paulo.*Derivação e positivação no direito tributário.* São Paulo: Noeses, 2011, p. 81-109.

IVO, Gabriel. “A incidência da norma jurídica: o cerco da linguagem”. *Revista de direito tributário*, São Paulo,n. 79, p. 187-197, 2001.

JUSTEN FILHO, Marçal. *O imposto sobre serviços na Constituição.* São Paulo: Ed. RT, 1985.

LINS, Robson Maia. *Controle de constitucionalidade da norma tributária:* decadência e prescrição. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

————. “Efeitos da decisão do STF em matéria tributária no regime do art. 543-B do Código de Processo Civil e o limite do art. 170-A do Código Tributário Nacional”. In: CONGRESSO NACIONAL DE ESTUDOS TRIBUTÁRIOS – IBET, v. 10, 2013, São Paulo. *Sistema tributário brasileiro e as relações internacionais.* São Paulo: Noeses, 2013, p. 923-938.

LUNARDELLI, Maria Rita G. S. “A declaração de compensação como forma constitutiva e extintiva do crédito tributário e a impossibilidade de aplicação de multa de ofício sobre o crédito do contribuinte. Análise da não homologação por uma perspectiva comunicacional.”In: CONRADO, Paulo Cesar (Coord.).*Processo tributário analítico,* v. 2. São Paulo: Noeses, 2013, p. 19-47.

LUNARDELLI, Pedro Guilherme Accorsi. *Isenções tributárias.* São Paulo: Dialética, 1999.

MACEDO, José Alberto de Oliveira. “O critério espacial do ISS nas prestações de serviço intermunicipais”.In: BERGAMINI, Adolpho; BOMFIM, Diego Marcel (Org.). *Comentários à Lei Complementar n. 116/03:* de advogados para advogados. São Paulo: MP Editora, 2009, p. 293- 320.

————. “ISS e PIS – Cofins – Importação – critérios espacial e pessoal na prestação internacional de serviços”. *Revista Dialética de Direito Tributário,* São Paulo, n. 187, p. 9-28, 2010.

MACHADO, Hugo Brito. “Embargos à execução fiscal: prazo para interposição e efeito suspensivo”. *Revista Dialética de Direito Tributário*, São Paulo, n. 151, p. 49-58, 2008.

————. “O ICMS e Emenda 33”. *Revista Dialética de Direito tributário,* São Paulo, n. 80, p. 43-48, 2002.

MARINS, James. *Direito processual tributário brasileiro:* administrativo e judicial. São Paulo: Dialética, 2001.

————. “Ação de consignação em pagamento no direito tributário”.In: CHIESA, Clélio; PEIXOTO, Marcelo Magalhães (Coord.). *Processo judicial tributário.* São Paulo: MP editora, 2006.

MARTINS, Ives Gandra da Silva; RODRIGUES, Marilene Talarico Martins. ADI n. 5.096. “Correção da tabela de incidência do imposto sobre a renda para pessoas físicas. Aplicação da técnica de interpretação conforme a Constituição”. *Revista Dialética de Direito Tributário*, São Paulo, n. 229, 2014.

MASSUD, Rodrigo G. N. “Valorização dos precedentes e compensação tributária: implicações com o Código de Processo Civil de 2015”. *In* CONRADO, Paulo Cesar. Processo tributário analítico, volume III. São Paulo: Noeses, 2016.

MELO, José Eduardo Soares de. *ICMS*: teoria e prática. São Paulo: Dialética, 1995.

————. *ISS*: aspectos teóricos e práticos**.** 5. ed. São Paulo: Dialética, 2008.

MENDONÇA, Christine. *A não cumulatividade no ICMS*. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

MIGUEL, Luciano Garcia. *Incidência do ICMS nas operações de importação*. São Paulo: Noeses, 2013.

MORAES, Bernardo Ribeiro de. *Doutrina e prática do imposto sobre serviços.* São Paulo: Ed. RT, 1978.

MOREIRA, André Mendes. “Causas extintivas do crédito tributário e a pseudotaxatividade do art. 156 do CTN”. In: CONGRESSO NACIONAL DE ESTUDOS TRIBUTÁRIOS – IBET, v. 10, 2013, São Paulo. *Sistema tributário brasileiro e as relações internacionais.* São Paulo: Noeses, 2013, p. 1-38.

MOSQUERA, Roberto Quiroga. *Renda e proventos de qualquer natureza:* o imposto e o conceito constitucional. 2. ed. São Paulo: Dialética,1996.

MOUSSALLEM, Tárek Moysés. *Revogação em matéria tributária.* São Paulo: Noeses, 2011.

NOGUEIRA, Júlia Menezes. *Imposto sobre a renda na fonte.* São Paulo: Quartier Latin, 2007.

OLIVEIRA, Júlio Maria de. Ação anulatória de débito fiscal.In: CONRADO, Paulo Cesar (Coord.). *Processo tributário analítico.* São Paulo: Noeses, 2011, p. 95-122.

————. “A (des)construção das normas tributárias nas ações (reações) antiexacionais”. In: SANTI, Eurico Marcos Diniz de (Coord.). *Curso de especialização em direito tributário*: estudos em homenagem a Paulo de Barros Carvalho. São Paulo: Forense, 2005. p. 261-288.

————. *Internet e competência tributária*. São Paulo: Dialética, 2001.

OLIVEIRA, Ricardo Mariz de. “A sujeição passiva da fonte pagadora de rendimento, quanto ao imposto de renda devido na fonte”. *Revista Dialética de Direito Tributário,* São Paulo, n. 49, p. 88-105, 1999.

————. “Princípios fundamentais do imposto de renda”. In: SCHOUERI, Luís Eduardo; ZILVETI, Fernando Aurelio (Coord.). *Direito tributário, estudos em homenagem a Brandão Machado.* São Paulo, Dialética, 1998, p. 197-227.

OLIVEIRA, Regis Fernandes de Oliveira. “Vícios formais e materiais no lançamento tributário”*.* In:CONGRESSO NACIONAL DE ESTUDOS TRIBUTÁRIOS – IBET, v. 8, 2011, São Paulo. *Derivação e positivação no direito tributário.* São Paulo: Noeses, 2011, p. 961-973.

PANDOLFO, Rafael. *Fundamentos do direito processual tributário.* São Paulo: Saraiva, 2005.

PAULA JR., Aldo de. “O conceito de serviço para fins de ISS. Da locação de bens móveis ao leasing financeiro: o STF mudou de entendimento?” In: CONGRESSO NACIONAL DE ESTUDOS TRIBUTÁRIOS DO IBET, v. 7, 2010, São Paulo.*Direito tributário e os conceitos de direito privado.* São Paulo: Noeses, 2010, p. 1-19.

PIVA, Silvia Helena Gomes. *Aspecto espacial do Imposto sobre Serviço de qualquer Natureza.* 2008. Dissertação (Mestrado em direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

DALLA PRIA, Rodrigo. “O processo de positivação da norma jurídica tributária e a fixação da tutela jurisdicional apta a dirimir os conflitos havidos entre contribuinte e fisco”. In:CONRADO, Paulo Cesar (Coord.). *Processo tributário analítico*, v. 1. São Paulo: Noeses, 2011, p. 63-94.

————. “A constituição e a cobrança das contribuições previdenciárias pela justiça do trabalho: aspectos processuais relevantes”. In: CONRADO, Paulo Cesar (Coord.). *Processo tributário analítico,* v. 2. São Paulo: Editora Noeses, 2013 p. 157-176

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. “*A constituição e a cobrança das contribuições previdenciárias pela Justiça do Trabalho: aspectos processuais relevantes*. In: CONRADO, Paulo Cesar (Coord.). Processo Tributário Analítico - Volume II. 2ª ed. São Paulo: Noeses, 2016.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. “A legitimidade na ação de repetição de indébito tributário” *In* CONRADO, Paulo Cesar. Processo tributário analítico, volume III. São Paulo: Noeses, 2016.

QUEIROZ, Luís César Souza de. *Imposto sobre a renda:* requisitos para uma tributação constitucional. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

QUEIROZ, Mary Elbe. *Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.* São Paulo: Manole, 2004.

ROSA, Íris Vânia Santos. *A penhora na execução fiscal.* São Paulo: Noeses, 2014.

SALOMÃO, Marcelo Viana. *ICMS na importação.* São Paulo: Atlas, 2000.

————. “O ICMS nas importações feitas por leasing internacional”. In: PEIXOTO, Marcelo Magalhães; MELO, Fábio Soares de (Coord.).*ICMS questões fundamentais.* São Paulo: MP Editora, 2007, p. 217 a 236.

SANTI, Eurico Marcos Diniz de. “Compensação e restituição de tributos”. In: SIMPÓSIO NACIONAL IOB DE DIREITO TRIBUTÁRIO, v. 4, 1995, São Paulo. *Grandes temas da atualidade*. São Paulo, 1995, p. 113-124.

————. “ICMS – Mercadorias: direito ao crédito – Importação e substituição”. In*:* SANTI, Eurico Marcos Diniz de (Coord.). *Curso de especialização em direito tributário:* estudos em homenagem a Paulo de Barros Carvalho. São Paulo: Forense, 2005. p. 535-552.

————. *Lançamento tributário*. São Paulo: Max Limonad, 1999.

SCHOUERI, Luís Eduardo. “ISS sobre a importação de serviços do exterior”. *Revista Dialética de Direito Tributário*, São Paulo, n. 100, p. 39-51, 2004.

SANTANA, Renata Cassia.*Inidoneidade fiscal no âmbito do ICMS.* São Paulo: Noeses, 2014.

SILVA, Renata Elaine. *Curso de decadência e de prescrição no direito tributário:* regras do direito e segurança jurídica. São Paulo: Noeses, 2013.

SIMÕES, Argos Campos Ribeiro. *ICMS-Importação*: proposta de reclassificação e suas aplicações. São Paulo: Noeses, 2014.

————. “A influência da denominada boa-fé sobre as autuações envolvendo crédito indevido de ICMS lastreado por documentação inidônea”. In: CONGRESSO NACIONAL DE ESTUDOS TRIBUTÁRIOS – IBET, v. 9, 2012, São Paulo. *Sistema tributário nacional e a estabilidade da federação brasileira.* São Paulo: Noeses, 2012, p. 101-126.

————. “Guerra fiscal no ICMS: benefícios fiscais e benefícios não fiscais”. *Revista de Direito Tributário,* São Paulo, n. 102, p. 53-66, 2008.

————. ICMS – importação – Da sujeição ativa no ICMS-importação – Aplicação da moldura interpretativa de Kelsen. *Revista de Direito Tributário*, São Paulo, n. 103, p. 224-238, 2008.

\_\_\_\_\_\_. Guerra Fiscal do ICMS e o Artigo 8º, I da Lc 24/75 Como Caso de Não Incidência Tributária, in XIII Congresso Nacional de Estudos Tributários do IBET. São Paulo: Noeses.

SIMÕES, Thiago Taborda. Stock options: os planos de opções de ações e sua tributação. São Paulo: Noeses, 2016.

SOUZA, Fernanda Donnabella Camano de. “Efeitos materiais da sentença declaratória. Perspectivas no tempo e ruptura desses efeitos em face de precedente do STF em sentido contrário”. In: CONRADO, Paulo Cesar (Coord.). *Processo tributário analítico.* v. 2. São Paulo: Editora Noeses, 2013, p. 63-82.

TELES, Galderise Fernandes “Ressarcimento ICMS-ST: questões controversas decorrentes da decisão do STF no Recurso Extraordinário nº 593.849/MG e ADIN 2.777/SP e ADIN 2.675/PE”, in XIV Congresso Nacional de Estudos Tributários do IBET. São Paulo: Noeses**.**

TOMÉ, Fabiana Del Padre. *A prova no direito tributário: de acordo com o código de processo civil de 2015.* 4. ed. São Paulo: Noeses, 2016.

VITA, Jonathan Barros. “Sobre a notação NT da TIPI: conceito e espécies”. *Revista de Direito Tributário da APET.* São Paulo, n. 19, p. 85-99, 2008.

XAVIER, Alberto Pinheiro.*Lançamento:* teoria geral do ato administrativo, do procedimento e do processo tributário. 3. ed. São Paulo: Forense, 2005.

1. Os textos indicados em vermelho não são disponibilizados. [↑](#footnote-ref-1)
2. . Art. 156. Extinguem o crédito tributário:

   I - o pagamento;

   II - a compensação;

   III - a transação;

   IV - remissão;

   V - a prescrição e a decadência;

   VI - a conversão de depósito em renda;

   VII - o pagamento antecipado e a homologação do lançamento nos termos do disposto no artigo 150 e seus §§ 1º e 4º;

   VIII - a consignação em pagamento, nos termos do disposto no § 2º do artigo 164;

   IX - a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória;

   X - a decisão judicial passada em julgado.

   XI – a dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei. [↑](#footnote-ref-2)